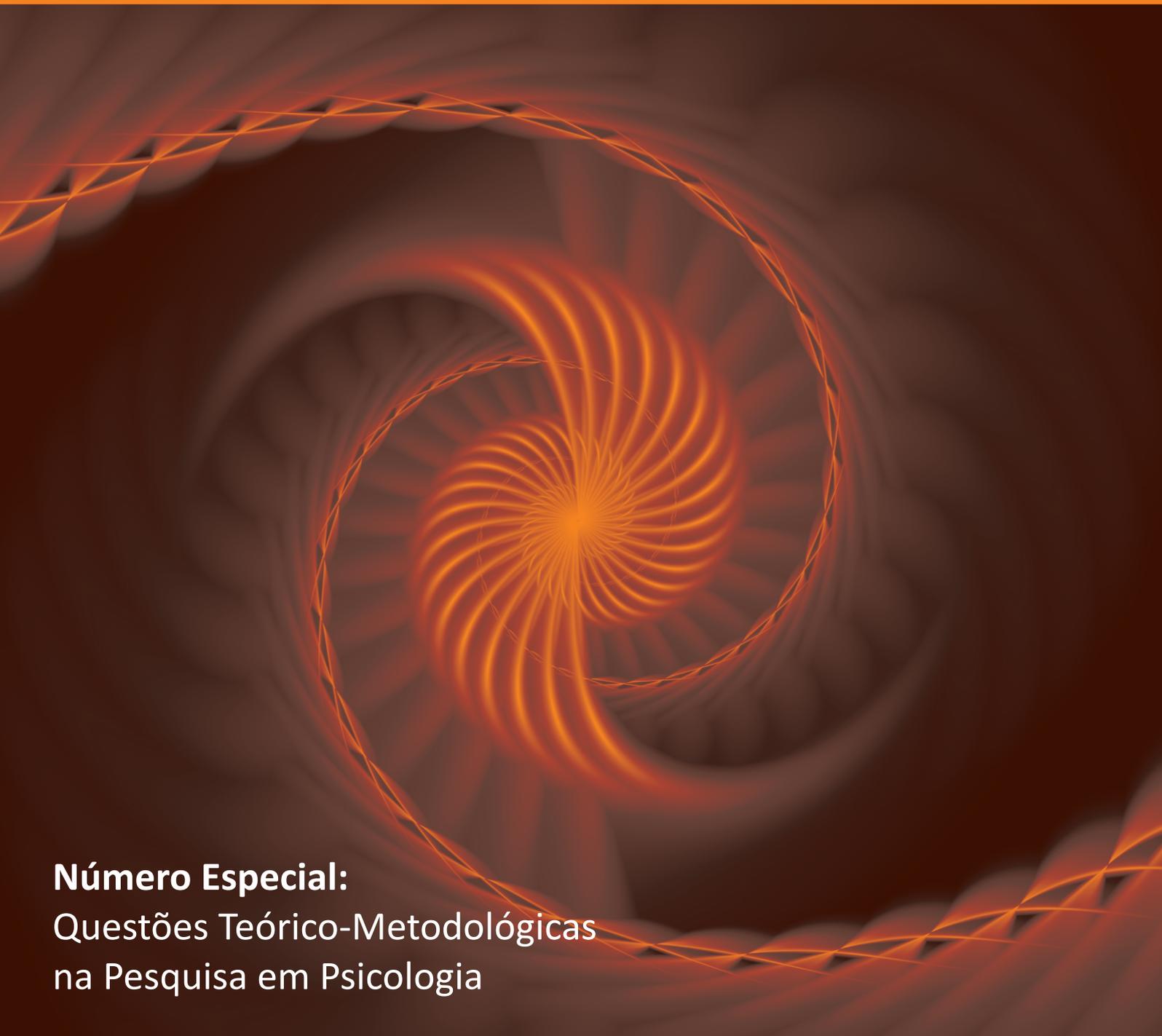


Psicologia em pesquisa

Revista do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFJF



Número Especial:
Questões Teórico-Methodológicas
na Pesquisa em Psicologia

Volume 4 | Número 2
Julho - Dezembro de 2010



Psicologia em Pesquisa

ISSN 1982-1247

Publicação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFJF

Volume 4 Número 2

Julho - Dezembro 2010

Missão

A revista Psicologia em Pesquisa tem como objetivo principal promover a produção e a divulgação do conhecimento científico no campo da Psicologia e de áreas afins. Para tanto, prioriza a publicação de artigos originais que relatam pesquisas empíricas. Também são publicadas outras comunicações científicas originais como, por exemplo, revisão de literatura, ensaio teórico, resenha, entrevista, relato de experiência, que tenham relevância para Psicologia e áreas correlatas.

Psicologia em Pesquisa é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e está disponível apenas no formato eletrônico, podendo ser acessada tanto no site da UFJF (www.ufjf.br/psicologiaempesquisa) quanto na base de dados PEPSIC – Periódicos Eletrônicos em Psicologia (<http://pepsic.bvs-psi.org.br>).

Com a meta de assegurar uma avaliação imparcial e promover um intercâmbio entre os autores e seus pares, a seleção dos textos publicados no periódico é feita a partir de uma revisão às cegas por pares. Desta forma, o conteúdo não reflete, necessariamente, a posição, a filosofia ou a opinião do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e/ou da UFJF.

Editor

Saulo de Freitas Araujo

Editores Associados

Francisco Teixeira Portugal – UFRJ (História e Filosofia da Psicologia)

Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota – UERJ (Psicologia do Desenvolvimento)

Telmo Mota Ronzani – UFJF (Psicologia Social e Saúde)

Comissão de Política Editorial

Saulo de Freitas Araujo – UFJF

Altemir José Gonçalves Barbosa – UFJF

Juliana Perucchi – UFJF

Lélio Moura Lourenço – UFJF

Marisa Consenza Rodrigues – UFJF

Conselho Editorial

Acácia Angeli Aparecida dos Santos – Universidade São Francisco

Adelina Guisande – Universidad de Santiago de Compostela (Espanha)

Alexander Moreira-Almeida – Universidade Federal de Juiz de Fora

Ana Maria Jacó-Vilela – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Ann Dowker – University of Oxford (Inglaterra)

Antônio Diniz – Instituto Superior de Psicologia Aplicada (Portugal)

Antônio Maurício Castanheira Neves – Universidade Católica de Petrópolis

Carla Witter – Universidade São Judas Tadeu

Cláudio Garcia Capitão – Universidade São Francisco

Eduardo José Manzini – Universidade Estadual Paulista

Enrique Saforcada – Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Erikson Felipe Furtado – Universidade de São Paulo

Fernando Vidal – Max-Planck-Institut für Wissenschaftsgeschichte (Alemanha)

Geraldina Porto Witter – Universidade Camilo Castelo Branco

Gerardo Prieto – Universidad de Salamanca (Espanha)

Gerson Yukio Tomanari – Universidade de São Paulo

José Antônio Damásio Abib – Universidade Federal de São Carlos

Leandro Almeida – Universidade do Minho (Portugal)

Makilim Nunes Batista – Universidade São Francisco

Marcus Bentes de Carvalho – Universidade Federal do Pará

Marcos Emanuel Pereira – Universidade Federal da Bahia

Maria do Carmo Guedes – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Mônica Sanches Yassuda – Universidade de São Paulo

Richard Saitz – Boston University (EUA)

Richard Theisen Simanke – Universidade Federal de São Carlos

Sandra Regina Kirchner Guimarães – Universidade Federal do Paraná

Sônia Maria Guedes Gondim – Universidade Federal da Bahia

Thomas Sturm – Universitat Autònoma de Barcelona (Espanha)

Vitor Geraldini Haase – Universidade Federal de Minas Gerais

William Barbosa Gomes – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Zilda Aparecida Pereira Del Prette – Universidade Federal de São Carlos

Assistente do Editor

Cíntia Fernandes Marcellos

Secretária

Priscila Bonfante Medeiros

Revisão, Diagramação e Projeto Gráfico

Editora UFJF

Sumário

Editorial

- 83 **A Questão do Método na Pesquisa Psicológica**
Saulo de Freitas Araujo - Editor

Artigos

- 84 **Psicologia do Trabalho e das Organizações: Produção Científica e Desafios Metodológicos**
Work and Organizational Psychology: Scientific Production and Methodological Challenges
Sonia Maria Guedes Gondim, Jairo Eduardo Borges-Andrade e Antonio Virgílio Bittencourt Bastos
- 100 **Métodos de Investigação em História da Psicologia**
Research Methods in History of Psychology
Marina Massini
- 109 **Questões Sobre Avaliação de Processos Psicoterápicos**
Issues in Evaluation of Psychotherapy Process
Makilim Nunes Baptista
- 118 **A Pesquisa em Neuropsicologia: Desenvolvimento Histórico, Questões Teóricas e Metodológicas**
Research in Neuropsychology: Historical Development, Theoretical and Methodological Issues
Simone Cagnin
- 135 **Produção Científica na Área Educacional: Realização Acadêmica na Adolescência**
Scientific Production on Educational Area: Academic Realization in Adolescence
Geraldina Porto Witter e Giovana Ardoino Paschoal
- 144 **Metodologia de Pesquisa em Desenvolvimento Humano: Velhas Questões Revisitadas**
Research Methods in Developmental Psychology: Revisiting Old Questions
Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota
- 150 **Fundamentos Metodológicos da Pesquisa em Análise Experimental do Comportamento**
Methodological Principles of Research in Experimental Analysis of Behavior
Saulo Misiaggia Velasco; Miriam Garcia-Mijares e Gerson Yukio Tomanari
- 156 **O Experimento na Psicologia Social: Sobre a Pesquisa Experimental em um Meio Relativista**
Experimental Method in Social Psychology: On Experimental Research in a Relativistic Milieu
Marcos Emanuel Pereira

Seção Livre

- 165 **Psicologia Evolucionista - Entrevista com a Prof^a. Dr.^a Maria Lucia Seidl-de-Moura**
Márcia de Fátima Rabello Lovisi de Freitas e Karen Cristina Alves Lamas

Resenha

- 169 **Interfaces do Conhecimento Psicológico: Conceitos, Instrumentos e Práticas**
Cíntia Fernandes Marcellos

Nominata

- 172 *Saulo de Freitas Araujo*

Editorial

A Questão do Método na Pesquisa Psicológica

Na sua tentativa de se constituir como campo epistêmico autônomo, a psicologia vem enfrentando, pelo menos desde o século XVIII, uma série de dificuldades para estabelecer um método de investigação próprio ao seu objeto de estudo. Isso se evidencia, por exemplo, nos inúmeros debates metodológicos ocorridos entre alguns de seus principais representantes ao longo desses últimos séculos (Dilthey x Ebbinghaus, Wundt x Bühler, Rogers x Skinner, etc.).

Uma análise mais detalhada dessa situação, contudo, permite-nos compreender que na maior parte das vezes a essa disputa metodológica subjaz uma profunda diferença na concepção teórica do que seja a psicologia. Em outras palavras, a divergência sobre o método já é uma consequência da falta de consenso sobre o objeto a ser abordado pelo mesmo. Daí a diversidade metodológica aparentemente inevitável na psicologia.

Na formação do psicólogo contemporâneo, em que as grandes questões de base são muitas vezes negligenciadas, a simples existência desse problema teórico-metodológico parece ter desaparecido do seu horizonte. E já que esse problema afeta também a formação do pesquisador, a eventual falta de reflexão metodológica por parte do psicólogo contemporâneo vai influenciar negativamente o planejamento e a execução de suas pesquisas.

Tendo em vista a importância dessa discussão, o presente número de PSICOLOGIA EM PESQUISA é dedicado exclusivamente à discussão sobre questões teórico-metodológicas na pesquisa psicológica. Para tanto, alguns dos principais nomes da psicologia brasileira expõem e discutem aspectos da metodologia de pesquisa em suas respectivas áreas de investigação e atuação profissional.

Gondim, Borges-Andrade e Bastos enfatizam os desafios metodológicos para a psicologia do trabalho e das organizações, decorrentes sobretudo da interdisciplinaridade e dos diferentes níveis de análise das questões que envolvem os trabalhadores e gestores no mundo contemporâneo.

Massimi mostra como o campo da história da psicologia também é afetado por uma diversidade metodológica, a partir de suas relações com a historiografia

geral e com a história das ciências, o que acaba gerando uma multiplicidade de histórias possíveis.

Baptista discute a questão da avaliação da eficácia de intervenções psicoterápicas, a partir de uma metodologia quantitativa, envolvendo principalmente os delineamentos de ensaios clínicos randomizados e as meta-análises.

Cagnin enfoca o campo da neuropsicologia, partindo de uma exposição histórica até chegar à discussão de pesquisas clínicas e experimentais, assim como de métodos de investigação mais recentes, como a neuroimagem.

Witter e Paschoal apresentam considerações sobre a pesquisa educacional em seus vários aspectos, tomando como base alguns resultados sobre a realização acadêmica na adolescência, decorrentes de levantamento de dados em quatro bases.

Mota discute questões metodológicas no campo do desenvolvimento humano, levando em consideração perspectivas e tendências atuais, ao mesmo tempo em que busca uma sistematização de questões que aparecem de forma dispersa na literatura secundária.

Velasco, Garcia-Mijares e Tomanari, representando a Análise do Comportamento, apresentam as principais características da metodologia experimental com sujeito único, explicitando as relações que suas estratégias e táticas mantêm com um conjunto de concepções filosófico-conceituais acerca da natureza de seu objeto de estudo.

Pereira faz uma defesa do uso do método experimental na psicologia social, ao mesmo tempo em que discute as razões para o desinteresse do psicólogo social brasileiro pela metodologia experimental em suas pesquisas.

Para encerrar este número especial de PSICOLOGIA EM PESQUISA, temos uma entrevista especial com a Prof. Maria Lucia Seidl-de-Moura e uma resenha do livro "Psychology's Territories", de Mitchell Ash e Thomas Sturm.

Saulo de Freitas Araujo

Psicologia do Trabalho e das Organizações: Produção Científica e Desafios Metodológicos

Work and Organizational Psychology: Scientific Production and Methodological Challenges

Sonia Maria Guedes Gondim^I

Jairo Eduardo Borges-Andrade^{II}

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos^I

Resumo

Este artigo discorre sobre a produção científica na subárea de conhecimento da psicologia do trabalho e das organizações e sinaliza os desafios metodológicos que cercam esta subárea do conhecimento. Três características marcam a subárea: 1) o domínio multi e interdisciplinar, 2) a constante tensão entre as demandas de compreensão dos processos psicológicos e de solução de problemas que desafiam organizações, gestores, trabalhadores e formuladores de políticas públicas laborais, e 3) múltiplos níveis (individual, grupal, societal e governamental) de análise das questões que cercam o dia a dia de trabalhadores e gestores. Inicia-se pela demarcação conceitual. Na seção subsequente argumenta-se a favor da relação entre o crescimento e diversificação da subárea e a expansão da pós-graduação no Brasil. Segue-se um panorama das revisões de literatura nacionais e internacionais visando a ressaltar a diversidade na prática de pesquisa. Finaliza-se com considerações sobre os desafios metodológicos para alcançar níveis mais elevados de amadurecimento científico.

Palavras-chave: Métodos de pesquisa; psicologia organizacional; pós-graduação

Abstract

This article discusses the scientific knowledge in the subfield of psychology of work and organizations, and points to the methodological challenges surrounding this subarea of knowledge. The subarea has three features: 1) the multi and interdisciplinary domain, 2) the constant tension between demands to understand psychological processes and to solve problems that challenge organizations, managers, workers and individuals who formulate labor public policies; 3) the multiple levels of analysis (individual, group, social and governmental) of daily questions surrounding workers and managers. It starts by defining concepts. The next section argues in favor of the relationship between growth and diversification of the subarea and the expansion of graduate programs in Brazil. An overview of national and international scientific reviews follows, in order to highlight the diversity in research practices. Finally, the paper discusses methodological challenges to achieve higher levels of scientific maturity.

Keywords: Research methods; organizational psychology; postgraduate training.

^I Universidade Federal da Bahia

^{II} Universidade de Brasília

Um ensaio sobre o estado atual de desenvolvimento de uma subárea especializada de conhecimento é de suma importância para avaliar os avanços obtidos ao longo do tempo, identificar barreiras e obstáculos teórico-metodológicos e definir diretrizes que apontem os caminhos temáticos, conceituais e de pesquisa a serem trilhados para alcançar a maturidade científica.

Redigir um artigo que consiga abarcar toda a amplitude e complexidade da subárea de conhecimento da psicologia do trabalho e das organizações¹ é uma tarefa que

sempre se apresentará inconclusa e isto não é decorrência de falta de produção teórica ou empírica. Razões diversas justificariam este inevitável destino. Três características estruturantes da subárea parecem centrais neste particular: a) o fato de se constituir em um domínio claramente multi e interdisciplinar, para o qual concorrem conhecimentos oriundos de diferentes disciplinas e que são fundamentais para a compreensão dos processos psicológicos e psicossociais que cercam o mundo do trabalho e das organizações; b) a constante tensão entre as demandas de compreensão dos processos psicológicos e de intervenção frente a problemas e questões que desafiam organizações, gestores, traba-

¹ Considerando controvérsia recente envolvendo uma sociedade científica e uma entidade corporativa profissional, os autores do presente texto fazem questão de utilizar, de forma propositalmente alternada, as expressões “psicologia organizacional e do trabalho” e “psicologia do trabalho e das organizações”, para deixar claro que não expressam preferências ou privilegiar a primeira ou a segunda, já que entendem que não existem organi-

zações sem trabalho e que trabalho sempre ocorre em algum contexto no qual existe uma organização, mesmo quando esta não tem uma arquitetura ou estrutura visíveis. Portanto, são necessariamente interdependentes.

lhadores e formuladores de políticas públicas laborais; e c) os múltiplos níveis (individual, grupal, societal e governamental) em que se estruturam as questões e os problemas que cercam o dia a dia de trabalhadores e gestores, imersos em padrões culturais e políticos em que aspectos globais e locais nem sempre convergem.

Ademais, a subárea de psicologia organizacional e do trabalho, ao pertencer à área de conhecimento da psicologia, herda algumas tensões, como por exemplo, a de caracterizar-se como ciência e profissão, ao contrário de ciências como a física e a química, cuja aplicação se situa em outro campo, o das engenharias. Outra tensão herdada da psicologia se refere ao que ocorre no quadro geral da produção científica nas ciências humanas e sociais, em que se encontram diversos paradigmas em permanente conflito, que tentam impor padrões e normas de produção de conhecimento, decisões metodológicas e ferramentas técnicas diferenciadas. Outro aspecto que cria esta complexidade é o freqüente descompasso entre o nível teórico de muitos constructos e sua mensuração. A rigor, a maioria dos constructos na psicologia não é evidentemente observável por meios diretos e não tem definições operacionais compartilhadas na comunidade científica, o que dificulta a construção de boas medidas e sua sistemática utilização na prática profissional e na pesquisa. T tamanha complexidade repercute na variedade de temáticas, algumas delas com autonomia científica nesta subárea de conhecimento. Em decorrência, houve uma grande diversificação e criação de novos subdomínios, conforme descreve a próxima seção.

Por ser um campo multifacetado e plural, é preciso destacar ainda que apesar das muitas mudanças recentes na psicologia organizacional e do trabalho, os princípios da administração científica que orientaram as primeiras pesquisas aplicadas convivem com novas visões acerca das variáveis que devem ser levadas em conta no estudo das organizações e do trabalho.

A indústria deixou de ser o contexto privilegiado de análise do trabalho e outros tópicos, além da eficiência, passaram a ser objeto de análise. As crises periódicas do capitalismo que repercutem de modo decisivo nas relações sociais de trabalho, o surgimento e difusão das novas tecnologias de informação e comunicação, que revolucionaram as atividades de gestão e de estruturação do trabalho e das organizações, os novos modelos de gestão, tudo isto força novas formulações teóricas para dar subsídios à prática profissional.

A tarefa de discutir a produção científica se torna ainda mais urgente, por ser visível o crescimento da psicologia do trabalho e das organizações no Brasil nas últimas

duas décadas. Recente edição da pesquisa nacional do psicólogo brasileiro (Bastos & Gondim, 2010) mostrou que este campo de atuação é ocupado por aproximadamente ¼ dos profissionais de psicologia. Mas a comunidade científica de PO&T possui proporções reduzidas, o que acentua a distância entre o volume de questões implicadas na prática profissional do psicólogo organizacional e do trabalho e a produção de conhecimento científico que lhe dê suporte. Além disto, os ocupantes deste campo profissional carecem de uma ampla rede dedicada à formação nos níveis de mestrado e doutorado (Borges-Andrade e Zanelli, 2004). Estas lacunas certamente ajudam a explicar a presença de práticas sem o devido respaldo científico, além da facilidade com que modismos importados ganham ares de soluções mágicas para os complexos problemas que cercam o mundo do trabalho e das organizações.

Este artigo pretende discorrer sobre questões essenciais relativas à produção científica na subárea e aos desafios metodológicos que a cercam, visando a orientar e oferecer diretrizes não só para pesquisadores, mas para aqueles que ao se dedicarem a este campo de aplicação do conhecimento possam encontrar subsídios e caminhos para sua atuação profissional.

Na tentativa de traçar um roteiro para atender aos objetivos do artigo, iniciaremos pela demarcação da subárea de conhecimento da psicologia organizacional e do trabalho e ressaltaremos o crescimento de sua diversidade. Na seção subsequente, argumentaremos a favor da relação entre o seu crescimento e diversificação e o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil. Apresentaremos, a seguir, um panorama das revisões de literatura nacionais e internacionais sobre a subárea, com o objetivo de ressaltar como essa diversidade se encontra na prática de pesquisa. As considerações finais terão como foco indagações críticas sobre o estado atual da produção na subárea e os desafios metodológicos a serem enfrentados para alcançar níveis mais elevados de amadurecimento científico.

Psicologia Organizacional e do Trabalho e a Gestão: Temáticas Inter-relacionadas e em Expansão

Pode-se caracterizar a psicologia do trabalho e das organizações em uma perspectiva evolutiva em que cada face se agrega às demais (Sampaio, 1995, 1998; Silva, 1992). A primeira face seria a de uma psicologia aplicada ao trabalho, preocupada com a busca da eficiência e

a aplicação dos conhecimentos psicológicos à lógica da produção industrial e da racionalidade instrumental. Seu foco estaria no desenvolvimento de medidas psicológicas e ergonômicas para oferecer condições apropriadas de trabalho que evitem problemas de mal adaptação com repercussões na saúde e qualidade de vida do trabalhador.

A segunda face emergiu quando a estrutura das organizações se tornou um ponto importante na compreensão do comportamento humano no trabalho e, portanto, os olhares se voltaram para analisar as contribuições da psicologia. A valorização do comportamento humano no trabalho também teve um papel decisivo no aparecimento desta segunda face, a da psicologia das organizações, quando ajudou a demarcar a temática de comportamento organizacional. Desenvolvimento organizacional e gerencial e mudanças organizacionais passaram a ocupar um lugar de destaque.

A terceira face coincide com a abordagem do trabalho como um fenômeno psicossocial não circunscrito somente às organizações de trabalho. Esta face também adota uma postura crítica em relação à psicologia organizacional, vendo-a como amortecedora das contradições da divisão do trabalho arrefecidas pelo processo de industrialização e do empobrecimento das tarefas (Chanlat, 1993). A eficácia, o desempenho e a produtividade se tornam alvo de críticas. Assume-se uma postura menos prescritiva sobre qual seria o melhor ser humano, o melhor trabalho e o melhor resultado, e passa-se a descrever como é o trabalho, como este se insere no mundo do trabalho, como produz e em que condições. Por essas razões, compreender em profundidade a complexidade que cerca o modo como o indivíduo trabalha se tornou imperativo. Os significados e sentidos do trabalho adquirem importância: por que se trabalha, como se trabalha e para quem se trabalha. A organização é pensada como uma modalidade de inserção da pessoa no mundo do trabalho. Vertentes teóricas diversificadas se aproximam do tema trabalho e fundamentam o estudo deste objeto. A psicanálise, a psicodinâmica do trabalho e as correntes teóricas que discutem a qualidade de vida no trabalho, o bem estar e a saúde foram as mais frequentemente utilizadas como quadros de referências para estes estudos.

O entendimento de que os subdomínios da psicologia organizacional e do trabalho se organizam em faces também nos leva a crer que este campo do conhecimento mantém zonas de intersecção que marcam as interações entre o trabalho, as organizações e a gestão. A psicologia das organizações teria interesse no estudo das organizações como processos sociais estruturantes. Neste caso, as

relações entre comportamento humano e organização seriam seu principal objeto de estudo, nos níveis macro (estrutura), meso (grupos) e micro (indivíduo). O trabalho entraria como a dimensão que uniria os três níveis.

A psicologia do trabalho, uma segunda face do campo, teria seu principal foco no fenômeno do trabalho, em qualquer contexto onde ele estivesse sendo desenvolvido e não somente no âmbito das organizações. A gestão de pessoas, ao seu turno, teria como foco a utilização do conhecimento produzido em comportamento organizacional e em psicologia do trabalho para dar suporte às atividades de gerenciamento do trabalho. Esta utilização seria feita por profissionais da psicologia e também de outras áreas do conhecimento. Em resumo, o subdomínio de gestão de pessoas extrairia conhecimentos dos demais subdomínios (psicologia do trabalho e psicologia das organizações) e ocupar-se-ia dos processos de ingresso nas organizações (recrutamento e seleção, socialização), desenvolvimento (treinamento), fixação (planos de cargos, salários e de carreira), acompanhamento e avaliação do desempenho, além dos impactos de mudanças organizacionais.

Outra classificação do campo mais vasto de psicologia do trabalho e das organizações é apresentada por Borges-Andrade e Zanelli (2004), que o classificam em três subdomínios: i) o ser humano e suas ações em situações de trabalho (psicologia do trabalho) e em contextos organizacionais (psicologia organizacional e comportamento organizacional); ii) os antecedentes e conseqüentes destas ações para a pessoa, os grupos e a organização; e iii) as contribuições da psicologia e de outras ciências que fornecem ferramentas conceituais e metodológicas para a psicologia organizacional e do trabalho.

A SIOP (*Society for Industrial and Organizational Psychology*), apesar de adotar a divisão clássica de três subdomínios - comportamento organizacional, gestão de recursos humanos e relações de trabalho - aponta, em suas publicações mais recentes, para a ampliação dos subdomínios. A edição do *APA Handbook of Industrial and Organizational Psychology* (Zedec, 2010), com três volumes, é um dos possíveis exemplos de estratégia para lidar com esses subdomínios. O volume 1 é inteiramente dedicado à construção e ao desenvolvimento das organizações e possui três seções: i) *questões metodológicas da produção do conhecimento* (relações entre teoria e prática, estratégias de pesquisa, a pesquisa qualitativa, avanços de estratégias analíticas); ii) *perspectivas de desenho organizacional e sistemas de recursos humanos* (teoria organizacional, estratégias de tomada de decisão, liderança, empreendedorismo, criati-

vidade no ambiente de trabalho, medidas de desempenho no trabalho na perspectiva multinível e perspectivas de análise de clima e cultura organizacional); e iii) *desenho e experiências no trabalho* (desenho de trabalho, segurança no local de trabalho, inabilidade e emprego, teoria dos papéis, esquemas de trabalho flexíveis, novos arranjos de trabalho, desenvolvimento de equipes, diversidade de equipes).

O volume 2 reúne contribuições sobre a seleção e o desenvolvimento de pessoas, contendo cinco seções: i) *fundamentos da seleção de pessoas* (análise do trabalho, recrutamento, questões relacionadas à carreira); ii) *estratégias de seleção* (medidas das diferenças individuais, avaliação da personalidade nas organizações, entrevistas, centros de avaliação, testes de julgamento situacional); iii) *avaliação individual e de desempenho* (avaliação e gerenciamento de desempenho, comportamento de cidadania organizacional, rotatividade organizacional); iv) *sistemas de avaliação* (reações dos candidatos à seleção e à organização, validação de suporte para procedimentos de seleção, utilidade de sistemas de seleção e avanços na seleção e na psicologia de pessoal); e v) *desenvolvimento de pessoas* (treinamento e desenvolvimento do empregado para melhoria do desempenho, mentoria, *coaching* executivo, comportamento pró-ativo no trabalho).

O volume 3 se dedica à manutenção, expansão e encolhimento em organizações, também sendo dividido em cinco seções: i) *relações com o trabalho* (ajuste pessoa e ambiente, socialização organizacional, motivação dos empregados, atitudes e valores no trabalho, relacionamento indivíduo e organização no contrato psicológico); ii) *promoção de um ambiente positivo nas relações de trabalho* (relacionamentos interpessoais no trabalho, comunicação, justiça organizacional, comportamento de consumidor, estresse e bem-estar no trabalho, e qualidade de vida no trabalho); iii) *gerenciamento de políticas e problemas organizacionais* (políticas organizacionais, conflitos no trabalho, a psicologia da negociação e da mediação, comportamento gerencial, dificuldades de promoção nas organizações, agressão e violência no trabalho, assédio sexual); iv) *planejamento de mudanças e ao futuro* (planos de sucessão, mudança e desenvolvimento organizacional, fusões, aquisições e estratégias de aliança); e v) *interfaces com a sociedade* (gerenciando a distribuição da força de trabalho no mundo, questões transculturais e globais na psicologia organizacional, responsabilidade organizacional).

Outro exemplo do aumento da amplitude de subdomínios, agora no Brasil, é visualizado nos Encon-

tros da ANPAD (Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração)², que só aceitam submissões de artigos completos e que a cada edição fazem ajustes no número e nos nomes de subdivisões para submissão destes artigos. Atualmente as subdivisões estão organizadas da seguinte forma: i) estudos organizacionais, ii) conhecimento e aprendizagem nas organizações, iii) mudanças e transformações organizacionais, iv) diversidade no trabalho, v) contexto familiar nas organizações, vi) comportamento organizacional nas organizações (indivíduos e grupos), vii) redes de relacionamento intra e inter-organizacional, viii) simbolismo, cultura e identidades nas organizações, ix) gestão de carreiras, trabalho, x) gestão e saúde, trabalho, xi) gestão e subjetividade, xii) políticas de gestão de pessoas, e xiii) conhecimento, aprendizagem e competências. Foi inclusive criada uma nova subdivisão para artigos teóricos e empíricos que articulam os domínios clássicos de estudos organizacionais, gestão de pessoas e relações de trabalho. Embora os pesquisadores da subárea de psicologia organizacional e do trabalho estejam ausentes em algumas dessas subdivisões, o simples fato deste conjunto existir acaba por determinar as escolhas das pessoas sobre onde divulgar sua produção intelectual.

A Tabela 1 resume a diversidade de subdomínios da Psicologia Organizacional e do Trabalho apresentada nesta primeira seção do artigo, conforme os modelos classificatórios.

Esta diversidade e a crescente ampliação de subdomínios decorrem, principalmente, de sua inserção como campo de aplicação, o que faz com que seja continuamente pressionada por inúmeras demandas sociais e organizacionais, que forcem a incorporação de novos tópicos de pesquisa para dar subsídios à atuação profissional. A indústria foi durante muito tempo o contexto de estudos e de aplicação dos conceitos psicológicos, dando fundamentação a quatro princípios da administração científica de Taylor (1911, 1987): i) o da eficiência, ii) do melhor homem, iii) do melhor trabalho e iv) do melhor resultado. O desempenho no trabalho seria resultante de um adequado processo de análise da mútua adaptação do homem ao trabalho (ver Munsterberg, 1913).

² Deve ser lembrado que a produção intelectual brasileira de artigos completos, na subárea de psicologia organizacional e do trabalho, é divulgada com maior frequência em eventos e periódicos da administração do que da psicologia. Além disso, a psicologia brasileira não tem a tradição de publicar anais de eventos com artigos completos, como faz a administração.

Tabela 1: *Diversidade de subdomínios de PO&T*

Classificações	Subdomínios da Psicologia Organizacional e do Trabalho	Focos
Fases (Sampaio, 1995, 1998; Silva, 1992)	Psicologia Aplicada ao Trabalho	Conhecimentos psicológicos aplicados à lógica da produção e da racionalidade instrumental
	Psicologia Organizacional	Compreensão do comportamento humano no contexto organizacional de trabalho
	Psicossociologia do Trabalho	Abordagem do trabalho como um fenômeno psicossocial não circunscrito somente às organizações de trabalho
Borges-Andrade e Zanelli (2004)	Ações humanas no trabalho	O ser humano e suas ações nas situações de trabalho e no contexto organizacional
	Antecedentes e consequentes das ações humanas no trabalho	Os antecedentes e consequentes destas ações para a pessoa, os grupos e a organização
	Contribuições conceituais e metodológicas	As contribuições da psicologia e de outras ciências que fornecem ferramentas conceituais e metodológicas para a psicologia organizacional e do trabalho
SIOP (Society for Industrial and Organizational Psychology) perspectiva clássica	Comportamento organizacional	Compreensão do comportamento humano no contexto organizacional de trabalho
	Gestão de recursos humanos	Gerenciamento de pessoas no contexto organizacional
	Relações de trabalho	Aspectos sociais que envolvem poder e status nas relações de trabalho
SIOP - perspectiva mais recente	Construção e desenvolvimento das organizações	Questões metodológicas da produção do conhecimento; perspectivas de desenho organizacional e sistemas de recursos humanos; desenhos e experiência no trabalho
	Seleção e o desenvolvimento de pessoas	Fundamentos de seleção de pessoas; estratégias de seleção; avaliação individual e de desempenho; sistema de avaliação; desenvolvimento de pessoas
	Manutenção, expansão e encolhimento de organizações	Relações com o trabalho; construção de um ambiente positivo nas relações de trabalho; gerenciamento de políticas e problemas organizacionais; planejamento de mudanças e do futuro; interfaces com a sociedade
Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração (ANPAD)	Estudos organizacionais	
	Conhecimento e aprendizagem nas organizações	
	Mudanças e transformações organizacionais	
	Diversidade no trabalho	
	Contexto familiar nas organizações,	
	Comportamento organizacional nas organizações (indivíduos e grupos)	
	Redes de relacionamento intra e inter-organizacional	
	Simbolismo, cultura e identidade nas organizações	
	Gestão de carreiras e trabalho	
	Gestão de saúde e trabalho	
	Gestão e subjetividade	
Políticas de gestão de pessoas		
Conhecimento, aprendizagem e competências		

Na ocasião, Munsterberg defendia também os princípios da psicologia experimental e a utilidade da metodologia experimental na aplicação do conhecimento psicológico aos interesses do desenvolvimento econômico. Suas considerações sustentavam-se na racionalidade instrumental, ou seja, na relação ótima entre meios e fins (eficiência). O melhor homem, segundo princípio de Taylor (1987), era o que possuía vocação e estava preparado para assumir posições (base da orientação profissional e do desenvolvimento de medidas psicológicas para avaliar condições de inserção profissional). O melhor trabalho, terceiro princípio, seria aquele que oferecesse oportunidades de aprendizado e desenvolvimento, que respeitasse as limitações humanas evitando fadiga e monotonia, e que reconhecesse a existência de variáveis sociais e físicas que interferem no processo de trabalho (base dos estudos sobre as condições ideais de trabalho, ergonomia, importância dos grupos e psicologia das relações humanas). O melhor efeito ou resultado, quarto e último princípio, seria aquele que oferecesse as melhores condições de satisfação e gratificação pelo trabalho produzido.

Ainda que o setor industrial tenha perdido espaço para o setor de serviços, como contexto de pesquisa (Borges-Andrade, Coelho Jr & Queiroga, 2006), sua presença marcante em um dado momento da história faz com que, por exemplo, em alguns países como os EUA, a nomenclatura psicologia industrial e organizacional prevaleça, enquanto em outras partes do mundo, particularmente na Europa e na América Latina, a nomenclatura psicologia organizacional e do trabalho seja a mais comumente usada.

Em resumo, apesar de ainda ser de uso corrente a classificação da psicologia do trabalho e das organizações em três subdomínios, organização, trabalho e gestão, houve crescimento e diversificação destes subdomínios. Contribuíram para isto principalmente as demandas sociais de solução de problemas práticos no contexto da atuação profissional, decorrentes de mudanças expressivas na sociedade e no mundo do trabalho. Acreditamos também que, associado a essas razões, o crescimento da pós-graduação neste campo do conhecimento teve um papel significativo no panorama atual desta subárea e no desenvolvimento e independência de alguns destes subdomínios. Trataremos deste assunto de forma destacada, na próxima seção, pois a pós-graduação é, no Brasil e no exterior, nas diferentes áreas de conhecimento das ciências humanas e sociais, o espaço privilegiado onde ocorre a produção intelectual que deve oferecer base metodológica e de conhecimento para estes subdomínios.

A Pós-Graduação e sua Relação com a Produção do Conhecimento em Psicologia do Trabalho e das Organizações

Ao fazer a caracterização e comentar o desenvolvimento da subárea de psicologia do trabalho e das organizações no Brasil, torna-se necessário oferecer um panorama do cenário da pós-graduação no país. Esta subárea e, em especial, as temáticas de comportamento organizacional e treinamento e desenvolvimento de pessoal, estão em processo crescente de consolidação. Isto coincide com a expansão da pós-graduação na subárea.

Argumento nesta mesma direção é apresentado por Crubellate (2005), que faz uma relação entre o crescimento da produção científica e a expansão da pós-graduação na área da administração. Para tal, discorre sobre a evolução dos estudos organizacionais no Brasil a partir da criação de subáreas temáticas nos Encontros Nacionais de Programas de Pós-graduação em Administração e o surgimento do Encontro Nacional de Estudos Organizacionais (Eneo), que desde sua primeira edição em 2000 se firmou como outro espaço no qual são divulgados muitos artigos completos produzidos por pesquisadores da subárea de psicologia organizacional e do trabalho.

Até a década de 1990, uma análise dos dados então disponíveis sobre a pós-graduação em psicologia brasileira revela que não se contava sequer com uma pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, inteiramente dedicada à subárea de psicologia do trabalho e organizacional. Existiam somente linhas de pesquisa e algumas poucas áreas de concentração em programas de pós-graduação em psicologia. Os psicólogos interessados migravam para uma pós-graduação *lato sensu* em gestão de pessoas ou trilhavam o caminho da pós-graduação *stricto sensu* em programas de psicologia social, ciências sociais, administração, educação e áreas afins. A pós-graduação nesta subárea trouxe como contribuições a consolidação de linhas de pesquisa, a oportunidade de construção de redes de pesquisadores dispersos geograficamente no Brasil e a alocação de egressos destes programas em diversas instituições formadoras em psicologia.

Dos 55 programas de pós-graduação *stricto sensu* registrados no país no triênio avaliado pela Capes em 2007, 13 deles (aproximadamente 20%) estão relacionados à subárea de psicologia organizacional e do trabalho. Há apenas um único programa específico, o de Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da UnB (Universidade de Brasília) com seis linhas de pesquisa: 1)

Aprendizagem, processos psicossociais e mudança nas organizações; 2) Avaliação e instrumentação psicológica; 3) Conteúdos e processos psicossociais do comportamento humano; 4) Cultura, organizações e bem estar; 5) Psicologia ambiental; e 6) Trabalho, ergonomia da atividade e saúde. Metade dessas linhas têm seu foco em temáticas de psicologia organizacional e do trabalho e a outra metade

provavelmente fornece importantes insumos teórico-metodológicos para elas. Nos outros 12 programas brasileiros, o foco no trabalho e nas organizações aparece na área de concentração e nas linhas de pesquisa. Em sete deles consta tanto o foco no trabalho quanto nas organizações/instituições. Nos demais, os focos são nos processos psicossociais e nas relações trabalho e saúde. Vide Tabela 2.

Tabela 2 - *Programas de pós-graduação no Brasil com área de concentração ou linha de pesquisa diretamente relacionados à psicologia organizacional e do trabalho*

Universidade	Área de concentração/Linhas de pesquisa
Universidade Católica de Goiás	Trabalho, contexto organizacional e cultura
Universidade de Brasília	Cultura, Organizações e Bem Estar
	Trabalho, Ergonomia da Atividade e Saúde
	Aprendizagem, Processos Psicossociais e Mudança nas Organizações
Universidade de São Paulo	Psicologia social e do trabalho
Universidade Federal da Bahia	Indivíduo e trabalho: processos micro-organizacionais
Universidade Federal do Ceará	Ambiente, trabalho e cultura nas organizações sociais
Universidade Federal de Minas Gerais	Processos de subjetivação e sociedade contemporânea: participação social, saúde e trabalho
Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (doutorado)	Processos psicossociais
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (mestrado)	Processos psicossociais
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Trabalho, saúde e subjetividade
Universidade Federal de Santa Catarina	Aprendizagem, processos organizacionais e trabalho
Universidade Federal de Uberlândia	Psicologia aplicada
Universidade Salgado de Oliveira	Cognição social, organizações e trabalho
Universidade São Marcos	Saúde e trabalho em diferentes contextos institucionais.

Nota. CAPES – Comissão Permanente de Aperfeiçoamento de Pessoal – Ministério da Educação.

Na Figura 1 encontram-se as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em psicologia vinculadas à psicologia do trabalho e das organizações quando comparadas a outros programas de psicologia. Há, como se espera, uma visível associação entre a quantidade da produção científica e o porte da comunidade científica e o número de linhas de pesquisas estruturadas nos programas de pós-graduação do país. A existência de linhas de pesquisa pressupõe a existência de grupos de pesquisa estruturados e com um nível de maturidade que permite constituir a base para a formação de novos pesquisadores.

Como se pode depreender da Figura 1, a maior parte das linhas de pesquisa está relacionada à psicologia social (29,6%), seguida da clínica (17,6%) e desenvolvimento (11,6%). As linhas vinculadas à subárea de psicologia do trabalho e organizacional representam 8,3% do total (juntamente com a área de saúde), ocupando a quarta posição, embora projetos de pesquisa de docentes e discentes possam ser encontrados em muitos programas de psicologia social. No conjunto dos Programas de Pós-graduação em Psicologia do Brasil foram identificadas 15 linhas de pesquisa cujas temáticas remetem diretamente a questões desta subárea.



Figura 1: Linhas de pesquisa de programas de pós-graduação em Psicologia no Brasil
 Fonte: Coordenação da Área de Psicologia da CAPES (2008)

Quando examinamos que temas são mais comuns na descrição do conteúdo das linhas de pesquisa, utilizando-se o conjunto de ‘especialidades’ definidas na proposta de subáreas da ANPEPP discutida em seus

simpósios de pesquisa, verificamos que, apesar da diversidade, dez temas são os mais frequentes, como se vê na Figura 2, cujos números indicam percentuais com que tais temas aparecem nas definições das 15 linhas.

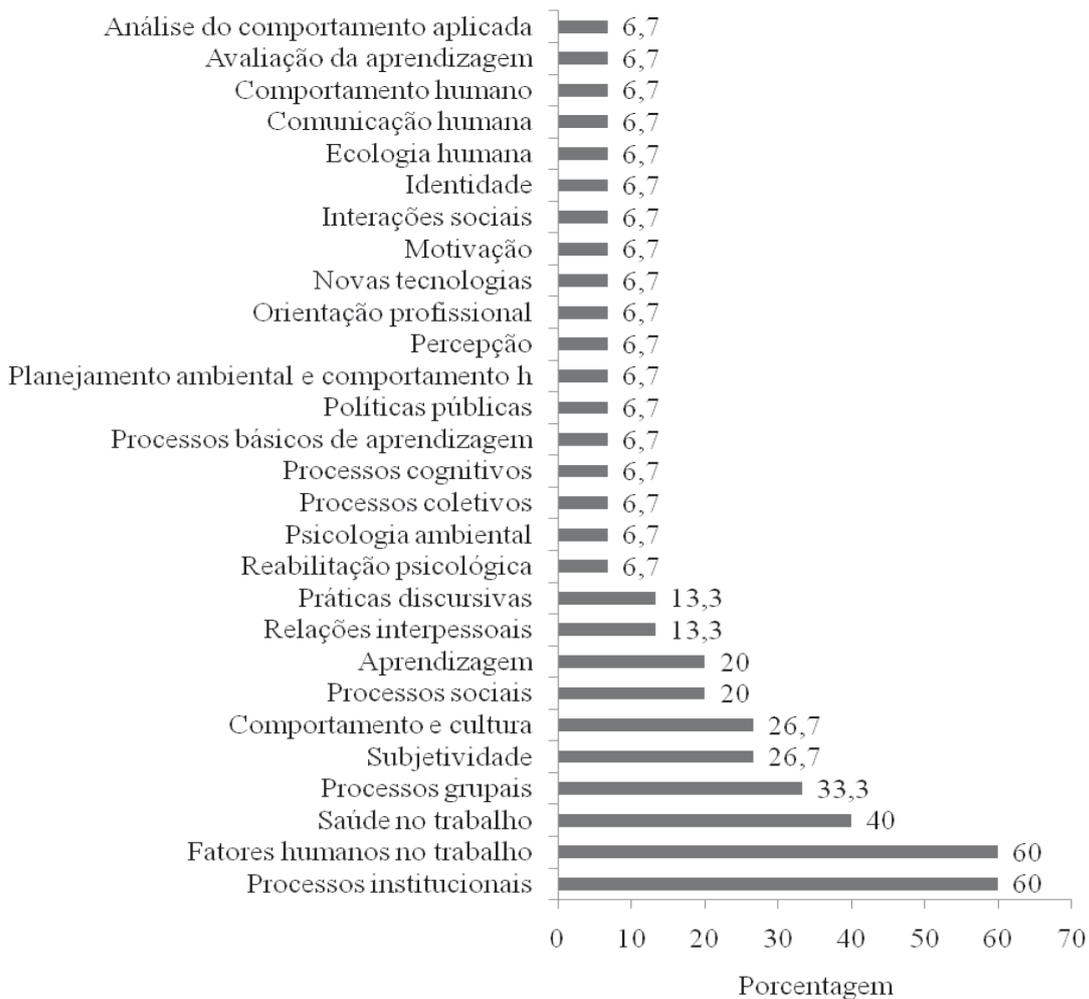


Figura 2: Temas mais frequentes das linhas de pesquisa em Psicologia do Trabalho e Organizacional
 Fonte: Coordenação da Área de Psicologia da CAPES (2008)

São visíveis dois temas prevalentes, processos institucionais e fatores humanos no trabalho, seguidos de saúde no trabalho, processos grupais, subjetividade, comportamento e cultura, processos sociais e aprendizagem. Um olhar mais atento a estes dados nos permite inferir que há uma influência marcante da psicologia social na produção do conhecimento em psicologia organizacional e do trabalho, explicado tanto por uma formação em psicologia social do pesquisador que se dedica a este vasto campo do conhecimento, quanto pela presença associada de áreas de concentração, social e do trabalho, que mantêm estreitas inter-relações nos programas de pós-graduação.

Na realidade, é amplo o conjunto de temas que aparecem em apenas uma linha de pesquisa. Neste conjunto aparecem questões clássicas (motivação, comunicação, percepção, identidade) que reforçam a estreita relação entre a psicologia social e a psicologia organizacional e do trabalho. Aparecem também temáticas relacionadas a subáreas próximas ou com as quais partilha interesses comuns e que ainda não se tornaram suficientemente maduras para constituírem linhas de pesquisa específicas, como é o caso de psicologia ambiental e orientação profissional.

Ao levar em conta os dados apresentados na Tabela 2 e nas Figuras 1 e 2, podemos inferir que o trabalho é estudado tanto na perspectiva psicossocial e das relações com a saúde e a subjetividade do trabalhador, quanto circunscrito aos contextos onde ele é realizado, a cultura, as instituições sociais e as organizações. Constata-se, todavia, que uma larga quantidade de temas clássicos da subárea, especialmente aqueles mais relacionados à aplicação a contextos organizacionais, não se tornam objeto de estudo de um conjunto significativo de pesquisadores e alunos da pós-graduação em Psicologia no Brasil. É o caso, por exemplo, de recrutamento e seleção ou mesmo de avaliação de desempenho. Os possíveis trabalhos gerados provavelmente são resultantes de interesses isolados de estudantes ou pesquisadores, não se inserindo em linhas consolidadas de pesquisa.

A linha de argumentação apresentada até aqui tenta destacar que a psicologia do trabalho e das organizações constitui um vasto campo do saber psicológico que se sustenta na articulação de subdomínios especializados bastante inter-relacionados. Independentemente de se pensar como faces ou campos especializados, a interdependência é uma de suas características principais. Não se pode pensar o trabalho sem contexto, e a organização é um dos principais, e nem trabalho sem sua gestão. Isto seria destituí-lo de uma de suas características centrais, ou seja, o de ser uma atividade social e relacional organizada e institucionalizada. Envolve algum tipo de troca entre

pessoas. Quem produz e quem usa e adquire o que é produzido, quem contrata e quem é contratado. O trabalho é feito em organizações, mesmo quando elas não são visíveis, como é o caso de muitas organizações contemporâneas que adotaram características típicas do mundo globalizado, para nele atuarem com mais desenvoltura.

Uma vez feita a caracterização inicial da subárea e relacionado o seu crescimento e diversificação ao crescimento da pós-graduação no Brasil, a próxima seção será dedicada ao panorama da pesquisa nesta grande e multifacetada subárea de conhecimento que integra trabalho, organizações e gestão. Este panorama será feito com base em revisões de literatura. O objetivo é mais do que mapear temáticas, mas explorar as características metodológicas associadas à pesquisa, algo que já é feito na área da administração há mais tempo, e em psicologia do trabalho e das organizações é uma prática mais recente.

As Características da Pesquisa em Psicologia Organizacional do Trabalho: Revisando a Literatura Nacional e Internacional

A literatura nacional e internacional dispõe de muitas revisões sobre a produção do conhecimento em psicologia organizacional e do trabalho. Torna-se, portanto, difícil discutir todos estas vertentes, considerando a limitação de páginas deste artigo. Particularmente no caso do Brasil, nos últimos anos tem crescido a produção de revisões de literatura, muito provavelmente produto da expansão das pesquisas nesta subárea.

Dividiremos esta seção em duas partes. Na primeira, discutiremos sobre as revisões de literatura mais gerais da subárea, para em seguida fazermos menção a algumas revisões mais específicas de temas mais proeminentes. Levaremos em conta as revisões de periódicos em psicologia e em administração, pelas razões anteriormente apresentadas. Na segunda parte, consideraremos as revisões de literatura internacional.

No Brasil, foi feita uma análise de 194 artigos sobre estudos organizacionais no período de 2000 e 2001 em três periódicos estrangeiros (*Organizational Studies*, *Administrative Science Quarterly* e *Academy of Management Journal*) e três nacionais (*Revista de Administração de Empresas*, *Revista de Administração da USP* e *Revista de Administração Pública*) (Vergara & Peci, 2003). O foco recaiu sobre objetivos, instrumentos de coleta de dados, corte temporal e análise de dados. Estudos com foco na explicação (55% - teste de hipóteses, relações de causa e efeito) predominam sobre a exploração (19%) e a descrição (7,3%). Mas isto

aparece de modo mais visível nos periódicos estrangeiros. Nos nacionais predominam estudos qualitativos descritivos e interpretativos. O uso combinado de técnicas de coleta de dados predomina, como, por exemplo, questionários e entrevista, visando à triangulação (várias fontes de coleta de dados, buscando a convergência e a complementaridade). O corte transversal (55,32%) prevalece sobre as pesquisas longitudinais (43,26%). O tratamento quantitativo (51%) prevalece sobre o qualitativo (37,58%), e o restante combina as duas modalidades.

Outra revisão nacional cobriu 225 relatos de pesquisa empírica sobre micro-comportamento organizacional publicados entre 1996 e 2004 em 14 periódicos de administração (60%) e psicologia (40%) (Borges-Andrade, Coelho Jr & Queiroga, 2006). Estes autores encontraram que os quatro com maior frequência de publicações foram a Revista de Administração Contemporânea, a Organizações e Sociedade, a Revista de Administração da USP e a Revista Psicologia – Organizações e Trabalho. A Figura 3 ilustra os resultados obtidos.

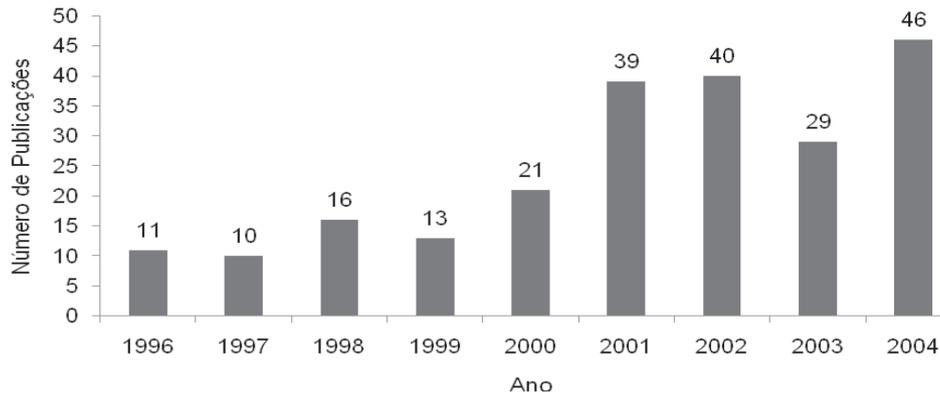


Figura 3: *Crescimento das publicações em comportamento micro-organizacional*

A Figura 4 ilustra os tipos de fenômenos mais estudados nestas pesquisas.



Figura 4: *Tópicos mais estudados em comportamento micro-organizacional*

No entanto, uma análise comparativa dos periódicos nos quais essas pesquisas foram divulgadas revela diferenças importantes entre o que é mais divulgado nos periódicos de psicologia (afetos e estresse no trabalho; interações sociais nas equipes e organizações e contratos psicológicos) e de administração (atitudes frente à mudança organizacional, cognição no trabalho, aprendizagem natural e induzida, cultura organizacional e também contratos psicológicos).

Quase metade dos autores dessas publicações tem sua última titulação em psicologia e um terço deles possui esta titulação em administração, existindo uma concentração dos vínculos institucionais na Universidade de Brasília

(21%) e na Universidade Federal da Bahia (6%). Os demais autores estão dispersos numa grande variedade de instituições de ensino federais, estaduais, confessionais e privadas.

A finalidade dessas pesquisas, em 82% dos casos, foi a geração de conhecimento, seguida pela geração de instrumentos (quase sempre validação de medidas), em 11% dos casos. Para alcançar seus objetivos, em 91% dos casos foram analisados dados cuja coleta foi primária. O uso de dados secundários, mesmo em combinação com dados primários, não passa de 7%. Por outro lado, as análises dos mesmos seguiram métodos mais variados, embora predominem as análises de conteúdo (36%) e inferenciais (33%) (vide Figura 5).

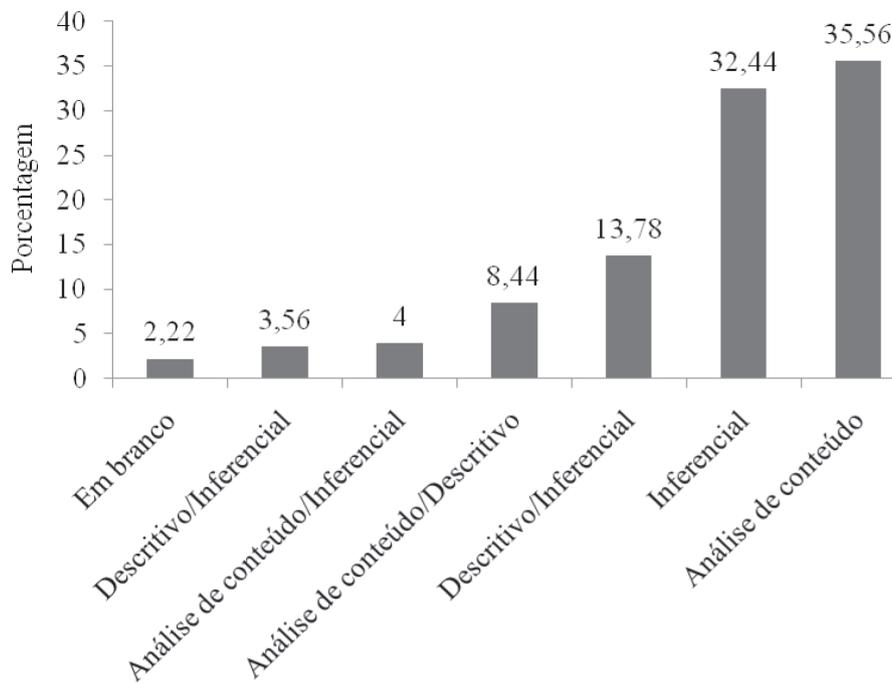


Figura 5: Análise de dados dos estudos de comportamento micro-organizacional

Os dados sugerem, como mencionado anteriormente, que a natureza dos fenômenos ressalta as diferenças entre a psicologia e a administração, embora os pesquisadores da subárea de psicologia organizacional e do trabalho publiquem em meios de divulgação de ambas. Também repercutem na escolha dos métodos de análise de dados. Assim, se os fenômenos estudados são afeto, atitude frente a mudanças, cultura e interações sociais, predomina a escolha pela análise de conteúdo. A análise inferencial é predominantemente escolhida nos estudos sobre aprendizagem, contratos psicológicos e estresse no trabalho.

A Figura 6 ilustra os setores da economia em que os estudos foram realizados. Este dado é importante, pois revela beneficiários potenciais, o que é raramente considerado quando são analisados artigos científicos publicados.

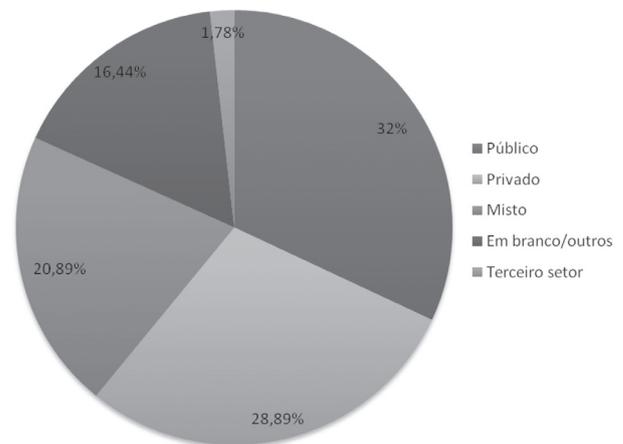


Figura 6: Setores da economia dos estudos de comportamento micro-organizacional

No setor privado, foram mais estudados os fenômenos das interações sociais, significados e identidade no trabalho. No setor público, afeto e estresse no trabalho, atitudes frente a mudanças organizacionais e contratos psicológicos foram os tópicos mais estudados. Borges-Andrade, Coelho Jr e Queiroga (2006) concluem que há evidências de desenvolvimento significativo do conhecimento nacional sobre micro-comportamento organizacional, beneficiando distintos setores e com variado arcabouço teórico. Entretanto, há profundas diferenças conceituais e de metodologias que não conferem um status de uniformidade à subárea.

Na primeira década do século XXI, também presenciemos um crescimento expressivo do número de revisões de literatura sob tópicos específicos, o que sinaliza a autonomia de alguns subdomínios da psicologia do trabalho e das organizações. A revisão de Brandão (2007) explorou a produção nacional sobre competências no trabalho, no período de 1996 a 2004, concluindo que as pesquisas estão focadas nos constitutivos das competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) e procuram relacioná-las aos papéis profissionais. Os surveys são o desenho preferido, embora tenha sido encontrado pluralismo nos desenhos de pesquisa.

A revisão de Valle (2005), que se baseou no trabalho de Brief e Weiss (2002), teve como foco de atenção a produção nacional sobre os afetos no trabalho no período de 1996 a 2001, um período um pouco mais antigo. Foram encontrados 14 artigos que investigaram satisfação e prazer-sofrimento no trabalho. A conclusão foi que a satisfação estava sendo abordada somente do ponto de vista cognitivo e não afetivo. Algumas publicações eram dedicadas à qualidade de vida no trabalho. Ademais, a produção sobre sofrimento no trabalho estava fortemente apoiada nos estudos de Dejours (1987, 2007) (por exemplo: Mendes & Abrahão, 1996, Mendes & Tamayo, 2001), apontando o seu impacto entre os autores brasileiros. Na ocasião, não foram encontrados artigos que discutissem emoções e sentimentos, bem-estar subjetivo, psicológico (na perspectiva da psicologia positiva) em contextos de trabalho, situação que pode ter mudado nos anos subsequentes.

Uma revisão de literatura sobre a temática de treinamento e desenvolvimento, entre 1980 e 1993, evidenciou um período mais antigo em que havia escassez na literatura nacional (Borges-Andrade & Abbad, 1996). Foram encontrados 55 artigos em quatorze anos, com o foco na definição e função de T&D (treinamento e desenvolvimento), mapeamento das necessidades de treinamento, planejamento, métodos, clientela e avaliação de treinamento. Dez anos de-

pois, no entanto, foi publicado o livro escrito por Borges-Andrade, Abbad e Mourão (2006), que já mostrou um quadro completamente diferente da produção científica sobre treinamento, desenvolvimento e educação em organizações de trabalho, para fundamentar a gestão de pessoas. Não por acaso, este salto ocorreu após o grupo de pesquisa desses autores ter recebido um apoio financeiro substancial de um Edital Pronex da Finep, como é reconhecido no mencionado livro.

Foram recentemente criados periódicos específicos para a subárea, como a rPOT, Revista Psicologia, Organizações e Trabalho, e os Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. Eles permitiram melhor concentração da produção nacional em periódicos especializados, evitando a dispersão, que sempre dificulta uma visão clara de tendências de pesquisa. É fato que psicólogos desta subárea publicam em periódicos de administração e freqüentam congressos de áreas afins, mas não resta dúvida de que o surgimento de periódicos especializados auxilia a traçar um panorama mais claro e a dar uma diretriz para o desenvolvimento deste campo do conhecimento. Ou seja, definir sua identidade.

A publicação, por exemplo, do livro *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil* (Zanelli, Bastos & Borges-Andrade, 2004), contribuiu de modo significativo para orientar o ensino da subárea nos cursos de graduação em psicologia e também da pós-graduação no país. Tal obra veio a substituir a literatura estrangeira e textos isolados publicados em periódicos, que não tinham a preocupação formativa. Uma consequência é que aspectos conceituais e resultados de pesquisas na subárea, redigidos por estudiosos, permitem sistematizar melhor o aprendizado e a formação dos futuros interessados em trilhar os caminhos da produção científica na subárea. No campo metodológico, tivemos duas publicações mais recentes sobre avaliação psicológica e medidas para o contexto das organizações, o livro organizado por Primi e Baumgartl (2006) e o de Siqueira (2008), que tornaram disponível uma coletânea de medidas validadas no País. Até então, embora tais medidas existissem, ficavam dispersas em artigos científicos diversos e, com muita freqüência, somente nas bibliotecas universitárias onde são depositadas as dissertações de mestrado e as teses de doutorado.

Estudo recente sobre o desenvolvimento científico da subárea da psicologia organizacional e do trabalho cobriu o período de 2001 a 2005 e analisou 1105 artigos das revistas *Estudos de Psicologia*, *Psicologia e Sociedade*, *Psicologia em Estudo*, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *Psicologia USP* e *Psicologia: Organizações e Trabalho* (Tonetto, Amazzarray, Koller & Gomes, 2008). Os resultados apontam que os desenhos de

pesquisa quantitativa (46,8%) predominam sobre os de natureza qualitativa (37,3%), sendo que apenas 16,6% são mistos. A revisão também mencionou três estudos de análise da produção científica relacionada à subárea.

Um deles é o de Bastos, França, Pinho e Pereira (1997), em que se examinou a produção sobre comportamento organizacional em periódicos de administração e psicologia e também nos Anais dos Encontros Nacionais de Programas de Pós-graduação em Administração (ENANPAD) entre os anos de 1985 e 1995. Uma conclusão na época era que os administradores contribuíam mais que psicólogos para a produção científica da subárea. No primeiro período (anos 1980) eram mais freqüentes estudos sobre clima, motivação, satisfação e produtividade, enquanto no segundo período (anos 1990) predominavam estudos sobre impactos tecnológicos, comprometimento e saúde no trabalho. O segundo relato mencionado na revisão foi o de Borges-Andrade, Oliveira-Souza, Pilati, Nonato, Silvino e Gama (1997), que utilizou como corpus de análise teses e dissertações de psicologia e administração defendidas entre 1980 e 1995, em que se constatou a predominância de estudos sobre a saúde do trabalhador. O terceiro estudo foi o de Tonelli, Caldas, Lacombe e Tinoco (2003). Ao analisar a produção entre 1991 e 2000, dos principais periódicos nacionais de administração e dos Anais dos ENANPADs, concluiu pela predominância de estudos sobre políticas de recursos humanos e a influência de teorias estrangeiras na produção nacional.

Em congruência com estes estudos, os resultados encontrados por Tonetto *et al* (2008) sinalizam poucos trabalhos sobre recrutamento e seleção, mas há um crescente aumento de estudos sobre treinamento, particularmente de desenvolvimento de habilidades e competências. Os temas mais investigados estão relacionados à saúde e ao trabalho. Há também considerável ênfase nas relações entre modelos de gestão, formas de subjetivação e saúde mental. A mesma revisão indica, em relação às referências utilizadas, a menção tanto à literatura nacional quanto estrangeira. Mas enquanto as referências estrangeiras são de artigos publicados em periódicos, a nacional se apóia principalmente em livros.

Ao redirecionarmos nossa discussão para o que ocorre na literatura internacional, torna-se oportuno destacar a existência de número expressivo de revisões de produção científica. Podsakoff e Dalton (1987) analisaram todos os artigos publicados no ano de 1985 em cinco periódicos internacionais (*Academy of Management Journal*, *Administrative Science Quarterly*, *Journal of Applied Psychology*, *Organizational Behavior e Human Decision Processes*). Constataram

que no campo das ciências organizacionais a maior parte dos estudos são *surveys* (40%), com corte temporal transversal (79%), de nível de análise individual (73%). No que tange à análise dos dados, poucos estudos utilizaram procedimentos de análise multivariada, privilegiando a análise correlacional, análise da variância e regressão múltipla.

Outra revisão cobriu todos os artigos publicados pelo JAP (*Journal of Applied Psychology*) de 1975 a 1993, totalizando quase 2000 artigos (Stone-Romero, Weaver & Glenar, 1995). O foco de análise recaiu sobre o desenho da pesquisa e a análise de dados. Quanto ao desenho, estudos experimentais aparecem em proporção similar a estudos não-experimentais (40 a 50% respectivamente). Este resultado se distingue do Brasil, onde há ainda poucos desenhos experimentais ou quase-experimentais (Borges-Andrade & Zanelli, 2004). Ocorreu também o crescimento de estudos de meta-análise, revisão de literatura e comentários (de 10 para 20%), além do aumento do uso da análise multivariada, embora menos freqüente que a análise da variância e o teste t (Stone-Romero, Weaver & Glenar, 1995).

Outra revisão comparou estratégias metodológicas em artigos publicados entre 1985 e 1987 (280 estudos empíricos) com os do período de 1995 a 1997 (334 estudos empíricos) no *Academy Management Journal*, *Journal of Organizational Methods e Administrative Science Quarterly* (Scandura & Williams, 2000). Em termos de desenho de pesquisa, os estudos de campo predominam, tendo crescido em 10% entre a década de 1980 e 1990 (de 50 para 60%). Estudos de corte transversal temporal saltaram de 77 para 86% entre as duas décadas. O nível de análise se ampliou para o grupo e a organização, para além do indivíduo. Em termos de análise, a regressão linear se tornou mais popular (31 para 42%). A análise da variância aparece em seguida, com um pequeno crescimento do uso de equações estruturais (de 4 para 9%), análise de séries temporais (3 para 6%) e análise multinível (0 para 2%).

Uma análise de conteúdo de estudos empíricos publicados no *Journal of Applied Psychology*, entre 1920 e 2000, foi feita por Austin, Scherbaum & Mahlman (2002), para investigar o desenho e as análises utilizadas. Quanto ao desenho, os de observação passiva foram os mais populares (mais de 50%), seguido de estudos experimentais (que cresceram de 15 para 50%). Em relação às análises, a regressão foi a mais popular (mais de 46% em 2000), contrapondo-se à ANOVA (análise univariada da variância) que ocupava este lugar na década de 1980. Aumentaram os usos da análise fatorial confirmatória (de 1% para

16%), modelagem de equação estrutural (de 0 para 10%) e análise fatorial exploratória (cerca de 10% em 2000).

Uma revisão bem mais recente analisou o conteúdo dos artigos publicados nos 10 primeiros anos de existência do *Organizational Research Methods* – ORM (1998- 2007) (Aguinis, Pierce, Bosco & Muslin, 2009). Quatro questões orientaram as análises: i) quais os tópicos mais consistentes ao longo do tempo; ii) quais se tornaram mais populares; iii) no que se diferenciam de outras revisões e iv) qual o impacto das pesquisas publicadas no ORM na produção da ciência organizacional. Os três desenhos quantitativos mais frequentes foram *survey* (33%), desenhos longitudinais (13%) e pesquisa eletrônica (11%). Os mais populares tópicos de desenho qualitativo foram abordagens interpretativas (26%), análise de políticas (16%) e pesquisa-ação (13,3%), o que sinaliza que a pesquisa qualitativa visa a atender a critérios claros de produção de teorias. Análise correlacional e regressão múltipla (17%) foram os tipos de análise mais utilizados em pesquisa quantitativa, seguidos pela modelagem de equação estrutural (12%) e pesquisa multinível (11%). A análise de conteúdo (21%) ocupou lugar de destaque na análise qualitativa.

Para avaliar o impacto da produção da ORM na literatura especializada, os autores analisaram as citações em outros periódicos. Uma das principais conclusões do artigo, na comparação com as revisões de literatura que o precederam, é que a inovação metodológica acontece de modo mais rápido entre autores que desenvolvem e discutem métodos de pesquisa do que entre aqueles que apenas fazem uso dos métodos. Em outras palavras, a revisão de um periódico especializado em métodos de pesquisa (ORM), quando comparada com revisões de periódicos em que predominam relatos de pesquisas empíricas, revela que é necessário dar atenção especial à formação metodológica dos estudantes de pós-graduação.

Outra importante conclusão foi que a subárea de psicologia organizacional e do trabalho recebe contribuições de diversos campos do conhecimento, da psicologia, administração, ciências sociais, educação, filosofia, economia, ciências biológicas, saúde coletiva, ergonomia e direito, reafirmando seu caráter plural, inter e multidisciplinar.

Desafios Metodológicos para a Pesquisa em Psicologia do Trabalho e das Organizações

Os desafios metodológicos de um campo científico que necessita conciliar produção de conhecimento e aplica-

ção (teoria e prática) estão relacionados com a avaliação que se faz do estado atual da produção científica neste campo e das demandas da comunidade científica e dos beneficiários deste conhecimento. Assim, não se pode desconsiderar, para fins de discussão dos desafios metodológicos, a natureza multi e interdisciplinar que está na origem da constituição deste campo do saber. Não se pode ignorar que cada campo especializado adota perspectivas epistemológicas e metodológicas às vezes divergentes, o que obriga a um diálogo maior entre as diversas áreas especializadas, para que as contribuições possam vir a ser complementares do ponto de vista teórico e metodológico, e não antagônicas.

Os dados e argumentos apresentados neste artigo sinalizam de modo claro o crescimento e a diversificação da psicologia do trabalho e das organizações, e o quanto esta expansão está relacionada com as mudanças do mundo do trabalho e da ampliação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. É justamente na pós-graduação que ocorre a socialização mais amadurecida para a produção científica, ao mesmo tempo que é um campo fértil para a inovação metodológica. Este argumento está em sintonia com os resultados da revisão de Aguinis, Pierce, Bosco & Muslin (2009), para quem os avanços metodológicos aparecem nos artigos de pesquisadores que discutem questões metodológicas e não entre aqueles que apenas realizam pesquisas empíricas.

Se quisermos avançar na produção do conhecimento em psicologia organizacional e do trabalho, devemos investir de modo mais direto, intenso e atualizado na formação metodológica nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, visando a qualificar o futuro pesquisador desta subárea no domínio de ferramentas de investigação científica, de desenho, coleta, tratamento e análise de dados. Este argumento se torna mais forte na medida em que se reconhece que a psicologia do trabalho e das organizações é sensível às demandas sociais e necessita dialogar com outros campos do saber que se ocupam dos mesmos fenômenos, trabalho e organizações.

As revisões apresentadas, referentes à literatura nacional e estrangeira, sinalizam de modo claro que os temas estudados tanto no Brasil quanto no exterior cobrem subdomínios especializados. Há, não obstante, algumas diferenças, visto que no Brasil há predomínio de estudos qualitativos em alguns subdomínios especializados. Outra diferença aparece no uso de desenhos experimentais, bem mais comum no exterior que no Brasil. É preciso vencer as barreiras epistemológicas dos que confundem críticas necessárias com tabus dogmáticos. Esta confusão produz preconceitos e afasta estudantes e pesquisadores. Ressaltamos, mais uma vez, a necessidade de se assumir uma atitude de

tolerância para com as contribuições oriundas de vertentes epistemológicas e metodológicas distintas.

Os pesquisadores brasileiros também estão mais sensíveis a questões do trabalho, tais como saúde, qualidade de vida, bem estar, sentido, significados e subjetividade do trabalhador, na comparação com pesquisadores internacionais. Há estudos sobre aprendizagem organizacional, cultura organizacional, liderança, avaliação de desempenho e treinamento que acompanham as tendências internacionais de pesquisa na subárea.

A utilização de *surveys* e estudos de corte transversal também revela as similaridades entre a produção nacional e internacional. Existe ainda uma lacuna, tanto no exterior quanto no Brasil, de estudos de corte longitudinal que permitam uma visão temporal das mudanças no contexto de trabalho.

No caso brasileiro, o uso do *survey* enfrenta outros desafios, visto que os trabalhadores nacionais possuem nível educacional menos elevado que os seus congêneres que vivem em países de primeiro mundo, dificultando o uso de questionários para se abordar o indivíduo. Em decorrência desta constatação, a adaptação dos instrumentos para tornar viável a pesquisa com outros tipos de população tem sido mais evidente no Brasil que no exterior (Borges & Pinheiro, 2002). Esforços têm sido dirigidos para a construção de medidas que se ajustem mais adequadamente aos trabalhadores de nosso país. Em outras palavras, parte substancial de nossos trabalhadores ainda tem baixa escolaridade e enfrenta dificuldades para compreender enunciados de questionários e particularmente estruturas de escalas em que se exige posicionamento sobre o nível de concordância ou discordância com proposições. Investir na construção de novas medidas ajudaria a ampliar o espectro de categorias ocupacionais estudadas, com nítidas implicações para a generalização dos resultados, como foi alertado por Borges e Pinheiro (2002). Apesar de a entrevista poder ser uma alternativa de coleta de dados para trabalhadores analfabetos e de baixa escolaridade, impõe limites para a generalização, tendo em vista as dificuldades de entrevistar um grande número de trabalhadores.

Associada à discussão da adequação dos instrumentos de coleta de dados, nos últimos anos deparamo-nos também com a preocupação de incluir novos segmentos de trabalhadores, como o rural, comumente deixado de lado em favor do trabalhador da indústria e do setor de serviços.

As revisões sobre a produção científica ainda não nos permitem traçar um perfil abrangente das decisões metodológicas da vasta e diversificada subárea do conhecimento que constitui a psicologia organizacional e

do trabalho. Ora as revisões se concentram em alguns periódicos, ora se detêm em temáticas muito específicas desta subárea. Tudo isto conduz a possíveis vieses quando se trata de analisar o perfil dominante de investigação científica e as práticas emergentes de pesquisa na subárea. Um estudo abrangente, abarcando os principais tópicos e as mais importantes revistas nacionais, está por ser realizado ou divulgado.

A produção científica de qualquer campo do saber está diretamente implicada no modo de se fazer ciência. Se as questões epistemológicas tentam responder qual conhecimento pode ser considerado válido, as questões metodológicas tentam dar uma resposta sobre o modo como se constrói conhecimento válido. Neste plano há dois níveis de indagações metodológicas: 1) o método para construir boas teorias que possam obedecer a critérios de consistência interna e coerência empírica e 2) o método para produzir conhecimento empírico válido que contribua para a generalização teórica e empírica. O primeiro coloca o desafio para a sustentação de proposições derivadas de teorias e o segundo coloca o desafio para a generalização dos resultados para outros contextos e situações similares.

A produção de boas teorias e o teste empírico de hipóteses delas derivadas caminham juntas. No campo das ciências factuais, como é o caso da psicologia e da subárea aqui discutida, a sofisticação de ferramentas metodológicas sem uma boa teoria não produz grandes avanços. Uma teoria, todavia, não consegue avançar na ausência de bons métodos que testam empiricamente sua validade (Van Maanen, Sorensen, & Mitchell, 2007).

Referências

- Aguinis, H., Pierce, C. A., Bosco, F. A., & Muslin, I. S. (2009). First decade of organizational research methods. Trends in design, measurement, and data-analysis topics. *Organizational Research Methods, 12*(1), 69-112.
- Austin, J. T., Scherbaum, C. A., & Mahlman, R. A. (2002). History of research methods in industrial and organizational psychology: Measurement, design, analysis. In S.G. Rogelberg (Ed.), *Handbook of research methods in industrial and organizational psychology* (pp.1-33). Oxford: Blackwell.
- Bastos, A. V. B., França, A. Pinho, A.P.M., & Pereira, L. (1997). Pesquisa em comportamento organizacional no Brasil: O que foi divulgado nos nossos periódicos científicos? [Resumo]. In Sociedade Interamericana de Psicologia (Ed.), *Anais, XXVI Congresso Interamericano de Psicologia* (p. 52). São Paulo: Sociedade Interamericana de Psicologia.
- Bastos, A. V. B., & Gondim, S. M. G. (Orgs.) (2010). *O trabalho do psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.

- Borges, L. O., & Pinheiro, J. Q. (2002). Estratégias de coleta de dados com trabalhadores de baixa escolaridade. *Estudos de Psicologia*, 7 (Ed. Especial), 53-63.
- Borges-Andrade, J. E., Abbad, G. S., & Mourão, L. (Orgs.) (2006). *Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho. Fundamentos para a gestão de pessoas*. Porto Alegre: Artmed.
- Borges-Andrade, J. E., Coelho Jr, F. A., & Queiroga, F. (2006). Pesquisa sobre micro comportamento organizacional no Brasil: o estado da arte. In *Anais do II Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho* (v.1, p.1). Brasília: SBPOT. Disponível em <http://www.sbpot.org.br/iicbpot/anais.asp>
- Borges-Andrade, J. E., & Abbad, G. S. (1996). Treinamento e desenvolvimento de pessoal: reflexões sobre suas pesquisas científicas. *Revista de Administração da USP*, 31(2), 112-125.
- Borges-Andrade, J. E., Oliveira-Souza, C. M., Pilati, R., Nonato, A. J., Silvino, A. M. D., & Gama, A. L. G. (1997). Pesquisa em comportamento organizacional no Brasil: Que fizeram nossas pós-graduações e que estão fazendo nossos pesquisadores? [Resumo]. In Sociedade Interamericana de Psicologia (Ed.), *Anais, XXVI Congresso Interamericano de Psicologia* (p. 52). São Paulo: Sociedade Interamericana de Psicologia.
- Borges-Andrade, J. E., & Zanelli, J. C. (2004). Psicologia e produção do conhecimento em organizações e trabalho. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade, & A. V. B. Bastos (Orgs.), *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil* (pp. 492-517). Porto Alegre: Artmed
- Brandão, H. P. (2007). Competências no trabalho: uma análise da produção científica brasileira. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 12(2), 149-158.
- Brief, A. P., & Weiss, H. M. (2002). Organizational Behavior: Affect in the Workplace. *Annual Review of Psychology*, 53, 279-307.
- Chanlat, J-F. (1993). Por uma antropologia da condição humana. J-F. Chanlat (Coord.), *Indivíduo na organização: dimensões esquecidas* (pp.21-45). São Paulo: Atlas.
- Crubellate, J. M. (2005). Estudos organizacionais no Brasil: do futuro que queremos e do futuro que teremos. *Cadernos EBAPE. BR*, 3(4). Acesso em 11/11/09, em <http://www.ebape.fgv.br/cadernosebape/arq/EO.pdf>
- Dejours, C. (1987). *Loucura do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré.
- Dejours, C. (2007). *Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Mendes, A. M., & Abrahão, J. I. (1996). Organização do Trabalho e Vivências de Prazer-Sofrimento do trabalhador: Abordagem Psicodinâmica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 12, 179-184.
- Mendes, A. M., & Tamayo, A. (2001). Valores Organizacionais e prazer e sofrimento no trabalho. *Psico-USF*, 6, 39-46.
- Munsterberg, H. (1913). *Psychology and industrial efficiency*. Acesso em 31 de Janeiro de 2010, em <http://www.gutenberg.org/etext/15154>.
- Primi, R., & Baumgartl, V. O. (2006). *Contribuições da Avaliação Psicológica no Contexto Organizacional*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Podsakoff, P. M., & Dalton, D. R. (1987). Research methodology in organizational studies. *Journal of Management*, 13, 419-441.
- Sampaio, J. R. (1995). *As três faces da psicologia do trabalho*. Revista *PSIQUE*, 5 (6), 58-82.
- Sampaio, J. R. (1998). Psicologia do trabalho em três faces. In I. B. Goulart & J. R. Sampaio (Orgs.), *Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos* (pp. 19-40). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Scandura, T. A., & William, E. A. (2000). Research methodology in management: Current practices, trends and implications to the future research. *Academy of Management Journal*, 43, 1248-1264.
- Siqueira, M. M. M. (Org.) (2008). *Medidas do Comportamento Organizacional: Ferramentas de Diagnóstico e de Gestão*. Porto Alegre: Artmed.
- Silva, G. A. V. (1992) Arquitetura social: o propósito da psicologia organizacional. In Conselho Regional de Psicologia 4ª Região (Ed.), *Psicologia: possíveis olhares, outros fazeres*. Belo Horizonte: CRP 4ª região.
- Stone-Romero, E. F., Weaver, A. E., & Glenar, J. L. (1995). Trends in research design and data analytic strategies in organizational research. *Journal of Management*, 21, 141-157.
- Taylor, F. W. (1987). *Princípios da administração científica*. Rio de Janeiro: FGV (Obra original publicada em 1911).
- Tonelli, M. J., Caldas, M. P., Lacombe, B. M. B., & Tinoco, T. (2003). Produção acadêmica em recursos humanos no Brasil: 1991-2000. *Revista de Administração de Empresas*, 43(1), 105-122.
- Tonetto, A. M., Amazarray, M. R., Koller, S. H., & Gomes, W. B. (2008). Psicologia organizacional e do trabalho no Brasil: Desenvolvimento científico contemporâneo. *Psicologia e Sociedade*, 20 (2), 155-164.
- Valle, A. R. (2005). Afeto no trabalho: o que se discute na literatura nacional. *Psicologia para América Latina*, 3. Acesso em 31 de Janeiro 2010, em http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2005000100004&lng=pt&nrm=iso.
- Van Maanen, J., Sorensen, J. B., & Mitchell, T. R. (2007). Introduction to special topic fórum: The interplay between theory and method. *Academy of Management Review*, 32, 1145-1154.
- Zanelli, J. C., Bastos, A. V. B., & Borges-Andrade, J. E. (Orgs.) (2004). *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.
- Zedec, S. (Ed.) (2010). *APA Handbook of Industrial and Organizational Psychology*. APA Handbooks of Psychology Series. Washington: American Psychological Association

Endereço para correspondência:

Rua Rodrigo Argolo, 293 apto 502 – Rio Vermelho
 CEP 41940-220 – Salvador – Bahia
 E-mail: ssgondim@ufba.br

Recebido em Abril de 2010

Revisto em Setembro de 2010

Aceito em Outubro de 2010

Métodos de Investigação em História da Psicologia

Research Methods in History of Psychology

Marina Massini¹

Resumo

O artigo descreve os procedimentos metodológicos utilizados na área dos estudos históricos em psicologia, apontando para suas derivações dos métodos da historiografia geral e da história das ciências, por um lado, e para as interações entre ciências humanas, psicologia e historiografia, de outro. Aponta como a história da psicologia, nas duas vertentes de história dos saberes psicológicos e de história da psicologia científica, nasce neste terreno. Nesse âmbito, discute: as relações entre o trabalho histórico e a preservação e a memória; a existência de diversas abordagens metodológicas dependentes da diversidade dos objetos escolhidos; a importância das fontes e de seus gêneros como ferramentas básicas da pesquisa. Por fim, discute as modalidades de escrita da história da psicologia.

Palavras-chave: Historiografia da psicologia; história e memória; abordagens metodológicas em psicologia

Abstract

The article describes the methodological procedures used in the field of historical studies in psychology, pointing to its derivatives of general methods of historiography and history of science on the one hand, and the interactions between the human sciences, psychology and history, on the other. Furthermore, the article indicates how the history of psychology emerges in the field comprised by the two strands of history of psychological knowledge and scientific psychology. In this context, the article discusses the relationship between historical work, preservation and memory; the existence of several methodological approaches dependent on the diversity of the chosen objects; the importance of sources and genres as their primary tools of research. Finally, the paper deals with the procedure for writing the history of psychology.

Keywords: Historiography of psychology; history and memory; methodological approaches in psychology

¹ Universidade de São Paulo

Este artigo nasce de uma reflexão sobre meu percurso pessoal de pesquisa na área dos estudos históricos em psicologia, realizado ao longo de trinta anos, e aborda as principais questões, interlocuções e referências metodológicas e conceituais que contribuíram para seu desenvolvimento e que se apresentaram ao longo do caminho. Deste modo, estrutura-se através de alguns tópicos principais: a definição do campo histórico – necessária para demarcar o domínio da pesquisa; as relações entre história e memória – que dizem respeito também aos atos da criação e da preservação das fontes, atos que, de um modo ou de outro, são profundamente relacionados ao nosso fazer a história; as interações entre historiografia, ciências humanas e psicologia – que exige o diálogo constante e fecundo entre os pesquisadores; o pluralismo metodológico na história da psicologia – que implica a abertura consciente e atenta diante das diversas possibilidades de se reconstruir a história; e a escrita – ou seja, o cuidado da transmissão, da comunicação e da permanência da nossa trajetória pessoal de investigação, na medida em que for trilhada num território espacial e temporal mais amplo.

A Definição do Campo Histórico

Sob o rótulo de História da Psicologia compreendem-se dois domínios distintos, o da História dos Saberes Psicológicos e o da História da Psicologia Científica: o primeiro utiliza-se dos métodos próprios da História Cultural e da História Social, o segundo assume as modalidades de investigação sugeridas pela Historiografia das Ciências. Antes de adentrarmos na análise das diferenças entre estes dois campos de investigação histórica em psicologia, vamos analisar o que eles têm em comum, a saber, a especificidade do método histórico como tal.

Michel De Certeau (2000) alerta que o trabalho do historiador é basicamente um *ato histórico* fundador de sentido e instaurador de conhecimento. Por isto, o trabalho historiográfico pode ser definido como um *fazer singular*, onde o sentido não é tanto desvendado na observação do dado, mas é fruto de um ato, de uma relação entre quem conhece e o objeto conhecido, que é por si mesma estruturalmente busca de sentido. De Certeau frisa que a própria expressão convencionalmente utilizada “fazer história” contém implicitamente esta mesma visão das coisas. Ele utiliza

assim a expressão: *operação histórica*. Nesta, cada historiador produz o documento, por meio do “gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira”, criando assim “uma nova distribuição cultural” (2000, p. 81). O historiador, “longe de aceitar os dados, os constitui” (Certeau, 2000, p. 81) por meio de uma operação técnica; mas, por sua vez, este fazer depende do seu lugar de pertença, sendo ele mesmo ator histórico. De Certeau considera a criação dos arquivos modernos como frutos desta atitude, cuja instituição deve-se à combinação de um *grupo* de eruditos, de *lugares* – as bibliotecas – e de *práticas* (cópia, impressão, comunicação, classificação etc.). Nestes arquivos, a distribuição dos documentos responde a necessidades novas e adquire sentidos diferentes dos originários. Tal processo, segundo o autor, implica em “transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona independentemente” (De Certeau, 2000, p. 83). Pois o trabalho histórico é “desvelamento de um passado morto e resultado de uma prática presente” (p. 57).

Segundo o mesmo autor, é preciso que cada historiador evidencie a *particularidade do lugar* de onde fala: com efeito, esta particularidade prende-se ao assunto que se vai tratar bem como ao ponto de vista assumido para examiná-lo. As conseqüências desta ênfase no fazer singular do historiador são várias: em primeiro lugar, é questionada a possibilidade de uma sistematização totalizadora; é afirmada a necessidade de uma discussão proporcionada a uma pluralidade de procedimentos científicos, funções sociais, convicções fundamentais; afirma-se nos historiadores a consciência de que seus discursos “enquanto falam da história, estão situados dentro da história” (De Certeau, 2000, p. 32), “fazem história” (p. 41). Nessa perspectiva, as interpretações dadas pelos historiadores são sempre parciais, sempre “relativas à resposta que cada autor dá a questões análogas no presente” (p. 34), pois “uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente” (p. 34). Contudo, a busca pessoal e comunitária da verdade faz com que o diálogo entre ‘visadas’, posições diferentes, contribua para que os estudiosos se aproximem na medida do possível da realidade histórica.

As Relações entre História e Memória

Esta questão remete também a outro aspecto metodológico importante: as relações entre história e memória. Com efeito, o entrelaçar-se entre história e

memória acontece desde o momento da produção de documento até à sua leitura e interpretação. Assim sendo, o estudo das reflexões acerca destas relações é essencial para o aprofundamento do horizonte conceitual e metodológico. Dentre outros, parece-nos importante destacar a articulação das relações entre memória e história, no que diz respeito a uma etapa essencial do trabalho historiográfico: *a produção do documento histórico*. O documento é a peça fundamental do conhecimento histórico: os documentos são vestígios, ou seja, “marcas, perceptíveis pelos sentidos, deixadas por um fenômeno impossível de captar em si mesmo” (Bloch, 2001, p. 52). Os historiadores, na verdade, reconhecem a necessidade da preservação da memória como condição que possibilita a prática historiográfica. Segundo Bloch, “a presença, ou a ausência, (dos documentos, ndr.) em determinado fundo de arquivo, em determinada biblioteca, em determinado terreno, depende de causas humanas (...) porque aquilo que se encontra afinal em jogo não é nem mais nem menos do que a passagem da memória das coisas através das gerações (2001, p. 66). Sempre segundo Bloch, a existência da fonte histórica depende da disposição de dada sociedade, ou comunidade, para “organizar racionalmente, com as suas memórias, o conhecimento de si mesma” (2001, p. 69), atacando a negligência do esquecimento e a censura.

Uma relação integrada entre memória e história implica numa concepção não-positivista, não-naturalista do que é o documento, o *dado* da história, em sua dúplici significação ativa (alguém que dá) e passiva (alguém que recebe). A crítica recentemente feita por Paul Ricoeur (2000) à separação entre memória e história proposta pela Historiografia dos Anais (Le Goff, 1992) refere-se a esta questão. Ricoeur afirma que, segundo a concepção desta escola historiográfica, a memória seria objeto da história, mas não sujeito; a história cessaria de ser parte da memória e a memória tornar-se-ia parte da história. Desse modo, porém, observa Ricoeur, toma corpo a “tentação de despojar a memória de sua função matriz da história” (Ricoeur, 2000, p. 504, tradução nossa). Com efeito, a história não visa apenas ao ausente, mas também ao vivente de outros tempos, ao ator da história que já aconteceu. Por este motivo, não podemos – segundo Ricoeur – dissolver o papel da memória no campo da história. Ricoeur sugere que as relações entre história e memória devam ser abordadas numa perspectiva histórica: as posições historiográficas que desqualificam o papel da memória no trabalho his-

tórico têm uma origem comum, que reside na ruptura operada pela historiografia moderna com a concepção da memória acontecimental própria da tradição judaica e medieval; essa ruptura possibilitou a desvinculação entre conhecimento histórico e memória. Com efeito, estas tradições postulavam a coincidência entre memória e acontecimento histórico: a memória carrega a presença do acontecimento ao qual ela se refere. Ainda segundo Ricoeur, o desenvolvimento da historiografia ocorrido no contexto do processo de secularização próprio da modernidade desemboca na proposta da crítica histórica elaborada pela historiografia positivista do século XX, em que a noção de fonte ou documento histórico acaba tornando-se independente da noção de testemunha no sentido intencional do termo. Tal ruptura entre história e memória seria também responsável pela crise da memória ao longo do século XIX. Entre as consequências antropológicas e culturais mais difundidas desta ruptura encontra-se a perda do sentido do passado pelo esquecimento sistemático ou pela destruição de seus sinais, e a solidão produzida pela interrupção do diálogo entre o passado e o presente, próprio da memória compartilhada. Ricoeur refere-se à tentativa realizada por Maurice Halbwachs (Dosse, 2004) de reintegrar a história à memória individual e coletiva: na perspectiva halbwachiana, a história se anima pela consideração da experiência humana que a originou, e a memória pessoal e coletiva se enriquece pelo passado histórico, que se torna progressivamente *nosso*.

Em síntese, a prática e a experiência cotidiana do historiador, por um lado, e a própria reflexão filosófica sobre o fazer história, por outro, parecem encurtar as distâncias entre os campos da memória e da história. Na eliminação desta distância, podemos melhor compreender o sentido unitário das operações que continuamente fazemos quando, por exemplo, ao encontrar num acervo um documento significativo, queremos também preservá-lo da destruição física do transcorrer do tempo, bem como da destruição espiritual do esquecimento. O conhecimento intelectual desse achado e o cuidado com sua materialidade constituem-se assim numa ação unitária de valoração de algo que foi dado à nossa paixão investigante. Não cabe aqui aprofundar este assunto, mas no que diz respeito ao conhecimento e ao cuidado de preservação dos arquivos para a história dos saberes psicológicos e da psicologia científica brasileira, muitos esforços tem sido realizados recentemente (Brozek & Massimi, 1998).

Novas Interações entre Historiografia, Ciências Humanas e Psicologia

A produção historiográfica recente mostra a ampliação do campo de interesse do historiador contemporâneo: desde o estudo de diversas culturas e experiências religiosas, das festas e dos ritos, do mundo dos intelectuais e da cultura popular, às diversas maneiras de viver, de habitar e de trabalhar. Esta ampliação determinou "a constituição de novos territórios do historiador através da anexação dos territórios dos outros" (Chartier, 1990, p. 14), a saber, campos já desvendados pelas Ciências Humanas, tais como a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, entre outras. Desse modo, a Historiografia começou a utilizar metodologias de investigação próprias a outras disciplinas próximas, abrindo-se, ao mesmo tempo, a projetos de pesquisa de caráter interdisciplinar acerca de seu objeto. Novas áreas da pesquisa historiográfica constituem-se num terreno multidisciplinar, envolvendo inclusive enfoques de natureza psicológica: entre outras, a Antropologia Histórica, a História do Imaginário, a História das Mentalidades, a Micro-história (Dosse, 2004). No seio desta nova perspectiva interdisciplinar, definem-se também formas novas de colaboração entre Psicologia e História e criam-se, neste domínio, abordagens inéditas para a leitura e a interpretação dos documentos. A afirmação do caráter essencial de historicidade da experiência humana, inclusive em sua dimensão psicológica, caracteriza, por exemplo, a abordagem da "Psicologia Histórica", proposta por *Ignace Meyerson* em sua obra *Les fonctions psychologiques et les oeuvres* (1948): nela, o postulado da relatividade histórica da Psicologia humana subordina a Psicologia à História e, nesse sentido, questiona a legitimidade de uma Psicologia geral do homem, entendida como conhecimento de leis universais da mente, ou do comportamento humano. Na ótica de contextualizar a indagação acerca do homem psíquico, no âmbito histórico sócio-cultural de sua existência concreta, Meyerson propõe uma psicologia pluralista, partindo da constatação de que, em todos os tempos e em todas as culturas, o homem tem se interrogado acerca de si mesmo, ao longo da história tal interrogação assumindo porém formas diferentes. A partir dos anos sessenta, consolidou-se novo setor dos estudos históricos, chamado de "História das Mentalidades", particularmente próximo à Psicologia Histórica, mas percorrido principalmente pelos

historiadores e não pelos psicólogos. Nesse enfoque, os comportamentos e as crenças da vida quotidiana de uma sociedade revelaram-se significativas de um sistema de representação do mundo profundamente vinculado com as formulações intelectuais mais elaboradas (concepções religiosas ou filosóficas, sistemas científicos etc.).

O Pluralismo Metodológico na História da Psicologia

Após a crise dos modelos historiográficos tradicionais (positivista, idealista, marxista), a grande maioria dos historiadores contemporâneos concorda com o fato de que a historiografia não dispõe de arcabouços metodológicos preestabelecidos. Escolhem-se as modalidades de elaboração dos dados a partir do dar-se efetivo da indagação que, por sua vez, inscreve-se no contexto social e cultural ao qual o próprio historiador pertence. Isto vale também no que diz respeito ao domínio da história da psicologia - domínio composto por objetos diversificados próprios a diferentes contextos espaço-temporais e tendo configurações epistemológicas diferentes. Esta pluralidade de caminhos metodológicos diz antes de mais nada respeito aos dois campos que definimos no início deste texto: a História dos Saberes Psicológicos e a História da Psicologia Científica que, por sua vez, remetem aos métodos da história dos saberes e aos da história das ciências.

A História dos Saberes define-se como a reconstrução histórica de conceitos e sistemas conceituais e práticos, entendida como parte da História Cultural, (domínio de conhecimento histórico definido por R. Chartier em termos de história das visões do mundo), beneficiando-se de recursos metodológicos próprios deste domínio. Conforme afirma Chartier, “a noção de visão do mundo permite articular, sem os reduzir um ao outro, o significado de um sistema ideológico descrito por si próprio, por um lado, e, por outro, as condições sociopolíticas que fazem com que um grupo, ou uma classe determinados, em dado momento histórico, partilhem, mais ou menos, conscientemente ou não, esse sistema ideológico” (1990, p. 49). A História dos Saberes Psicológicos ocupa-se então daqueles aspectos específicos da visão do mundo de uma determinada cultura, relacionados a conceitos e práticas que na atualidade podem ser genericamente entendidas como psicológicas. A definição do que é psicológico, nesse caso, permanece necessariamente indeterminada e vaga, sen-

do uma denominação convencional e provisória a ser substituída no decorrer da pesquisa pela terminologia e demarcação de campo, próprias a específicos universos sócio-culturais investigados.

Com efeito, o que é definido como “psicológico”, no século XVI, baseia-se em matrizes filosóficas e teológicas (por exemplo, a matriz aristotélico-tomista) e em concepções antropológicas (por exemplo, a concepção do homem como “micro-cosmo”), muito diferentes das matrizes e concepções antropológicas que fundamentam a Psicologia filosófica moderna. Deste modo, tratar-se-á, por exemplo, de estudar a “terapêutica moral” do século XIX, ou os “remédios para o ânimo” do século XV, ou as “paixões” do século XVI. Desta forma, do ponto de vista metodológico, devem ser tomadas como sendo “centrais as descontinuidades, que fazem com que se designem, se admitam e se avaliem, sob formas diferentes ou contraditórias, consoante às épocas, os saberes e os atos”. (Chartier, 1990, p. 65). Para melhor exemplificar, as categorias de ‘memória’, ou de ‘percepção’, apesar de hoje serem conceitos inerentes à psicologia, poderiam comparecer em textos antigos como parte de um discurso de natureza ética, teológica ou estética. Ou, ainda, o uso da categoria de subjetividade seria totalmente anacrônico se fosse aplicado ao entendimento do ser humano no Ocidente medieval, ou clássico, ou na cultura oriental. Portanto, no âmbito de nossas pesquisas, entendemos que a utilização de uma determinada terminologia e de determinados rótulos deveria ser especificada a cada vez no âmbito do específico projeto de pesquisa a realizar, de modo que os conceitos abordados possam ser analisados conforme a complexidade que assumiram no período histórico estudado. Desse modo, os títulos de várias pesquisas por nós desenvolvidas foram escolhidos nesta perspectiva, como por exemplo: *Os olhos vêem pelo coração: o conhecimento psicológico das paixões na história da cultura brasileira dos séculos XVI a XVII* (Massimi & Silva, 2001); *Palavras, almas e corpos no Brasil colonial* (Massimi, 2005); *Um incêndio desejo das Índias* (Massimi & Prudente, 2002); focalizando-se em cada caso o tema abordado: paixões, palavras, almas e corpos, desejo, etc. Evidentemente, todos eles são temas objeto de estudo da psicologia antiga e contemporânea e, portanto, perfeitamente cabíveis numa história da área.

No que diz respeito à História dos Saberes, parece especialmente apropriado o modelo pluridimensional de M. De Certeau. Este distingue dois universos

de investigação histórica e, portanto, de material historiográfico: documentos-vestígios do nível do que é pensável, em determinado período histórico (o que é possível pensar e escrever); e documentos-vestígios do nível das práticas sociais (práticas que expressam um saber). Trata-se, portanto, de duas dimensões articuladas e complementares, que seguem lógicas próprias e diferentes ritmos de crescimento (regimes de temporalidade). Assim, os dois campos da História Cultural e da História Social podem ser reciprocamente ligados. No âmbito de nossas pesquisas, a pluridimensionalidade metodológica proposta por De Certeau permitiu-nos estudos que levam em conta a articulação entre a escrita e a oralidade. No caso do universo cultural brasileiro, o estudo da cultura oral revela-se decisivo, sendo esta o campo mais amplo para o processo de apreensão, elaboração e transmissão cultural, no passado e em parte também no presente. Nesta perspectiva, enquadra-se a escolha que fizemos de abordar determinados gêneros de documentos, especialmente na área da oratória sagrada e das crônicas narrativas de festas e cerimônias de teor religioso ou político no período colonial. Com efeito, trata-se de práticas culturais (a pregação e as celebrações) que se fundamentam na oralidade e na gestualidade para expressar e transmitir doutrinas ou atitudes e posicionamentos religiosos, morais e políticos. A leitura de tais documentos revelou serem eles produtos de uma construção articulada e intencional voltada a promover conhecimento, persuasão e modificação de condutas por meio da mobilização do dinamismo psíquico dos destinatários, fundado na arte retórica. Dedicamos, assim, vários trabalhos ao estudo da pregação, tomada como fonte de transmissão de conceitos e práticas psicológicas, mas também como expressão da articulação entre retórica, teoria do conhecimento e psicologia filosófica. Trata-se, em suma, de uma prática de uso da palavra muito significativa e, num certo sentido, precursora da moderna confiança na força da palavra e do discurso que perpassa a psicanálise e, em geral, as psicoterapias. (Massimi, 2005 e 2007a).

Outro tema presente em nossas pesquisas, e que pode ser melhor abordado pela bidimensionalidade metodológica proposta por De Certeau entre o pensável e a prática, é o da imagem, a qual, juntamente com a palavra, é um grande recurso de transmissão cultural em sociedades marcadas pela oralidade (e não somente nelas). Trata-se de um objeto que

atinge o destinatário no nível da percepção sensorial, mas que também desencadeia um percurso cognitivo, na medida em que também carrega nela seu significado. Portanto, diz respeito ao dinamismo psíquico ativamente mobilizado no processo de conhecimento. Assim como a palavra, é um objeto cultural com relevante apelo psicológico. Por suscitar processos psicológicos, a imagem tem sido estudada pelos psicólogos com interesse crescente, mas seu alcance não se limita ao mundo anímico, sendo que o interesse pela imagem cresceu, na cultura do século XX, por vários motivos, dentre os quais o sucesso da psicanálise, que valoriza e introduz no uso comum palavras como imagem e símbolos, devendo, porém, lembrar-se de que o pensamento simbólico e o recurso à imagem é próprio de todo ser humano e precede a linguagem e o raciocínio discursivo. Toda imagem tem função ao mesmo tempo cosmológica, antropológica e psicológica, e por isto, traduzir as imagens em termos de meros fatos psíquicos é uma operação sem sentido. Evidencia-se, portanto, que a investigação histórica acerca deste tema implica em adentrar na questão das relações complexas entre psicologia e cultura. Feitas estas ressalvas metodológicas, é claro tratar-se de um tema particularmente apto para diálogos fecundos entre os saberes psicológicos e psicologia contemporânea – constituindo-se em certo sentido como tema *comum* e propondo questões que de vários modos são objetos de investigação e de discussão no passado mas também no presente. O tema pode ser abordado seja pela vertente das conceituações dadas ao tema da imagem como objeto cultural e ao processo psíquico exigido para recebê-la e processá-la (a imaginação); seja pela vertente das práticas de uso deste objeto, práticas destinadas a mobilizar o dinamismo psicológico e cognitivo. Em ambas as conotações do pensável e das práticas, a imagem assume grande relevância no contexto brasileiro, especialmente no período colonial. É recorrente o recurso a ela nos mais diversos âmbitos e modalidades, tais como: as estátuas e as decorações nas igrejas barrocas; as metáforas e as imagens lingüísticas nos discursos dos pregadores; os elementos iconográficos utilizados nas cerimônias públicas, sagradas e profanas; a composição de cenários e de elementos figurativos imaginários empregados para a aprendizagem; a memorização, a reflexão e as atividades religiosas como oração e meditação. Todos esses fatores são motivos que nos determinaram na

escolha deste tema de investigação ao qual dedicamos vários trabalhos (Massimi, 2007b e 2008).

Já no que diz respeito à História da Psicologia Científica, os métodos se remetem ao domínio da História das Ciências. O historiador inglês, A. Crombie (1987), assim delinea os objetivos da pesquisa nesta área: a apreensão dos problemas que interessavam os cientistas e que foram solucionados no período histórico escolhido para a investigação; o entendimento das hipóteses, das expectativas e do que os pesquisadores daquela época consideravam como sendo respostas e explicações válidas; o levantamento dos trabalhos bem sucedidos e reconhecidos e das teorias e dos experimentos fracassados, ou que seriam inadequados ou mal concebidos para a nossa mentalidade contemporânea. Segundo o autor, a preocupação principal do historiador das ciências deve ser de “interpretar metas, concepções e soluções do passado tal como se deram no passado”. O erro consiste na utilização do “superior conhecimento científico contemporâneo para avaliar descobertas e teorias do passado como antecipações e contribuições ao presente” (Crombie, 1987, p. 19, tradução nossa).

Posto isto, o historiador das ciências utiliza os mesmos recursos metodológicos de todo historiador: a saber, as fontes (organizadas por gêneros) e a análise interpretativa. Esta se norteia com base em alguns alicerces derivados da epistemologia, ou seja, na definição, do ponto de vista da teoria filosófica do conhecimento, dos critérios de demarcação de uma teoria científica. Neste sentido, historiografia da ciência e epistemologia procedem conjuntamente. Uma epistemologia continuísta, a saber, que enfatiza o desenvolvimento gradual de conceitos e métodos, inspira uma historiografia que rechaça a distinção radical entre História dos Saberes e História das Ciências (Crombie, 1987). Uma epistemologia descontínuísta, que concebe o avanço do pensamento científico como determinado por rupturas e revoluções (Kuhn, 1982) inspira uma historiografia centrada na ênfase nas diferenças, nas discontinuidades, privilegiando, portanto, os momentos históricos de instabilidades, marcados pela ocorrência das anomalias (Canguilhem, 1977). Uma epistemologia externalista que atribui o avanço da ciência a fatores de natureza econômica, política, social e cultural origina uma historiografia que busca preferencialmente as variáveis externas como determinantes do processo científico (Young, 1985, Merton, 1970). Uma epistemologia internalista que entende a ciência como processo autônomo funda-

do em características inerentes ao conhecimento humano, norteia uma historiografia centrada no estudo do pensamento científico em termos conceituais e metodológicos (Debus, 2005).

A Historiografia da Psicologia Científica reflete em si mesma estas tendências (Brozek e Massimi, 1998). Assim, por exemplo, pode-se conceber as relações entre História dos Saberes Psicológicos e História da Psicologia Científica segundo ambas as perspectivas, descontínuísta ou continuísta. A primeira foca os eventos que marcam rupturas e descontínuidades na evolução histórica da Psicologia: segundo historiadores que abraçam esta perspectiva, não haveria um único percurso histórico nem uma única Psicologia, e sim diversas “Psicologias”, produtos de diversas histórias (Hilgard, Leary & McGuire, 1998). Sendo assim, as relações entre a História dos Saberes Psicológicos e a História da Psicologia Científica seriam definidas por uma profunda descontínuidade. Numa perspectiva continuísta, pelo contrário, o saber psicológico desenvolver-se-ia de modo linear e cumulativo, não havendo cortes entre História da Psicologia Científica e História dos Saberes Psicológicos. Muitos autores que formularam conhecimentos psicológicos no passado longínquo seriam então considerados como precursores de teorias mais recentes. A nosso ver (Brozek e Massimi, 1998), cada uma das duas perspectivas trouxe contribuições importantes à Historiografia da Psicologia do ponto de vista metodológico: por um lado, o descontínuismo alerta para a apreensão da diversidade como sendo o elemento fundamental do trabalho historiográfico; por outro lado, o continuísmo valoriza formas de conhecimentos que, elaborados num passado distante, mantêm seu valor heurístico na atualidade.

Enfim, gostaríamos de ressaltar a importância de concebermos os estudos históricos em Psicologia na perspectiva de um pluralismo metodológico. Com efeito, as relações entre a Historiografia da Psicologia, a Historiografia das Ciências e a Historiografia Geral proporcionam à primeira uma pluralidade de modelos e métodos. Em muitos casos, é necessário que seja utilizado na pesquisa um enfoque “multi-fásico” e funcional ao problema específico abordado, dependendo do objeto investigado. Nesse sentido, concordamos plenamente com Hilgard, Leary e McGuire (1998), quando afirmam que “cabe ao historiador da psicologia a escolha dos métodos mais apropriados para a indagação historiográfica acerca de um determinado tema, num determinado período de tempo, num dado contexto,

no âmbito de sua área de estudos. Pelo contrário, o método não deve ditar os tópicos da pesquisa” (1998, p. 48). Nesse sentido, cabe também um constante diálogo entre os estudiosos que através de suas pesquisas específicas sob diferentes abordagens contribuem todos para a reconstrução de um mosaico (a reconstrução histórica) que se aproxime da melhor forma possível do acontecimento histórico conceitual focado.

Ressaltamos, por fim, que componentes essenciais do método historiográfico, bem como dos critérios que norteiam a escolha dos objetos de estudo, são a curiosidade, as perguntas e os interesses culturais e sociais de cada estudioso. Se, conforme escreve Ariès, “a história se concebe como um diálogo onde o presente não está nunca ausente,” a reconstrução histórica é “não apenas uma técnica de especialista, mas uma maneira de ser no tempo do homem moderno” (Áries, 1989, p. 246).

As Fontes e os Gêneros

As fontes são os tijolos essenciais para a construção da pesquisa histórica. Entende-se por fonte qualquer testemunha perceptível sensorialmente que nos dá notícia acerca da vida humana do passado (documentos escritos, objetos, retratos, etc.). As fontes são caracterizadas por três elementos essenciais: a natureza material; o gênero; o conteúdo. De início, fazemos as opções quanto ao tipo de história que produziremos através das fontes que selecionamos e dos temas que escolhemos para nelas pesquisar: “as fontes históricas determinam a paisagem que nós reconstituímos com a ajuda da documentação que elas nos forneceram” (De Certeau, 2000, p.81).

As fontes para a reconstituição da história da psicologia, entendida em toda a amplitude de seu domínio, pertencem a gêneros diferentes. Entende-se por gêneros a divisão e classificação dos discursos segundo os fins que se tem em vista e os meios empregados. Assim, o gênero é determinação importante do conteúdo, pois, como alerta Pécora, “a construção da forma já faz parte da narrativa da história” (2001, p. 68); ou, dito de outro modo, conforme O’Malley, “o como dizer é importante tanto quanto o que dizer: o como e o que nunca podem ser separados totalmente um do outro” (2007, p. 14).

Uma pesquisa historiográfica rigorosamente conduzida destaca a especificidade dos gêneros dos documentos, o que exige o conhecimento dos recursos retóricos e conceituais disponíveis na época para cada um

destes gêneros e de seu valor enquanto instrumentos de difusão cultural. Pécora afirma que “os diferentes gêneros retórico-poéticos dos vários textos estudados não são formas em que se vazam conteúdos externos a elas, mas determinações constitutivas dos sentidos verossímeis de cada um desses textos” (2001, p. 11). Tais determinações de sentido, por vez, são temporais por funcionar de modo diferente em diferentes períodos históricos.

Os gêneros mais comuns de fontes para estudos históricos em psicologia são: correspondência epistolar; narrativas de viagens, relatórios, catálogos e informes; peças de oratória e documentos ligados à oralidade; narrativas de celebrações (festivas, políticas, religiosas); narrativas de ficção e obras poéticas; tratados (filosóficos, científicos, e das demais áreas das ciências humanas e naturais); manuais para uso didático; artigos em revistas (científicas); artigos em revistas (divulgação); teses e trabalhos acadêmicos de modo geral; currículos e programas escolares.

Citamos, para exemplificar, uma pesquisa por nós realizada tomando um gênero específico de fontes, um tipo de correspondência epistolar até hoje inédita encontrada no dito Arquivo da Cúria Geral da Companhia de Jesus em Roma: as cartas *Indipetae*, a saber, os pedidos para o envio nas terras de além-mar encaminhados pelos jovens noviços dos colégios da Companhia na Europa aos seus Superiores. Nesta documentação, riquíssima tanto qualitativa quanto quantitativamente (trata-se de cerca de 16 mil cartas), emergem motivações, emoções e temperamentos dos autores, bem como o lugar que o além-mar ocupa no imaginário destes jovens europeus dos séculos XVI e XVII. Parte desta documentação referente aos colégios portugueses, espanhóis e italianos foi selecionada e reproduzida. Nem todos os pedidos (objeto das cartas) eram atendidos pelo superior: o método de avaliação era baseado na leitura das mesmas e no conhecimento de seus autores por meio das informações fornecidas pelo Padre Provincial, pelo mestre dos noviços e pelos Catálogos trienais. O critério de avaliação baseava-se na análise das motivações descritas nas cartas: em primeiro lugar, a conformidade ao perfil ideal (antropológico e religioso) do sujeito – assim como definido pelo fundador Inácio de Loyola em sua vida e em seus escritos, bem como pela literatura de espiritualidade da Companhia naquele período. Em segundo lugar, havia a análise das circunstâncias da vida do sujeito: suas relações com os familiares, a idade, as aptidões demonstradas (“talentos”), os conhecimentos adquiridos, seu estado

psicofísico ("compleição", ou temperamento). Por parte dos autores, que nas cartas relatam sua história de vida antes e depois da entrada na Companhia, a ênfase cai no "desejo" e nos sentimentos experimentados diante da perspectiva da missão além-mar, no processo de imitação de alguma figura ideal (da Companhia) e, em alguns casos, na confirmação do desejo recebida por alguns sinais interpretados como divinos (sonhos, encontros e fatos ocorridos). Como em muitos casos os pedidos não eram atendidos, vários insistem no assunto escrevendo repetidas cartas, cujo tom é cada vez mais apelativo e marcado pela insistência no desejo. Diferentemente do restante do corpo da correspondência epistolar elaborado no âmbito da Ordem, apesar da escritura das *Indipetae* ser instituída por uma norma do Padre Geral da Companhia visando a disciplinar e a tomar conhecimento dos pedidos para o envio em missão, parece não existir uma normativa quanto às formulas para a redação das mesmas. Nesse sentido, os documentos podem ser considerados parcialmente expressivos da experiência psicológica de seus autores, dentro dos moldes que na época normatizavam a expressão das vivências interiores pela escrita. Para a análise da mesma, foi utilizado o enfoque da história conceitual, especificamente baseando-nos na teoria dos temperamentos e na teoria das paixões, bem como a abordagem da história das mentalidades que visa a reconstruir o processo de formação da subjetividade moderna. Escolhemos realizar uma leitura das cartas focada no conceito de "desejo", por este ser um lugar comum presente nestes documentos com grande frequência. O desejo foi analisado nas significações e usos inerentes às cartas, bem como nos significados próprios deste conceito na história da cultura contemporânea à escritura das cartas e especialmente na história da cultura jesuítica (Massimi & Prudente, 2002, Sousa & Massimi, 2002).

A Escrita da História

Podemos comparar a escrita da história ao trabalho artesanal da tecelagem: dispomos de fios (as fontes) que ordenamos em tramas (as narrativas), sempre levando em conta a possibilidade de existirem outros fios e outras tramas.

Em primeiro lugar, pode-se partir do conteúdo das fontes, por exemplo, em termos de tópicos (e perguntas) que dizem respeito a temas de interesse atual da psicologia (os processos psíquicos básicos tais como sensação, cognição, memória, etc.; as práticas de cuidado com a infância e a adolescência; as emoções, sua vivên-

cia subjetivas, seus correlatos fisiológicos, movimentos expressivos e seu controle; as motivações; a sexualidade, as imagens e a imaginação, etc.). Esta modalidade de organizar a narrativa histórica propicia o diálogo com as preocupações e interesses da área, no presente. É deste presente que brota e traz consistência e pertinência o interesse plenamente humano pelo passado.

Em segundo lugar, pode-se organizar o produto da reconstrução histórica por gêneros e pela inscrição das fontes utilizadas em gêneros, por exemplo: a correspondência epistolar; as narrativas; os sermões e outros documentos escritos originariamente destinados à oralidade; os tratados filosóficos. Esta modalidade permite um entendimento das relações entre os saberes psicológicos e as demais áreas de saber que fundamentam os gêneros considerados (ex: retórica; literatura; teoria da arte; filosofia, teologia, etc.). Além do mais, no caso da cultura brasileira, a compreensão das imbricações entre oralidade e escrita e das diversas aplicações do gênero retórico pode ser iluminadora para o resgate da cultura oral enquanto depositária do saber, bem como do entendimento da articulação e da função de transmissão de saberes e práticas exercidas pelas práticas teatrais, rituais e celebrativas.

Por fim, pode-se organizar a narrativa acerca da história dos saberes psicológicos em termos de discursos psicológicos concebidos (e concebíveis) por diferentes áreas: a filosofia; a medicina; a instrução e educação, a política; o direito etc.

Desse modo, ao pluralismo dos modelos de análise corresponde também o pluralismo das narrativas históricas. Assim, podemos escrever diversas histórias dos saberes psicológicos no Brasil: pois, como já R. Watson (1998) assinalava, há uma pluralidade de modos de se escrever a história.

O que foi aqui apresentado é um percurso possível, entre tantas e outras possibilidades que a investigação histórica abre aos que se interessam por ela.

Referências

- Áries, Ph. (1989). *O tempo da história* (R. Leal Ferreira, trad.). São Paulo: Francisco Alves. (Obra original publicada em 1954).
- Bloch, M. (2001). *Apologia da história. Ou o ofício do historiador*. (A. Telles, trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editor (Obra original publicada em 1993).
- Brozek, J., & Massimi, M. (1998). *Historiografia da Psicologia Moderna – Versão Brasileira*. São Paulo: Loyola.

- Canguilhem, G. (1977). *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*. (E. Piedade, trad.). Lisboa: Edições 70.
- Chartier, R. (1990). *A história cultural. Entre práticas e representações*. (M. M. Galhardo, trad.). Lisboa: Difel.
- Crombie, A. (1987). *História de la Ciência: De San Agustín a Galileo*. Vol I. (J. Bernia, trad.). Madri: Alianza Editorial (Obra original publicada em 1959).
- De Certeau, M. (2000). *A escrita da história*. (M. L. Menezes, trad.). São Paulo: Forense Universitária (Obra original publicada em 1975).
- Debus, A. (2005). Ciência e história: o nascimento de uma nova área. In A. M. Alfonso-Goldfarb & M. H. R. Beltran, *Escrevendo a história da ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. (pp. 13-39). São Paulo: Ed. PUC-SP/ Livraria da Física/Fapesp.
- Dosse, F. (2004). *História e ciências sociais*. (F. Abreu, trad.) Bauru: Edusc.
- Kuhn, T. (1982). *A estrutura das revoluções científicas*. (B. N. Boeira e N. Boeira, trad.). São Paulo: Perspectiva (Obra original publicada em 1962).
- Hilgard, E. R., Leary, D. E., & McGuire, G. R. (1998). A história da psicologia: um panorama e uma avaliação crítica. In J. Brozek & M. Massimi (Orgs.), *Historiografia da Psicologia Moderna – Versão Brasileira* (pp. 399-432). São Paulo: Loyola.
- Le Goff, J. (1992). *História e Memória*. (I. Ferreira, B. Leitão & S. F. Borges, trad.). Campinas: Unicamp. (Obra original publicada em 1990).
- Massimi, M. (2005). *Palavras, almas e corpos no Brasil colonial*. São Paulo: Edições Loyola.
- Massimi, M. (2007a). Palavras e saberes psicológicos na história da cultura brasileira. In A. M. J. Vilela & L. Sato, *Diálogos em Psicologia Social* (pp. 185-196). Porto Alegre: Ebangraf-Abrapso Sul.
- Massimi, M. (2007b) Imagens da natureza na pregação jesuítica em Terra Brasilis. In A. H. Baptista (Org.), *A Natureza nos Novos Mundos* (pp. 28-47). Lisboa: Apenas.
- Massimi, M. (2008). As imagens e sua função no dinamismo anímico dos ouvintes: percursos da oratória sagrada brasileira do século XVI ao XVIII. In L. Marques, *A Fábrica do Antigo* (pp. 303-328). Campinas: Unicamp.
- Massimi, M. & Prudente, A. B. (2002). *Um incendiado desejo das Índias*. São Paulo: Edições Loyola.
- Massimi, M. & Silva, P. J. C. (2001). *Os olhos vêem pelo coração: o conhecimento psicológico das paixões na história da cultura brasileira dos séculos XVI a XVII*. Ribeirão Preto: Editora Holos.
- Merton, R. K. (1970). *Science, technology and society in seventeenth century England*. New York: Harper.
- Meyerson, I. (1948). *Les fonctions psychologiques et les œuvres*. Paris: Vrin.
- O'Malley, J. (2007). *Quattro culture dell'Occidente*. (G. Rigamonti, trad.). Milão: Vita e Pensiero. (Obra original publicada em 2004).
- Pécora, A. (2001). *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp.
- Ricoeur, P. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil.
- Souza, L. V., & Massimi, M. (2002) Il desiderio dell'oltremare nelle *litterae Indipetae*: le condizioni psicologiche per l'azione nella narrativa di giovani gesuiti del sedicesimo secolo. *Memorandum*, 3, 55-71. Acessado em 11/04 /2010, em <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos03/souza01.htm>.
- Watson, R. (1998). Abordagem sociopsicológica: o estudo da personalidade. In J. Brozek & M. Massimi, *Historiografia da Psicologia Moderna – Versão Brasileira* (pp. 389-398). São Paulo: Loyola.
- Young, R. (1985). *Darwin's metaphor*. Cambridge: Cambridge University Press.

Endereço para correspondência:

Marina Massimi
Rua Américo Brasiliense, 1340/111
CEP 14015-150 - Ribeirão Preto – São Paulo
E-mail: mmassimi3@yahoo.com

Recebido em Abril de 2010

Revisto em Setembro de 2010

Aceito em Outubro de 2010

Questões Sobre Avaliação de Processos Psicoterápicos

Issues in Evaluation of Psychotherapy Process

Makilim Nunes Baptista¹

Resumo

O artigo objetiva discutir formas de avaliação de eficácia em intervenções psicoterápicas, baseadas nos delineamentos de ensaios clínicos randomizados (randomized clinical trials), delineamentos quantitativos que regem as novas tendências de intervenções com base em evidências de pesquisas experimentais. Aborda-se inicialmente a definição de eficácia e eficiência e as principais características dos delineamentos que avaliam eficácia de intervenções psicológicas, tais como os ensaios clínicos e as meta-análises. Em seguida são descritos os principais problemas relacionados à complexidade em desenvolver pesquisas de eficácia em intervenções psicológicas, tendo como base os estudos que sustentam a medicina baseada em evidências. Por último, o autor relata pesquisas internacionais sobre eficácia em intervenções psicológicas e seus resultados, comparando abordagens teóricas/intervenções diversas em problemas tais como depressão, ansiedade, fobias, problemas sexuais, dentre outros.

Palavras-chave: Avaliação; processos psicoterápicos; eficácia; eficiência.

Abstract

This paper aims to discuss ways of evaluating the effectiveness of psychotherapeutic interventions, based on designs of RCTs (randomized clinical trials), quantitative designs that rule the new trends of interventions based on evidence from experimental research. The article focuses, initially, on the definition of effectiveness and efficiency, and the main features of the designs that assess the effectiveness of psychological interventions, such as clinical trials and meta-analysis. Next, the main problems related to complexity in developing research on the effectiveness of psychological interventions, based on studies that support evidence-based medicine are described. Finally, the author reports on international research on effective psychological interventions and their results, comparing theoretical approaches / interventions in various problems such as depression, anxiety, phobias, sexual disorders, among others.

Keywords: Evaluation; psychotherapeutic processes; effectiveness; efficiency.

¹ Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco

Um grande contingente de psicólogos opta pela prática da psicoterapia, seja em consultórios particulares, seja em serviços hospitalares, serviços de saúde mental e clínicas especializadas em diversos problemas de saúde. Pesquisas realizadas ou encomendadas pelo Sistema Conselhos de Psicologia vem insistentemente mostrando que a opção pela psicologia clínica ainda se mostra uma tendência da classe (CFP, 1994, 2004; CRP, 1995), inclusive em pesquisa mais recente (Gondim, Bastos & Peixoto, 2010). Nesse sentido, parece ser de suma importância que o psicólogo consiga demonstrar que os processos psicoterápicos possam ser confiáveis do ponto de vista de sua eficácia, já que diferentes tipos de psicoterapias e técnicas podem ser mais indicadas para o tratamento de problemas específicos (Abreu & Oliveira, 2009).

Com o advento do desenvolvimento de delineamentos de pesquisa metodologicamente mais controlados e confiáveis, os estudos baseados em evidência

vem sendo considerados importantes ferramentas na demonstração de eficácia de processos interventivos, principalmente os estudos baseados em delineamentos de ensaios clínicos randomizados e meta-análises (Gildron, 2002; Starcevic, 2003), delineamentos baseados em controle, manipulação de variáveis e randomização de amostras e/ou métodos e técnicas estatísticas desenvolvidas para integrar resultados de pesquisas de campo (Baptista & Morais, 2007; Luiz, 2002). Na área da psicologia, diversas são as formas de se avaliar a eficácia de intervenções psicológicas, desde aquelas menos rigorosas até as mais confiáveis à luz do positivismo lógico (Myers, 2003). Por exemplo, as pesquisas de opinião com clientes e psicoterapeutas em relação à eficácia de intervenções psicológicas podem ser consideradas como menos rigorosas, pois podem ser tendenciosas à boa avaliação tanto dos clientes quanto dos psicoterapeutas. Isso se deve a diferentes motivos, já que o cliente pode tender a acreditar no tratamento sem condições técnicas de avaliação da intervenção ou devido ao tipo de relação

estabelecida, o que o impediria de realizar uma avaliação mais crítica e mais aguçada do processo. Por último, o próprio psicoterapeuta pode não ter condições (impessoalidade) de avaliar o seu trabalho ou também tender a avaliá-lo de maneira positiva (Myers, 2003).

Este panorama acaba levando pesquisadores e clínicos a estudarem e questionarem a eficácia e eficiência em psicoterapia, lembrando que a eficácia é baseada em estudos experimentais, com amostras randomizadas e grupos homogêneos (experimental e controle), ou seja, condições artificiais com alta validade interna, enquanto que pesquisas sobre eficiência testam tratamentos em condições da prática clínica, ou seja, em ambientes naturais, podendo ocorrer com desenhos quase-experimentais ou sistemáticos e naturalísticos, enfatizando a validade externa (Lutz, 2003). Baptista, Baptista e Dias (2003) destacam que a pesquisa deveria ser o ponto de partida de qualquer prática e que diversos são os delineamentos responsáveis para avaliar eficácia e eficiência em psicoterapia. Delineamentos experimentais seriam formas mais controladas de se verificar a eficácia em processos psicoterápicos pelo refinamento metodológico que norteia os seus princípios, principalmente os estudos randomizados e duplo-cegos (Baptista & Morais, 2007).

Historicamente, Neil (2003) enfatiza que as intervenções terapêuticas que lidam com problemas psicológicos não possuem mais do que 100 anos. Para Hibbs (2001), o interesse pela avaliação dos processos psicoterápicos data do pós-guerra (segunda grande guerra), sendo que a primeira geração de pesquisas em resultados de processos psicoterápicos ocorreu entre 1950 e 1960, enfocando inicialmente as mudanças de personalidade; de 1960 a 1970, enfocando a modificação do comportamento e, por último, nos anos 80, a terceira geração de estudos, abrangendo intervenções de tempo limitado e comparando diferentes tratamentos com problemas clínicos específicos, também chamados de trials.

Neil (2003) aponta para a importância de se desenvolver, na comunidade científica, pesquisas de maior qualidade metodológica para avaliar a eficácia de intervenções psicoterápicas, inclusive no sentido de se compararem os efeitos de tipos diferentes de intervenções e bases teóricas. Com relação a este ponto, já em 1967, Paul (1967) formulou uma máxima referente aos processos psicoterápicos, ou seja, “Quais tratamentos são mais efetivos, para quais pacientes, sob quais condições?”. Tais especificidades das pesquisas em processos

psicoterápicos podem ser fundamentais em discriminar a Psicologia baseada em evidências da psicologia baseada na “fé”, sendo essa última a crença não fundamentada por pesquisa de que os processos psicoterápicos seriam eficazes para diversos problemas humanos, ou mesmo em pesquisas de levantamento com o paciente ou psicoterapeuta sobre a eficácia do tratamento.

Um dos precursores da questão da eficácia em processos psicoterápicos foi o psicólogo britânico Hans Eysenck (1952), que revisou 24 estudos de resultados em psicoterapia, concluindo que dois terços das pessoas que sofriam de distúrbios não-psicóticos melhoravam com psicoterapia. No entanto, o autor também relatou que uma porcentagem similar também melhorava no grupo daqueles que não faziam psicoterapia, como, por exemplo, aqueles que ficavam aguardando em listas de espera, sendo que a melhora poderia se dar por meio da remissão espontânea. Apesar de diversas falhas metodológicas neste estudo, tais como a falta de controle sobre os diversos delineamentos das pesquisas, instrumentos de avaliação diferentes e não padronizados, dentre outros, esse estudo chamou a atenção da comunidade científica. Assim sendo, Eysenck conseguiu disparar uma controvérsia na área, principalmente entre acadêmicos, pesquisadores e clínicos, que foi seguida por diversas pesquisas para avaliar se realmente a psicoterapia seria eficaz em diversas problemáticas (Eysenck, 1952; Kopta, Lueger, Saunders & Howard, 1999).

Pesquisas que utilizam randomização e avaliações cegas (double-blind) exigem profundos conhecimentos de metodologia, além de demandarem vastos recursos financeiros e tempo, pois são delineamentos longitudinais, sendo mais frequentes na psiquiatria, com testes de medicamentos (Baptista & Morais, 2007). Em alguns países, como Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, entre outros, as pesquisas experimentais sobre processos psicoterápicos são frequentes (Balon, 2009; La Greca, Silverman & Lochman, 2009; Mohr et al, 2009), o que não ocorre no Brasil.

Seligman (1995), um dos mais importantes críticos sobre eficácia em psicoterapia, argumenta que, em delineamentos quantitativos, algumas condições básicas devem ser respeitadas para uma pesquisa de qualidade, tais como a randomização (aleatoriedade) dos participantes em ensaios clínicos; o rigor com o grupo controle, inclusive a inserção de grupo placebo na comparação dos resultados; utilização e seguimento de protocolo de psicoterapia, com sessões gravadas e avaliadas por juízes

externos; fixação de número limitado de sessões no tratamento; objetivos e resultados operacionalizados adequadamente, com a aplicação de instrumentos válidos e confiáveis, além de avaliações cegas (blind). Ressalta-se ainda a importância da exclusão de comorbidades confundidoras na escolha da amostra — por meio de diagnósticos bem estabelecidos, tais como aqueles baseados em taxonomias dos manuais de transtornos mentais — e a necessidade do seguimento dos participantes para avaliar se a intervenção foi eficaz a curto, médio e/ou longo prazo (follow-up).

Parloff (1982) relata que o Instituto Nacional de Saúde Mental (National Institute of Mental Health – NIMH's) nos Estados Unidos vem apontando sobre a importância do desenvolvimento de pesquisas de eficácia em diversas áreas da saúde mental, inclusive para determinar quais tratamentos serão subsidiados pelos recursos federais. As entidades federais e seguros de saúde americanos traçam suas estratégias baseados em evidências de eficácia dos diferentes procedimentos psicológicos.

Mesmo assim, Schestatsky e Fleck (1999) comentam que há 12 anos atrás, não haviam tantas evidências de eficácia de psicoterapias, por exemplo, com tratamento de depressões, relatando que, provavelmente, os psicólogos e psiquiatras se baseavam mais na experiência intuitiva do funcionamento da psicoterapia com seus clientes idosos depressivos, por meio das experiências profissionais cotidianas. Scazufca e Matsuda (2002), também na tentativa de avaliar artigos sobre eficácia de psicoterapia versus farmacoterapia, no tratamento de depressão em idosos, encontraram poucas pesquisas, inclusive internacionais, de acordo com o critério de inclusão estabelecido por eles, e concluíram que as evidências sobre a eficácia da psicoterapia não são seguras, além de sugerirem a necessidade do desenvolvimento de ensaios clínicos bem conduzidos.

Hoje em dia, a quantidade de estudos relacionados a ensaios clínicos randomizados cegos e duplo-cegos, além de meta-análises, já começa a ser ampliada, principalmente quando relacionada a determinados transtornos e/ou linhas teóricas. Por exemplo, Mululo, Menezes, Fontenelle e Versiani (2009) avaliaram diversas pesquisas internacionais de ensaios controlados sobre eficácia do tratamento cognitivo e/ou comportamental para o transtorno de ansiedade social e concluíram que essas modalidades de terapias são tão eficazes quanto o tratamento farmacológico. Já Linden & Moseley (2006) encontraram em uma centena de estudos

controlados (trials) eficácia comprovada de tratamento comportamental para a depressão, além de diversos outros estudos que avaliam a questão da eficácia de tratamentos farmacológicos e/ou psicossociais para problemas mais específicos, tais como tabagismo, enurese, transtorno obsessivo-compulsivo, autismo, habilidades sociais, desordens alimentares, dentre outros (Bloomgarden & Calogero, 2008; Brownley, Berkman, Sedway, Lohr & Bulik, 2007; Bulik, Berkman, Brownley, Sedway & Lohr, 2007; Elder, Caterino, Chão, Shacknai & Simone, 2006; Goldstein, 2002; Manzoni et al, 2008; Meneghello, Pereira & Silves, 2006; Prazeres, Souza & Fontenelle, 2007; Shapiro, Berkman, Brownley, Sedway, Lohr & Bulik, 2007).

Como citado anteriormente, os estudos internacionais são publicados frequentemente. No entanto, os nacionais ainda são escassos, principalmente aqueles que são publicados em periódicos brasileiros e analisam estudos nacionais, já que os publicados no Brasil analisando estudos internacionais são mais frequentes em nossa literatura científica. Provavelmente, a pouca frequência desses estudos está associada à dificuldade em fazer ensaios clínicos randomizados duplo-cegos e, conseqüentemente, ter massa crítica para, então, propor estudos de meta-análise.

A Complexidade do Problema

A investigação sobre eficácia de processos psicoterápicos é um assunto complexo e com diversas variáveis, começando pelo número de linhas teóricas, procedimentos e nomenclaturas diferentes. As psicoterapias e intervenções também variam em relação ao tipo de objetivo proposto, foco, técnicas utilizadas, frequência dos encontros, tempo de intervenção, voltadas à personalidade ou características do comportamento (Abreu & Oliveira, 2009; Cordioli, 1998). Alguns autores relatam a existência de mais de 250 tipos de terapias psicossociais (ex: psicoterapias tradicionais, aconselhamento, métodos de psicoeducação), chegando até a 450, isto sem pensar na quantidade de transtornos catalogados nos manuais estatísticos psiquiátricos, que formam aproximadamente 150 grupos de diagnósticos de saúde mental, o que demandaria um grande número de ensaios clínicos para abordar toda essa complexidade (Parloff, 1982; Feixas & Miró, 1993).

Nos Estados Unidos, por exemplo, é muito comum a utilização de procedimentos baseados em pesquisas que utilizam algoritmos (guias de intervenções

específicas para diversos casos de problemas psiquiátricos/psicológicos) ou mesmo livros de recomendações de tratamento, também denominados *guidelines* ou linhas de conduta para transtornos específicos (Maruish, 1998). Já no Brasil esta prática pode ser bastante diferente, ou seja, não há, de forma metódica, a manufatura, utilização e publicação de *guidelines* nas práticas psicoterápicas, não se sabendo, de forma padronizada, como as teorias, princípios, técnicas e procedimentos em diversas práticas psicoterápicas estão sendo ensinadas por docentes e supervisores (Campos, 1998). Nesse sentido, sabe-se que o treinamento de terapeutas necessita de estudos, a fim de obter critérios e métodos sistemáticos para o ensino e avaliação da prática da supervisão (Moreira, 2003).

Outro ponto premente na avaliação de processos psicoterápicos, também no Brasil, diz respeito à utilização de instrumentos de avaliação válidos e confiáveis no desenvolvimento de pesquisas. Por meio das Resoluções nº 025/2001 e 02/2003, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2001, 2003) criou uma comissão especializada para avaliar os testes, chamada de Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica, com o intuito de determinar quais testes possuem condições de uso nas mais variadas situações de atuação do psicólogo, como, por exemplo, diagnóstico, levantamento de sintomas, mensuração de habilidades, processos e fenômenos psicológicos. Sendo assim, a área de avaliação psicológica se mostra fundamental para contribuir com a possibilidade de expansão de pesquisas na área de eficácia em processos psicoterápicos.

Além das questões metodológicas e relativas à avaliação psicológica, diversas outras variáveis estão diretamente relacionadas com a avaliação dos processos psicoterápicos e devem ser levadas em consideração nos estudos sobre eficácia, já que as linhas de pesquisa em eficácia terapêutica podem se diferenciar em avaliar os tratamentos das patologias, o estudo diferencial de técnicas dos pacotes terapêuticos e as variáveis que estão presentes no processo psicoterápicos (Gavino, 1996).

Em relação às variáveis do processo terapêutico, podem ser analisadas as do terapeuta, cliente e do processo. Algumas das variáveis do terapeuta são os níveis de conteúdo, inter-relações, linguagem utilizada, explicações, habilidades para aplicar técnicas, empatia, autenticidade, aceitação, como se propõe o conteúdo das sessões, forma de apoio, interrupções, dentre outras. As variáveis do cliente também não são em menor número e englobam características como a percepção que este tem do terapeuta, valores em comum, como é visto o

psicoterapeuta, envolvimento ativo no processo, compromisso para mudar, reconhecimento da responsabilidade do processo psicoterápico, capacidade em reconhecer sentimentos, comportamento defensivo, dentre outros. Por último, as variáveis do processo terapêutico envolvem a seleção de comportamentos-problema e objetivos, o processo de tomada de decisões e soluções de problemas, os tipos de intervenções que provocam impacto, expectativa de êxito por ambas as partes e locus de controle da relação, além de outras tantas mais.

Além de todos os pontos assinalados anteriormente, Starcevic (2003) ainda levanta o dilema da ortodoxia em análises baseadas na avaliação positivista encontrada nas ciências médicas, especificamente na medicina baseada em evidência, que impõem a medida de eficácia baseada em um sistema já moldado em um paradigma que propicia as próprias análises positivistas, tema também abordado por Kuhn (1975). Sendo assim, os ensaios clínicos randomizados seriam considerados os padrões-ouro em termos do reconhecimento da eficácia em intervenções. No entanto, há algumas diferenças importantes entre uma pesquisa para avaliar eficácia de medicamentos e eficácia de intervenções psicossociais.

Algumas das razões que Starcevic (2003) aponta para as dificuldades de se utilizar o delineamento de ensaio clínico randomizado na avaliação de intervenções psicoterápicas se baseiam, por exemplo, na dificuldade em se diagnosticar precisamente um transtorno psiquiátrico no cliente que busca a psicoterapia, já que o mesmo pode começar um processo psicoterápico com comportamentos-problema específicos que não se encaixariam em um modelo diagnóstico psiquiátrico. O segundo fator seria a dificuldade de se utilizar um placebo em pesquisas com psicoterapia, já que qualquer tipo de intervenção tipo placebo poderia ter elementos ativos no desempenho do cliente. Um terceiro fator se refere à dificuldade em se ter avaliações duplo-cegas em pesquisas com psicoterapias, pois os psicoterapeutas saberiam que tipos de tratamento (teoria, intervenção) estão oferecendo aos clientes. Por último, Starcevic (2003) ainda comenta sobre a dificuldade em se ter guias de tratamento ou mesmo intervenções padronizadas em algumas linhas teóricas ou intervenções psicológicas.

Mesmo com todas as dificuldades apontadas anteriormente, há diversas formas para se estabelecer protocolos de avaliação e demonstrar resultados de eficácia nos processos psicoterápicos, mesmo que todos os delineamentos possuam limitações e as pesquisas possam estar

sujeitas a vieses em seus métodos. Neste sentido, Starcevic (2003) também sugere que, independente das limitações do estabelecimento de delineamentos de ensaio clínico randomizado para intervenções psicológicas, é de suma importância que os psicólogos e pesquisadores avaliem a eficácia dos processos psicoterápicos, mesmo que, para isto, haja a necessidade de adaptações nos delineamentos de pesquisa utilizados. O autor ainda complementa que, independentemente das questões que envolvam paradigmas positivistas, a comprovação de intervenções psicológicas pode auxiliar na aprovação de tais práticas por parte da comunidade científica mais cética e/ou na maior valorização destas práticas por profissionais de psicologia e de áreas afins, além da própria população, tendo como “efeito colateral” a padronização de determinadas intervenções para problemas específicos.

Evidência de Eficácia em Processos Psicoterápicos

Passados mais de 50 anos desde que Eysenck publicou seu artigo que motivou a busca de evidências da eficácia dos processos psicoterápicos, já é possível encontrar, em diversas pesquisas, dados que confirmem o valor de alguns procedimentos psicossociais, como visto anteriormente. Além do reconhecimento do valor dos procedimentos psicológicos, Parloff (1982) comenta que os planos de saúde nos Estados Unidos subsidiam diversos serviços de profissionais de saúde baseados em estudos de eficácia, tais como nos casos de psiquiatras, psicólogos clínicos, assistentes sociais, enfermeiras psiquiátricas, além da crescente demanda por outros profissionais como nos casos de aconselhadores matrimoniais (ou terapias de casal), aconselhadores sexuais e familiares.

Além dos *trials*, o procedimento mais importante nos últimos anos para se avaliar eficácia em psicoterapia é a meta-análise, procedimento estatístico baseado em revisão sistemática da literatura de pesquisas com delineamentos experimentais, ou seja, de ensaios clínicos randomizados, a fim de consubstanciar evidências de eficácia em processos de intervenção medicamentosa e psicoterápica (Chaves, Soares e Mari, 1995; Streiner, 1991). Segundo Neil (2003), os resultados expressos por meta-análises usam o termo tamanho do efeito (“effect-size”), nada mais sendo que uma medida que utiliza diferença de médias e expressa desvios-padrão, no sentido de demonstrar a diferença entre medidas realizadas antes e após a intervenção estudada. Sendo assim, o tamanho de efeito denominado pelo nú-

mero zero não indica mudança, já um valor positivo indica um aumento na medida, geralmente relacionado com a melhora do problema do cliente.

Apesar de diversas controvérsias em relação à interpretação dos resultados, Neil (2003) aponta que um dos mais utilizados parâmetros de interpretação é aquele fornecido por Cohen, no qual um valor de até 0,2 seria considerado fraco ou pequeno, a partir daí até 0,5 moderado, e maior do que 0,5 até 0,8 grande ou expressivo. O primeiro autor também atenta para a importância da interpretação dos resultados, já que nem sempre um valor de tamanho do efeito considerado como pequeno deve ser interpretado como tal, já que dependeria de que tipo de variáveis estão sendo interpretadas. Como exemplo, comenta que mesmo um tamanho de efeito pequeno de um comportamento ou transtorno de difícil mudança deve ser interpretado de forma diferenciada, já que pode ser mais expressivo do que um tamanho de efeito grande em um comportamento ou transtorno de fácil tratamento e/ou modificação.

Uma das pioneiras meta-análises de evidências de eficácia em terapia foi realizada por Smith e Glass (1977), por intermédio da seleção de 375 estudos que tinham pelo menos um grupo de terapia comparado com um grupo sem tratamento ou um outro grupo também tratado com outra modalidade terapêutica, excluindo-se algumas modalidades de terapia tais como hipnoterapia, biblioterapia, terapia ocupacional, social, aconselhamento de pares, psicodrama, além de estudos com drogas. Em média, 75% dos clientes que receberam psicoterapia melhoraram quando comparados à aqueles que não receberam algum tipo de tratamento. As modalidades de psicoterapia/procedimentos inclusos na pesquisa e as médias do tamanho do efeito foram: psicodinâmica (0,59), Adleriana (0,71), análise transacional (0,58), racional-emotiva (0,77), gestalt (0,26), centrada no cliente (0,63), dessensibilização sistemática (0,91), implosão (0,64) e modificação do comportamento (0,76). Neste estudo, foram levados em consideração diversos problemas, tais como redução de ansiedade e medo, aumento de auto-estima e dificuldades relacionadas com trabalho e escola, portanto, diversas variáveis e tipos de abordagens e intervenções, o que, de certa forma, exige muita cautela na interpretação dos resultados globais.

O trabalho de Smith e Glass foi replicado por Shapiro e Shapiro (1982) com alguns refinamentos metodológicos, tendo como objetivo melhorar pontos críticos metodológicos inerentes à época em que foi es-

crito. Shapiro e Shapiro revisaram 143 pesquisas, com pelo menos três grupos de comparação. O tamanho do efeito de algumas modalidades de psicoterapia/intervenções foi: comportamental (1,06); procedimentos comportamentais (biofeedback, dessensibilização sistemática, reforçamento, modelagem, treino de habilidades sociais – 0,99); métodos cognitivos (1,0) e métodos dinâmicos e humanísticos (0,40). Os problemas pesquisados foram muito mais variados que a pesquisa anterior e agruparam-se em: ansiedade e depressão, fobias (agorafobia, cobra, aranha, ratos, dentista, avião), problemas de saúde (hipertensão, dor de cabeça, obesidade, abuso de substâncias, insônia, etc), problemas sociais e sexuais (assertividade, inadequação social, comunicação de casal, dificuldades sexuais) e outros (inabilidade acadêmica, indecisão vocacional, etc).

O tamanho do efeito de todos os procedimentos psicoterápicos compilados por Smith e Glass (1977) foi de 0,68 (média), mais baixo do que o mesmo índice compilado por Shapiro e Shapiro (1982), que calcularam o índice de 0,93, lembrando que, dos trabalhos da primeira pesquisa, apenas 15% foram incluídos. Um fato bastante interessante é que Smith e Glass consideraram em seu estudo não só os artigos de periódicos, mas também as dissertações levantadas na época, o que diminuiu o tamanho do efeito, não ocorrendo o mesmo com a pesquisa de Shapiro e Shapiro. Talvez o tamanho do efeito seja realmente menor na pesquisa dos últimos autores, pois provavelmente ocorreu um viés de publicação na área, sendo que há uma maior probabilidade de só serem publicadas as pesquisas que demonstram a maior eficácia dos procedimentos psicoterápicos.

Aproximadamente 302 estudos de eficácia em processos psicoterápicos (intervenções psicológicas, educacionais e tratamentos comportamentais) foram avaliados por Lipsey e Wilson (1993), comparando uma vasta gama de tratamentos, desde os mais tradicionais, como psicoterapia comportamental individual, grupal (diversas faixas etárias), até programas de tratamento para delinquência juvenil, tratamentos baseados em meditação e hipnose, programas de desinstitucionalização para doentes mentais crônicos e programas educacionais de instrução computadorizada. Apesar da miscelânea de processos psicoterápicos e educacionais, delineamentos, amostras e tratamentos estatísticos diferentes, 85% das pesquisas obtiveram o tamanho do efeito de 0,20 ou mais. Quando avaliados os delineamentos com grupos controle e estudos randomizados, o tama-

nho do efeito, em média, foi de 0,47, aumentando para 0,76 em delineamentos que utilizaram um grupo pré e pós-teste, sendo que os autores concluem favoravelmente sobre a eficácia de diversos tratamentos psicológicos.

No ano de 2000, Shadish, Matt, Navarro e Phillips realizaram uma meta-análise diferenciada, com critérios que não abarcaram a rigidez de pesquisas totalmente controladas, tais como os ensaios clínicos randomizados clássicos. As 90 pesquisas de eficiência avaliadas incluíram, em três blocos de análises, clientes clinicamente representativos, ou seja, mais parecidos com clientes do “mundo real” (ambos sexos, status sócio-econômico); diversas modalidades de psicoterapias praticadas pelos terapeutas; sem manual de tratamento pré-cursado pelos terapeutas (*guidelines*); sem definição exata de número de sessões, dentre outras condições. Os autores concluíram, de forma geral, apesar de algumas limitações metodológicas, que, mesmo sob condições de representatividade de amostra, sem controles ou alta especificidade dos clientes e terapeutas, ainda assim as terapias psicológicas apresentam resultados favoráveis em termos de eficácia. Kopta e colaboradores (1999), por exemplo, afirmaram que centenas de estudos demonstram que a psicoterapia funciona mais do que os placebos, relatando que nos últimos anos a psicoterapia passou por momentos de avaliação, tais como questionamentos sobre a eficácia, questionamentos sobre os tipos de desenhos metodológicos utilizados no passado para provar tal eficácia, além de críticas sobre as técnicas utilizadas em psicoterapias.

A afirmativa que, de forma geral, a psicoterapia é eficaz vem sucedida, segundo Kopta e colaboradores (1999), de alguns questionamentos, tais como a incerteza do porque as psicoterapias funcionam, inclusive pela possibilidade de diversos tipos de processos psicoterápicos terem uma espécie de princípio ativo, como observado nos medicamentos, que talvez seja uma combinação de variáveis inespecíficas do processo, tais como a lealdade, aliança terapêutica, espaço de troca de questões pessoais, aceitabilidade, incondicionalidade, dentre outras. Os autores ainda sugerem que desenhos de pesquisas devem englobar os fatores inespecíficos quando avaliam eficácia de processos psicoterápicos, a fim de identificar a importância de tais variáveis na eficácia.

Por último, como aponta Hine, Werman e Simpson (1982), nas ciências naturais, as medições e o controle de variáveis são mais precisos e, conseqüentemente, mais fáceis de se mensurar, desenvolvendo-se um conhe-

cimento mais preditivo, o que não ocorre com os eventos psicossociais. Sendo assim, o fenômeno psicoterapia talvez requiera metodologias diferenciadas daquelas utilizadas nas ciências médicas, necessitando-se de uma concepção mais “relaxada” de ciência.

Hine e colaboradores (1982) ainda apontam que provavelmente os pesquisadores estudam fragmentos do processo psicoterápico e que, dependendo do olhar e das bases científicas adotadas, alguns delineamentos podem ser menosprezados perante outros pela comunidade científica mais positivista. Um dos exemplos deste tipo de “preconceito científico” são os estudos de caso que, quando julgados pelo prisma do positivismo-empiricismo, seria considerado como um delineamento ineficaz para explicar os fenômenos psicológicos, já que não possuiria validade externa, além da também questionável validade interna, o que poderia ser considerado um erro em questão de julgamento, já que este tipo de delineamento pode ser altamente valioso para o desvendamento de determinadas relações que os estudos quantitativos não teriam (pelo menos ainda) domínio ou condições de estudar.

Considerações Finais

Em diversos países de primeiro mundo já é bem definida a superioridade da psicoterapia, em várias intervenções, com inúmeros problemas, quando comparada com placebo ou grupos de não-tratados, por intermédio de estudos de eficácia, como ensaios clínicos randomizados e/ou meta-análises. Neste sentido, ainda são escassos estudos brasileiros utilizando tais delineamentos para determinar quais procedimentos psicoterápicos (técnicas, linhas teóricas, pacotes terapêuticos) são mais eficazes para quais problemas, sob quais circunstâncias, direcionando assim as decisões de clínicas, planos de saúde e profissionais. Assim, julga-se importante a formação de grupos de pesquisa, associações ou mesmo linhas de pesquisa de programas de pós-graduação em avaliação de processos psicoterápicos, pois provavelmente a forma de fazer psicoterapia e as imensas diferenças culturais entre os países de primeiro mundo com o Brasil justificariam a necessidade de ensaios clínicos regionais e nacionais.

Por intermédio de um corpo de pesquisa controlado e confiável, seria possível argumentar, de forma mais concisa, com os planos de saúde, dirigentes hospitalares, médicos, outros profissionais de saúde, políticos e sociedade, o valor e eficácia dos processos psicoterápi-

cos. Pesquisas brasileiras que possam demonstrar a eficácia da psicoterapia, quando comparada com placebos e/ou medicamentos, podem ser uma excelente forma de se pressionar os políticos e dirigentes de planos de saúde a incluírem os serviços psicológicos no rol de especialidades obrigatórias, o que geraria um vasto campo de trabalho para milhares de psicólogos que desejam oferecer seus importantes serviços à população, seja por meio de atendimento clínico particular ou por intermédio de planos de saúde.

Apesar dos dados sobre eficácia dos processos psicoterápicos baseados em meta-análises internacionais serem razoavelmente confortáveis, a sua generalização para o Brasil não parece ser confiável, já que as diferenças culturais e de formação na área da psicoterapia são muito relevantes entre os diversos países. Os livros de conduta psicoterápica (*guidelines*) também não fazem parte da cultura psicológica brasileira. O treinamento clínico e os alicerces teóricos que profissionais de psicologia de diferentes países recebem também devem ser levados em consideração, já que estes fatores podem modificar a noção de qual deve ser o objetivo da psicoterapia, além, é claro, de se levar em consideração as diferenças políticas e culturais entre os países.

Como afirma Parloff (1982), são necessários estudos de eficácia de qualquer procedimento, seja ele médico ou psicológico, e estas condições acabam por motivar cientistas e estudiosos a desenvolverem estratégias metodológicas mais precisas, a fim de se avaliarem com maior acuidade as evidências de eficácia das intervenções, levando-se sempre em consideração as questões sociais, éticas e também econômicas, apesar de que, algumas formas de psicoterapia, à luz do positivismo lógico, não estejam formatadas à avaliação por ensaios clínicos randomizados. Por outro lado, muito cuidado deve ser tomado em relação ao desenvolvimento da psicologia baseada em evidências, pois a partir do momento em que as decisões são tomadas em detrimento de evidências de eficácia, a psicoterapia pode se reduzir aos princípios regidos pela política do capital e somente direcionada ao impacto do resultado, gerando uma visão também distorcida. Um dos grandes desafios na área da psicologia, legado aos pesquisadores, estudiosos e clínicos no Brasil seria tentar encontrar uma forma de desenvolver estudos capazes de avaliar a eficácia de intervenções, sem a necessidade de subordinar a psicologia a uma visão estritamente positivista e/ou capitalista.

Referências

- Abreu, N., & Oliveira, I. R. (2009). Tratamento Psicoterápico da Depressão. In A. L. T. Lacerda; L. C. Quarantini; A. M. A. Miranda-Scippa, J. A. Del Porto & colaboradores, *Depressão – do neurônio ao funcionamento social*. Porto Alegre: Artmed.
- Balon, R. (2009). Cognitive-Behavioral Therapy, Psychotherapy and Psychosocial Interventions in the Medically Ill. *Psychotherapy Psychosomatics*, 78, 261-264.
- Baptista, M. N., & Morais, P. R. (2007). Delineamento experimental. In M. N. Baptista & D. C. Campos, *Metodologias de Pesquisa em Ciências*. Rio de Janeiro: LTC.
- Baptista, M. N., Baptista, A. S. D., & Dias, R. R. (2003). A Psicologia da Saúde no Mundo e a Pesquisa no Contexto Hospitalar. In M. N. Baptista & R. R. Dias (Orgs.), *Psicologia Hospitalar: teoria, aplicações e casos clínicos* (pp.1-10) Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan.
- Bloomgarden, A., & Calogero, R. M. (2008). A Randomized Experimental Test of the Efficacy of EMDR Treatment on Negative Body Image in Eating Disorder Inpatients. *Eating Disorders*, 16, 418-427.
- Brownley, K. A., Berkman, N. D., Sedway, J. A., Lohr, K. N., & Bulik, C. M. (2007). Binge Eating Disorder Treatment: A Systematic Review of Randomized Controlled Trials. *International Journal of Eating Disorders*, 40 (4), 337-348.
- Bulik, C. M., Berkman, N. D., Brownley, K. A., Sedway, J. A., & Lohr, K. N. (2007). Anorexia Nervosa Treatment: A Systematic Review of Randomized Controlled Trials. *International Journal of Eating Disorders*, 40 (4), 310-320.
- Campos, L. F. L. (1998). A Formação do Psicólogo no Brasil e no Mundo. In L. F. L. Campos, *Formação, Supervisão e Treinamento em Psicologia Clínica* (pp. 17-27). São Paulo: EPU.
- Chaves, A. C., Soares, K. V. S., & Mari, J. J. (1995). Meta-análise e suas Implicações para a Pesquisa em Psiquiatria. *Revista ABP-APAL*, 17(1).
- Conselho Federal de Psicologia – CFP (1994). Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP (2001). Resolução 25/2001. Acesso em 10 de Setembro de 2010, de www.pol.org.br.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP (2003). Resolução 02/2003. Acesso em 10 de Setembro de 2010, de www.pol.org.br.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP (2004). Pesquisa do IBOPE retrata psicólogos brasileiros. *Jornal do Conselho Federal de Psicologia*, 79, 3-3.
- Conselho Regional de Psicologia 6ª Região – CRP (1995). *Psicologia: formação, atuação profissional e mercado de trabalho*. Relatório. São Paulo: CRP.
- Cordioli, A. V. (1998). As Psicoterapias mais comuns e suas indicações. In A. V. Cordioli. *Psicoterapias: abordagens atuais*. (pp. 19-34) Porto Alegre: ARTMED.
- Elder, L. M., Caterino, L. C., Chão, J., Shacknai, D., & Simone, G. D. (2006). The Efficacy of Social Skills Treatment for Children with Asperger Syndrome. *Education and Treatment of Children*, 29 (4), 635-663.
- Eysenck, H. J. (1952). The Effects of Psychotherapy: an evaluation. *Journal of Consulting Psychology*, 16, 19-24.
- Feixas, G., & Miró, M. T. (1993). Aproximaciones a la psicoterapia. Barcelona: Paidós.
- Gavino, A. (1996). As Variáveis do Processo Terapêutico. In V. E. Caballo (Org), *Manual de técnicas de terapia e Modificação do Comportamento* (pp. 131-143). São Paulo: Santos.
- Gildron, Y. (2002). Evidence-based health psychology: Rationale and support. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 3 (1), 3-10.
- Goldstein, H. (2002). Communication Intervention for Children with Autism: A Review of Treatment Efficacy. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 32 (5), 373-396.
- Gondim, S. M. G., Bastos, A. V. B., & Peixoto, L. S. A. (2010). Áreas de atuação, atividades e abordagens teóricas do psicólogo brasileiro. In A. V. B. Bastos, S. M. G. Gondim & colaboradores, *O Trabalho do Psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.
- Hibbs, E. D. (2001). Evaluating Empirically Based Psychotherapy Research for Children and Adolescents. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 10 (1), 1-11.
- Hine, F. R., Werman, D. S., & Simpson, D. M. (1982). Effectiveness of Psychotherapy: problems of research on complex phenomena. *American Journal of Psychiatry*, 139 (2), 204-208.
- Kopta, S. M., Lueger, R. J., Saunders, S. M., & Howard, K. I. (1999). Individual Psychotherapy Outcome and Process Research: challenges leading to greater turmoil or a positive transition? *Annual Review of Psychology*, 50, 441-469.
- Kuhn, T. (1975). *A Estrutura das revoluções Científicas*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- La Greca, A. M.; Silverman, W. K.; Lochman, J. E. (2009). Moving beyond efficacy and effectiveness in child and adolescent intervention research. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 77 (3), 373-382.
- Lipsey, M. W., & Wilson, D. B. (1993). The Efficacy of Psychological, Educacional, and Behavioral Treatment: confirmation from meta-analysis. *American Psychologist*, 48 (12), 1181-1209.
- Luiz, A. J. B. (2002). Meta-análise: Definição, aplicações e sinergia com dados espaciais. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, 19 (3), 407-428.
- Lutz, W. (2003). Efficacy, effectiveness, and expected treatment response in psychotherapy. *Journal of Clinical Psychology*, 59 (7), 745-750.

- Manzoni, C. G., Fernandes, S., Pierozan, P. S., Moreira, T., Freese, L., Ferigolo, M., & Barros, H. M. T. (2008). A eficácia das intervenções farmacológicas e psicossociais para o tratamento do tabagismo: revisão da literatura. *Estudos de Psicologia*, 13 (2), 133-140.
- Maruish, M. E. (1998). Guidelines for Selecting Psychological Instruments for Treatment Planning and Outcome Assessment. In M. E. Maruish, *The Use of Psychological Testing for Treatment Planning and Outcomes Assessment* (pp. 153-170) London: LEA.
- Meneghello, M. H. B. G., Pereira, R. F., & Silveiras, E. F. M. (2006). Eficácia em longo prazo no tratamento comportamental com uso de alarme para enurese noturna em crianças e adolescentes. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8 (2), 102-111.
- Mohr, D. C., Spring, B., Freedland, K. E., Beckner, V., Arean, P., Hollon, S. D., Ockene, J., & Kaplan, R. (2009). The Selection and Design of Control Conditions for Randomized Controlled Trials of Psychological Interventions. *Psychotherapy Psychosomatics*, 78, 275-284.
- Moreira, S. B. S. (2003). Descrição de Algumas Variáveis em um Procedimento de Supervisão de Terapia Analítica do Comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (1), 157-170
- Mululo, S. C. C., Menezes, G. B., Fontenelle, L., & Versiani, M. (2009). Eficácia do Tratamento Cognitivo e/ou Comportamental para o Transtorno de Ansiedade Social. *Revista de Psiquiatria* (RS), 31 (3), 177-186.
- Myers, D. (2003). Terapia. In D. Myers, *Explorando a Psicologia* (pp. 451-478). Rio de Janeiro: LTC.
- Neil, J. T. (2003). Reviewing and benchmarking adventure therapy outcomes: applications of meta-analysis. *The Journal of Experimental Education*, 25 (3), 316-321.
- Parloff, M. B. (1982). Psychotherapy Research Evidence and Reimbursement Decisions: bambi meets Godzilla. *American Journal of Psychiatry*, 139 (6), 718-727.
- Paul, G. L. (1967). Outcome research in Psychotherapy. *Journal of Consulting Psychology*, 31, 109-118.
- Prazeres, A. M., Souza, W. F., & Fontenelle, L. F. (2007). Terapias de base cognitivo-comportamental do transtorno obsessivo-compulsivo: revisão sistemática da última década. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 29 (3), 1-9.
- Scazufca, M., & Matsuda, C. M. C. B. (2002) Revisão sobre a Eficácia de Psicoterapia vs. Farmacoterapia no Tratamento de Depressão em Idosos. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 24 (1), 64-69.
- Schestatsky, S., & Fleck, M. (1999). Psicoterapia das Depressões. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 21(1), 41-47.
- Seligman, M. E. P (1995). The effectiveness of Psychotherapy: the consumer reports study. *American Psychologist*, 50 (12), 965-974.
- Shadish, W., R., Matt, G. E., Navarro, A. M., & Phillips, G. (2000). The Effects of Psychological Therapies under Clinically Representative Conditions: a meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 126 (4), 512-529.
- Shapiro, D. A., & Shapiro, D. (1982). Meta-Analysis of Comparative Therapy Outcome Studies: a replication and refinement. *Psychological Bulletin*, 92 (3), 581-604.
- Shapiro, J. R., Berkman, N. D., Brownley, K. A., Sedway, J. A., Lohr, K. N., & Bulik, C. M. (2007). Bulimia Nervosa Treatment: A Systematic Review of Randomized Controlled Trials. *International Journal of Eating Disorders*, 40, 321-336.
- Smith, M. L., & Glass, G. V. (1977). Meta-Analysis of Psychotherapy Outcome Studies. *American Psychologist*, 32, 752-760.
- Starcevic, V. (2003). Psychotherapy in the era of Evidence-Based Medicine. *Australasian Psychiatry*, 11 (3), 278-281.
- Streiner, D. L. (1991). Using Meta-Analysis in Psychiatry Research. *Canadian Journal of Psychiatry*, 36 (5), 357-362

Endereço para correspondência:

Universidade São Francisco - Programa de Pós Graduação Stricto-Sensu em Psicologia. Av. Alexandre Rodrigues Barbosa, 45 – Centro
CEP 13251-900 – Itatiba/SP
Tel: (11) 4534-8040 / (11) 4534-8020
E-mail: makilim.baptista@saofrancisco.edu.br

Recebido em Abril de 2010

Revisto em Agosto de 2010

Aceito em Outubro de 2010

A Pesquisa em Neuropsicologia: Desenvolvimento Histórico, Questões Teóricas e Metodológicas

Research in Neuropsychology: Historical Development,
Theoretical and Methodological Issues

Simone Cagnin¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo focar a pesquisa na Neuropsicologia, a partir de uma revisão histórica da literatura da área, destacando os principais métodos e questões teóricas que surgiram no percurso dos estudos científicos da relação cérebro-mente. Inicialmente, pretende-se apresentar os antecedentes históricos da pesquisa em Neuropsicologia, privilegiando-se a emergência do método anátomo-clínico, no século XIX, e as escolas psicométrica e cognitivista do século XX. Neste contexto, algumas pesquisas clínicas e experimentais com estudos de caso único e estudos de grupo são privilegiadas. Uma discussão sobre as contribuições e os limites das técnicas de neuroimagem é também esboçada. Por último, uma conclusão é proposta com o intuito de integrar as reflexões tecidas ao longo do trabalho.

Palavras-chave: Neuropsicologia; história; pesquisa; método.

Abstract

This article aims to focus on research in neuropsychology from a historical review of the literature highlighting the key methods and theoretical issues that have arisen in the course of scientific studies of the brain-mind relationship. Initially, we intend to present the historical background of research in neuropsychology, privileging the emergence of anatomical-clinical method in the nineteenth century, and psychometric and cognitive schools of the twentieth century. In this context, some clinical and experimental studies of a single case and group studies are emphasized. A discussion of the contributions and limitations of neuroimaging techniques is also outlined. Finally, a conclusion is proposed in order to integrate the reflections made throughout the paper.

Keywords: Neuropsychology; history; research; method.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Este trabalho pretende descrever, a partir de uma revisão histórica, as principais questões teóricas e metodológicas no âmbito da Neuropsicologia. O avanço das pesquisas nas Neurociências na década de 1990, a chamada 'década do cérebro', e as pesquisas posteriores do novo século, tanto as mais voltadas para o estudo do *hardware* cerebral subjacente a determinadas funções cognitivas quanto as mais direcionadas para a relação cérebro-mente, ou mesmo aquelas que privilegiam o estudo da mente, devem parte de seu sucesso atual aos estudos pioneiros de neuroanatomistas, clínicos, teóricos e pesquisadores dos séculos XIX e das décadas anteriores às décadas de 90 do século XX. Mostra-se, assim, relevante traçar o percurso histórico das abordagens teóricas e metodológicas que serviram de base para o nítido desenvolvimento que a Neuropsicologia encontra na contemporaneidade.

Autores como Shallice (1988), Kristensen, Almeida e Gomes (2001), Caramazza e Coltheart (2006), dentre

outros, apresentaram, em seus trabalhos, revisões teóricas que destacaram aspectos teóricos e metodológicos relevantes ao longo da história da Neuropsicologia, incluindo-se aqui a Neuropsicologia Cognitiva. Porém, acreditamos que nosso ensaio teórico pode vir a contribuir para aprimorar o debate iniciado por estes e outros autores, na medida em que busca refletir sobre questões teóricas e metodológicas importantes que, a nosso ver, apresentam algumas lacunas e ainda não encontram consenso na área.

Sendo assim, objetivamos apresentar uma revisão integrativa e crítica da literatura da área, destacando os principais métodos e técnicas encontrados ao longo da história da Neuropsicologia. A diversidade de objetivos e de abordagens teóricas que guiam os pesquisadores da área parece trazer, por um lado, maior complexidade aos métodos e técnicas desenvolvidos, mas, por outro lado, parece dificultar o consenso e a integração teórica e metodológica.

Inicialmente, cabe observar que a Neuropsicologia só surge como uma disciplina científica mais di-

ferenciada nas primeiras décadas do século XX, sendo o termo “Neuropsicologia” inicialmente utilizado por Hebb (1949), com o intuito de marcar, como observaram Kolb e Wishaw (1980), um estudo científico que combinava o interesse comum pelo funcionamento cerebral compartilhado pelos neurologistas e pelos psicólogos da Psicofisiologia da época. Não obstante, investigações científicas da relação cérebro-mente começaram a ocorrer nas últimas décadas do século XIX, investigações estas que merecem ser aqui destacadas, pois forneceram as bases para as abordagens metodológicas que surgiram posteriormente.

Estes estudos pioneiros, desenvolvidos por anatomistas e clínicos do século XIX, em uma época em que as técnicas de avaliação das lesões cerebrais dependiam especialmente de uma análise neuroanatômica *post mortem*, merecem ser destacados não só por seu caráter científico inaugural, mas também pela ousadia de tal empreitada com tão poucos instrumentos e pressupostos teóricos consistentes que os guiassem.

Por outro lado, como já referido, no âmbito da própria Neuropsicologia, encontramos uma diversidade de enfoques, desde aqueles mais voltados para os substratos cerebrais envolvidos em determinados processamentos da informação, passando por estudos com ênfase na coleta de dados quantitativos com enfoque psicométrico, até aqueles mais voltados para o estudo da mente *per se*, ou seja, estudos com ênfase cognitivista e menos preocupados com o *hardware* cerebral. Nesta direção, apesar de muitos pesquisadores se situarem na mesma interface, os mesmos podem ter interesses muito divergentes, o que suscita, de certo modo, a nosso ver, certa fragmentação de saberes e de métodos produzidos na área.

Sendo assim, frente a tal diversidade de enfoques, priorizaremos aqui estudos e métodos que consideramos mais afetos a nosso objetivo de esboçar uma reflexão sobre as principais questões teóricas e metodológicas envolvidas na pesquisa em Neuropsicologia.

Antecedentes Históricos da Pesquisa Sobre a Relação Cérebro-Mente nos Primórdios da Neuropsicologia

No curso da história da Neuropsicologia, podemos identificar três grandes abordagens metodológicas mais amplas, como aponta Shallice (1988). A primei-

ra dessas abordagens ou escolas, denominada clássica, baseia-se em estudos de casos clínicos isolados, com construção teórica baseada em diagramas, ênfase na correlação anatomo-clínica e na testagem *ad hoc*. A segunda escola, por sua vez, possui um enfoque psicométrico, com ênfase na coleta de dados quantitativos e no uso de testes estandardizados, priorizando, neste contexto, o estudo de grupos de pacientes selecionados a partir da semelhança dos sintomas clínicos e/ ou do *locus* da lesão. A terceira escola, considerada uma escola experimental com ênfase cognitiva, prioriza, por sua vez, o estudo de caso único e tarefas experimentais baseadas em modelos de processamento da informação. Enfocaremos, aqui, inicialmente, estas abordagens metodológicas, pois, a nosso ver, trazem questões até hoje significativas para a área.

A primeira abordagem metodológica foi introduzida por Broca, no século XIX, abordagem esta que se expressou através do método anatomo-clínico, sendo este método um marco na emergência de um método verdadeiramente científico nos estudos da relação cérebro-mente. Os estudos anteriores aos de Broca, nas primeiras décadas do século XIX, especialmente os de Gall e seus seguidores, estudos estes conhecidos como representantes da frenologia, apresentaram um método pouco rigoroso e duvidoso para o estudo da relação cérebro-mente. A análise das conformações cranianas para a postulação de uma correlação entre áreas cerebrais distintas e faculdades mentais específicas, mais ou menos desenvolvidas em função de seu “volume” cerebral, proposta por estes estudos, é hoje considerada pseudocientífica.

Como o próprio nome indica, o método anatomo-clínico visa a estabelecer correlações entre os sintomas apresentados na clínica neuropsicológica com o locus da lesão cerebral subjacente. Através da análise do tecido cerebral post-mortem, pioneiros da investigação científica da relação cérebro-mente como Broca, Wernicke, dentre outros, propuseram algumas correlações iniciais entre áreas cerebrais restritas e déficits funcionais específicos relacionados a síndromes diferenciadas no contexto do estudo das afasias.

Entretanto, como observa Kertesz (1983), as correlações propostas através do método anatomo-clínico, embora provendo uma informação anatômica relativamente detalhada, encontraram alguns problemas do ponto de vista metodológico. Um desses problemas refere-se ao intervalo entre as épocas da avaliação clínica e da avaliação anatômica, pois podem ocorrer outros

comprometimentos cerebrais neste período de tempo, por exemplo, causados por seguidos AVCs (acidentes vasculares cerebrais), mascarando assim as correlações inicialmente propostas. Nesta direção, cabe observar que os AVCs, apesar de costumarem levar a quadros clínicos mais estáveis, costumam ocorrer de modo seqüenciado, o que pode levar a uma dificuldade de interpretação dos achados anatômicos. Outra fonte de “interferência metodológica” que pode levar a dificuldade na interpretação dos resultados poderia ser ocasionada, por exemplo, no caso da existência de tumores, pela compressão, causada por estes, em outras áreas cerebrais, o que poderia levar a alterações endócrinas e vasculares mais amplas e, conseqüentemente, a uma imprecisão na avaliação da área cerebral comprometida. E no caso de doenças degenerativas ou de um processo de atrofia cerebral devido ao envelhecimento, estes quadros também podem dificultar uma correlação baseada em necropsias do tecido cerebral.

Outra fonte de dificuldade trazida pelo método anátomo-clínico refere-se ao fato de que, muitas vezes, os casos bem estudados na clínica neuropsicológica não têm a chance de serem necropsiados ou, então, inversamente, casos pouco avaliados clinicamente são, por sua vez, necropsiados, mas não permitem correlações mais significativas devido à falta de um detalhamento funcional mais preciso de seus déficits cognitivos.

A emergência do método anátomo-clínico e seu uso pelos chamados “construtores de diagrama do século XIX”, como Lichtheim (1885), iniciou uma era de pesquisas na “Neuropsicologia” da época, respaldada por um método fundamentado cientificamente. Através de estudos de casos, qualitativamente descritos, estes “construtores de diagrama” ousaram propor modelos ou “diagramas” hipotéticos que visaram uma explicação teórica dos seus achados clínicos.

Do ponto de vista metodológico, Lichtheim (1885), discípulo de Wernicke e, conjuntamente com este autor, considerado um pioneiro na construção teórica, especialmente no que se refere ao processamento da linguagem, contrapôs, por um lado, o caso “puro”, que apresentava um único tipo de déficit e, por outro, o caso “misto”, que apresentava múltiplos déficits funcionais. Porém, em sua opinião, só o caso “puro” tinha interesse teórico, na medida em que contribuía para a construção de modelos teóricos baseados nas perdas seletivas apresentadas por estes pacientes. Inclusive, hoje em dia, o modelo teórico de Lichtheim é considerado,

por autores como Ellis e Young (1988), como “precursor” de alguns modelos construídos sob a égide do paradigma do processamento da informação. Neste sentido, então, os diagramas de Lichtheim e, anteriormente, os de Wernicke, podem ser considerados como pioneiros de uma construção teórica com ênfase no detalhamento seqüencial do processamento da informação, em especial no que diz respeito ao processamento da linguagem.

Não obstante, como observa Shallice (1988) e como já destacamos em trabalho anterior (Cagnin, 2009), os construtores de diagrama, apesar de terem encontrado certo sucesso na tentativa da construção de uma taxonomia neurológica para a época, com a caracterização de síndromes afásicas diferenciadas, partiram de uma avaliação clínica pouco sistemática e insuficiente dos déficits e preservações cognitivas dos pacientes por eles avaliados. As pesquisas desenvolvidas nos primórdios da investigação científica da relação cérebro-mente enfatizaram o estudo de caso único, priorizando assim uma avaliação mais qualitativa e pouco quantitativa dos achados clínicos, o que de certo modo impossibilitou uma standardização dos resultados encontrados e, conseqüentemente, uma comparação entre os pacientes avaliados.

Algumas dificuldades metodológicas emergiram neste contexto. A primeira refere-se à inferência da localização da lesão cerebral tendo como base a avaliação clínica de pacientes com comprometimentos cerebrais. A segunda, por sua vez, diz respeito à inferência do funcionamento da cognição normal a partir do estudo da cognição deficitária exibida por estes pacientes. Inclusive, como observa Shallice (1988), a dificuldade de dissociar estes dois tipos de inferência, que apontam para implicações metodológicas distintas, tornou-se um desafio para os pioneiros do estudo científico da relação cérebro-mente que utilizaram o método anátomo-clínico em suas pesquisas. O chamado “localizacionismo estreito”, foi o termo atribuído à perspectiva que enfatizou uma correspondência mais termo a termo da localização das funções mentais no cérebro, perspectiva essa que não dissociou adequadamente o problema da localização cerebral das funções mentais do problema de inferir o processamento cognitivo normal a partir das disfunções apresentadas pelos pacientes.

Não obstante, cabe observar que, para autores como Gage e Hickok (2005), Wernicke propôs uma teoria bastante inovadora para a época, pois esboçou uma base teórica de como os conceitos eram adquiridos e representados

no córtex de maneira distribuída, o que, inclusive, vai em direção a uma visão mais contemporânea da representação conceitual no cérebro. Neste sentido, Wernicke, com sua proposta de uma visão distribuída das representações conceituais no córtex cerebral, já previa uma espécie de localizacionismo distribuído, bem como considerava os efeitos da plasticidade neuronal e da adaptação contextual, o que vai de encontro às tentativas de enquadrá-lo como um representante do “localizacionismo estreito”.

Kertesz (1983) também destaca a dificuldade da inferência do funcionamento cognitivo normal a partir do estudo da cognição deficitária apresentada pelos pacientes com comprometimentos cerebrais. Para este autor, a análise funcional de sistemas cognitivos normais poderia não fornecer base suficiente para que sejam testadas as funções danificadas e/ou “reorganizadas” desses pacientes. Em outras palavras, nem sempre podemos tirar conclusões diretas sobre o funcionamento cognitivo normal tendo como base apenas a observação das patologias encontradas na clínica neuropsicológica. Estudos clínicos e experimentais com sujeitos normais, não lesionados, também devem ser considerados, pois os mesmos podem ou não ratificar as interpretações e conclusões obtidas pelos estudos anteriormente mencionados.

Há que se observar ainda, como ressalta Caplan (1981), que a própria definição de “função mental” é arbitrária, pois clínicos, neurofisiologistas e psicólogos, dentre outros, poderiam ter concepções diferentes a respeito de um mesmo comportamento observado. Neste sentido, diferentes concepções teóricas poderiam levar a diferentes interpretações daquilo que denominados “função mental”. Por exemplo, para Luria (1981), esta função demandaria a atividade de um sistema funcional complexo que envolve um conjunto de estruturas cerebrais em interação em contraposição a outras abordagens que estabelecem correlações mais estreitas entre estruturas cerebrais e funções mentais específicas.

Já no que se refere à localização cerebral de funções, como destaca Kertesz (1983), uma das principais questões teóricas no que a isso diz respeito é aquela que indaga se o desempenho cognitivo observado em um dado paciente com lesão cerebral pode ser atribuído apenas à perda de determinados componentes cognitivos ou ao surgimento de outras estruturas funcionalmente relacionadas ou mesmo não diretamente relacionadas que são recrutadas após a injúria. Um exemplo disso poderia ser a dificuldade observada na

execução de tarefas que envolvem aspectos construtivos após comprometimentos do hemisfério direito. Porém, segundo esse autor, não se tem muita certeza se essa dificuldade é devida ao mau desempenho do hemisfério lesionado ou ao desempenho “normal” do hemisfério esquerdo sem a “ajuda” do hemisfério direito. Em outros termos, após uma dada lesão cerebral, às vezes, podem ser observados não só sintomas negativos e déficits, mas também sintomas positivos e o surgimento de novos comportamentos.

Sendo assim, um dos argumentos contra a perspectiva localizacionista estreita baseia-se na idéia de que o desempenho observado após a lesão cerebral teria pouca relação com a perda da função da área cerebral comprometida, tendo, em contrapartida, mais relação com a combinação e a reorganização das estruturas remanescentes intactas.

A segunda escola que surge no percurso da história da Neuropsicologia, a perspectiva denominada anti-localizacionista, contrapôs-se ao chamado “localizacionismo estreito” e foi, por sua vez, influenciada pelas idéias do gestaltismo, tendo seu auge nas décadas de 20 a 40 do século XX.

O conceito de equipotencialidade de K. Lashley (1929, 1938), proposto a partir de seus estudos sobre a aprendizagem animal, foi um dos argumentos teóricos utilizados pela escola antilocalizacionista, na medida em que supõe a possibilidade de compensação da perda de uma função cortical por outra área cortical preservada. Jackson (1874) e Luria (1981) também abordaram a possibilidade de reorganização funcional das áreas cerebrais preservadas e a emergência de operações e estratégias compensatórias em pacientes com lesões cerebrais.

Do ponto de vista clínico, a escola antilocalizacionista contribuiu para o entendimento do quadro clínico mais amplo apresentado pelos pacientes, ou seja, a compreensão dos déficits e de preservações cognitivas em vários domínios do conhecimento ajudou a entender os fatos clínicos mais complexos e menos diferenciados (Hécaen & Albert, 1978). Porém, do ponto de vista teórico e metodológico, autores como Ellis e Young (1988), expoentes de uma perspectiva neuropsicológica cognitivista e modular, sinalizaram para o fato de que a perspectiva antilocalizacionista representou certo “retrocesso” no curso da história da Neuropsicologia, na medida em que enfatizava uma abordagem integral e menos “modularista” e diferenciada do cérebro.

Cabe observar que outros problemas e variáveis podem também contribuir para dificultar uma localização mais termo a termo de funções mentais no cérebro como, por exemplo, a variabilidade da etiologia e a evolução da lesão cerebral, a idade e o sexo do paciente que sofreu a injúria cerebral, o fato de o mesmo ser destro ou canhoto, as diferenças anatômicas individuais, dentre outros fatores importantes que poderiam ser destacados. Entretanto, não enfocaremos tais fatores, devido aos objetivos mais amplos já mencionados do presente trabalho.

De modo complementar aos estudos desenvolvidos nos primórdios da clínica neuropsicológica, os estudos desenvolvidos em laboratório com sujeitos animais também merecem ser brevemente destacados, na medida em que contribuíram para o aprimoramento de técnicas de registro e de intervenção cerebral, bem como para algumas correlações entre áreas cerebrais específicas e determinados distúrbios comportamentais. Trabalhos como os de Flourens (1853), Lashley (1929, 1938), Klüver e Bucy (1939), dentre inúmeros outros, poderiam ser aqui destacados.

Como observam Hart e Semple (1990), os estudos propostos pela Neuropsicologia experimental animal buscaram determinar os princípios fundamentais das funções cerebrais usando espécies não humanas. Estes estudos contribuíram de modo significativo para o desenvolvimento da metodologia experimental e tiveram a vantagem de poder controlar variáveis como o tamanho da lesão cerebral, sua localização, bem como o registro e/ou a estimulação elétrica de áreas cerebrais específicas. De modo complementar, a vantagem de poder se exercer um controle rigoroso do meio ambiente e a obtenção de dados mais precisos sobre a história de vida dos animais submetidos aos experimentos também merecem destaque.

A questão do grau de generalização dos achados experimentais desses estudos animais para a espécie humana parece ser alvo de controvérsias, pois, por um lado, autores como Davison (1974) apontam para a complexidade do comportamento humano em contraposição ao comportamento animal e, por outro lado, autores como Kolb e Wishaw (1980) apontam para a fundamental importância desses estudos para a Neuropsicologia humana. O principal argumento desses últimos autores reside no fato de que o meio ambiente apresentaria problemas básicos para todos os mamíferos, problemas estes que demandariam a mediação de mecanismos neurais similares na sua solução, o que, por

sua vez, permitiria um bom grau de generalização dos estudos animais para a espécie humana.

Cabe observar que estes estudos, apesar de não serem “típicos” da Neuropsicologia, pois utilizavam, preferencialmente, sujeitos experimentais animais e possuíam um enfoque mais psicofisiológico, também contribuíram para o estudo da relação cérebro-mente, especialmente para a investigação dos processos motivacionais e emocionais e de seus substratos neurais, processos estes que parecem permitir um maior grau de generalização para a espécie humana do que os processos associados às chamadas “funções cognitivas superiores”, como o pensamento e a linguagem.

Neste contexto, o desenvolvimento do método experimental com diferentes técnicas de intervenção e de registro cerebral, como as de estimulação e de registro por eletrodos, passando por técnicas de lesão cerebral seletiva, dentre outras técnicas de intervenção, possibilitou o estudo do papel de determinadas áreas cerebrais em processos emocionais e motivacionais específicos, bem como em processos como atenção, memória, aprendizagem e ciclo sono-vigília.

Estes trabalhos, desenvolvidos em uma época desprovida dos recursos atuais das técnicas de neuroimagem e do auxílio computacional, foram de fundamental importância não só para o desenvolvimento de uma metodologia experimental consistente no estudo da relação cérebro-mente, como também para o entendimento das bases neurais subjacentes a determinados comportamentos.

Em suma, as pesquisas clínicas e experimentais que inauguraram a investigação científica da relação cérebro-mente, seja com o método anátomo-clínico ou com as diversas técnicas de intervenção e de registro cerebral *in vitro*, forneceram as bases para os subseqüentes estudos desenvolvidos ao longo da história da Neuropsicologia. A interface com diferentes disciplinas básicas e aplicadas, muitas delas hoje situadas no contexto das chamadas Neurociências, caracterizou a emergência desta disciplina híbrida que denominamos Neuropsicologia.

A Neuropsicologia do Pós-Guerra: Contribuição de A.R. Luria e da Psicologia Experimental

A grande mudança metodológica que ocorreu novamente na Neuropsicologia surge após a Segunda Guerra Mundial. Por um lado, a Neuropsicologia se alia

à Psicologia Experimental e à Psicométrica da década de 50, nos países ocidentais, e por outro lado, no contexto da extinta União Soviética, Luria aproxima os seus inúmeros trabalhos clínicos e teóricos da perspectiva sócio-histórica de Vygotsky.

Inicialmente, cabe destacar brevemente a importância dos trabalhos de Luria (1981, 1992), em especial, seus inúmeros estudos clínicos e seus estudos com pacientes com lesões frontais. A par de sua vasta contribuição teórica e clínica mais ampla, os estudos com os chamados pacientes pré-frontais e a postulação de que as regiões frontais estariam envolvidas com a programação, verificação e regulação das funções cognitivas como um todo merecem destaque. A sua ênfase na complexidade dos sistemas funcionais cerebrais e sua contribuição para a avaliação e a reabilitação neuropsicológicas foram de fundamental importância para o desenvolvimento da área. Inclusive, o grande número de avaliações clínicas feitas por Luria e seus colaboradores originou a Bateria de Testes Luria-Nebraska, bateria esta que ainda é uma referência no contexto da avaliação neuropsicológica.

Ainda no que se refere à contribuição de Luria, concordamos com Kristensen, Almeida e Gomes (2001) que uma de suas principais contribuições diz respeito às inovações metodológicas propostas por ele na avaliação clínica de seus pacientes. A partir do uso de técnicas aparentemente não muito sofisticadas, porém guiadas por referenciais teóricos consistentes, como sua idéia de uma organização sistêmica das funções corticais superiores, Luria parece ter conseguido compatibilizar o pressuposto da complexidade das funções corticais superiores da escola anti-localizacionista com a possibilidade de uma localização dinâmica dessas mesmas funções.

Podemos ainda destacar os trabalhos realizados nas décadas de 50 e 60 com ênfase na lateralização cerebral de funções, pois estes trouxeram contribuições teóricas e metodológicas importantes para o entendimento da especificidade dos hemisférios cerebrais no desempenho de determinadas funções cognitivas. Pesquisas experimentais e clínicas, como as de Myers e Sperry (1953), Gazzaniga, Bogen e Sperry (1962), dentre outros, com animais com secção do corpo caloso e com sujeitos com comprometimentos no corpo caloso, bem como pesquisas experimentais com sujeitos normais com o uso, por exemplo, da escuta dicótica e da apresentação visual taquitoscópica, forneceram inúmeros

achados que corroboraram o pressuposto de que os hemisférios cerebrais processariam as informações com certa independência e especificidade. De modo geral, a idéia vigente seria de que haveria a dominância no processamento da linguagem pelo hemisfério esquerdo versus a dominância do processamento visuoespacial pelo hemisfério direito, na maioria dos indivíduos.

Observamos ainda que muitas das pesquisas experimentais com sujeitos animais, inclusive, serviram de inspiração e apoio para pesquisas realizadas com pacientes humanos como, por exemplo, as realizadas por Sperry (1984) com pacientes comissurotomizados (com secção do corpo caloso).

Não obstante, estudos interessados em estudar não só a lateralização cerebral de funções e a assimetria funcional hemisférica, como também a comunicação inter-hemisférica, vêm apontando para uma maior complexidade na organização cerebral de funções e para uma maior colaboração inter-hemisférica na realização de tarefas complexas que envolvem maior carga cognitiva. Autores como Gazzaniga e LeDoux (1981), Cooney e Gazzaniga (2003), dentre outros, observaram que os sistemas relacionados aos dois hemisférios cerebrais, apesar de funcionalmente assimétricos, conformariam uma rede funcional articulada e, neste sentido, não teria sentido a proposição de uma visão dualista que propõe um isolamento mais radical na comunicação inter-hemisférica.

Já no que diz respeito à nova abordagem metodológica originada da aliança entre a Neuropsicologia e a Psicologia Experimental, a chamada escola psicométrica, esta teve seu auge nas décadas de 1940 e 1950 do século XX, mas alguns estudos em décadas anteriores poderiam ser considerados precursores deste tipo de abordagem, como os estudos de Weisenburg e Mac Bryde (1935), com ênfase na construção de um teste normatizado sobre as afasias, dentre outros.

Para esta nova escola, as observações clínicas, somente, não constituem uma base de dados suficiente para uma especulação teórica consistente e nem para a padronização de testes. Neste contexto, os estudos de grupo adquiriram uma ênfase especial e a quantificação dos dados apresentados pelos pacientes foi a tônica, em contraposição à ênfase em estudos de caso único dos primórdios da Neuropsicologia. Nesta direção, inúmeros testes foram padronizados e grandes baterias de testes foram propostas, como as baterias Luria-Nebraska e Halstead-Reitan, bem como houve a sofisticação dos

procedimentos experimentais e um maior controle das variáveis envolvidas.

No que se refere ao estudo de caso único, Lichtheim (1885), nos primórdios dos estudos científicos da relação cérebro-mente, fez, inicialmente, a distinção metodológica entre o chamado "caso puro" que apresenta um único tipo de déficit e o "caso misto" que, por sua vez, apresenta déficits múltiplos. Para ele, apenas o caso puro teria importância teórica e metodológica, pois ajudaria na construção de modelos teóricos a respeito do funcionamento cognitivo humano. Apesar de possuir maior incidência clínica, o caso misto não ajudaria tanto na construção teórica, na medida em que não apresentaria déficits seletivos, o que dificultaria a formulação de hipóteses a respeito dos subcomponentes cognitivos envolvidos em determinadas tarefas.

De acordo com Shallice (1988), quando uma teoria está sendo testada, a descrição de qualquer paciente, puro ou misto, ajudaria na avaliação da capacidade explicativa destas teorias. Porém no que se refere à construção de modelos teóricos, os casos puros apresentariam um quadro mais nítido de um determinado déficit cognitivo. A perda seletiva de um determinado processamento da informação atrelado aos chamados casos puros ajudaria no melhor entendimento do funcionamento cognitivo do que as múltiplas perdas simultâneas apresentadas pelos casos mistos.

Se, por um lado, autores como Sokol, McCloskey, Cohen e Aliminosa (1991), Ellis e Young (1988), dentre outros, concordam com Lichtheim quanto à maior relevância do estudo de caso único para a construção teórica, por outro lado, autores como Robertson, Knight, Rafal e Shimamura (1993) enfatizam o estudo de grupos de pacientes por acharem os mesmos mais elucidativos para a construção teórica. Na opinião desses últimos autores, a comparação entre grupos de pacientes poderia fornecer mais dados para o estudo da modularidade do sistema cognitivo do que o estudo das singularidades apresentadas por um determinado indivíduo.

Outro problema que podemos destacar, neste contexto, é que a inserção ou não de um paciente em uma categoria mais pura ou mais mista é direcionada pelo enfoque teórico do qual se parte. Sendo assim, diferentes teorias podem produzir diferentes "casos puros", aquelas que para elas são mais relevantes e estejam mais em consonância com seus modelos. Neste sentido também já apontara Kuhn (1962), ao abordar a concepção de paradigma e as implicações teórico-metodológicas na chamada ciência normal.

Entretanto, cabe assinalar que algumas síndromes consideradas mais "puras" nas últimas décadas, como, por exemplo, a dislexia profunda, o "agramatismo" na afasia de Broca, dentre outras, já não são vistas como "puras" ou unitárias, pois há, na clínica e na pesquisa neuropsicológicas, relatos variados de pacientes com dissociações funcionais dentro de uma mesma síndrome.

Seria interessante ressaltar, no que se refere aos estudos de grupos de pacientes, alguns problemas que podem surgir na validação interna de uma pesquisa experimental, e no caso, de uma pesquisa neuropsicológica com ênfase experimental.

Tendo como base os problemas apontados por Campbell e Stanley (1968) em relação à pesquisa experimental, Crockett, Clark e Klonoff (1981) re-dimensionam os mesmos para a pesquisa no âmbito da Neuropsicologia.

O primeiro desses problemas, destacado pelos autores acima, refere-se às próprias mudanças que normalmente ocorrem no percurso de uma doença neurológica. Desordens de origem traumática ou por AVC, com início preciso e agudo ou desordens de origem degenerativa, com gradual deterioração cerebral, têm percursos distintos, sendo que as primeiras podem levar a uma recuperação posterior total ou parcial, e as segundas, a um declínio mental variável em seu percurso.

O segundo problema refere-se à seleção dos pacientes para a composição dos grupos experimental e de controle. Há, normalmente, dois métodos mais tradicionais de seleção de pacientes: no primeiro, os sujeitos são selecionados de acordo com o diagnóstico médico ou local da lesão, e, no segundo, os sujeitos são selecionados a partir de um modelo de comportamento pré-estabelecido, ou seja, a partir de um critério funcional dos sintomas mais significativos.

Este primeiro método de seleção, "o local da lesão", é problemático como "variável independente", pois as lesões, obviamente, são acidentais e consequentemente afetam áreas distintas cerebrais. Além disso, esta seleção parte da hipótese de que as relações entre o cérebro e o comportamento são invariantes, o que é questionado por inúmeros estudos de casos relatados na literatura.

Também Caramazza (1984), ao abordar os critérios anatômicos e funcionais utilizados na seleção dos grupos, aponta uma diferenciação entre alguns critérios anatômicos de seleção. Para este autor, os critérios anatômicos para composição de grupos podiam ser dividi-

dos em dois tipos mais amplos: o primeiro relacionado à unilateralidade da lesão, e o segundo relacionado a áreas anatômicas mais restritas, tais como um determinado lobo em um hemisfério.

Há que se observar que, apesar de problemas na seleção inerentes aos estudos de grupos, muitos estudos de grupo têm contribuído de modo substantivo para a pesquisa neuropsicológica. Neste contexto, o agrupamento de pacientes, a partir de critérios anatômicos tendo como base o locus cerebral da lesão, em termos de áreas cerebrais mais restritas, trouxe inúmeras contribuições teóricas para a investigação de déficits cognitivos mais específicos.

No que se refere ao critério funcional utilizado para a seleção experimental de pacientes com lesão cerebral, este toma como base os sintomas apresentados por estes pacientes no percurso da avaliação neuropsicológica. Uma abordagem sindrômica baseada na co-ocorrência de sintomas possui, entretanto, suas limitações, pois parte da assunção da homogeneidade dos pacientes selecionados, o que de fato não acontece quando se analisa com maior profundidade os déficits apresentados por estes.

Problemas teóricos e práticos podem surgir neste contexto, pois não só a complexidade e variabilidade dos déficits são comuns, como também a própria definição de síndrome, às vezes, é vaga e não tão consensual entre os pesquisadores. Não obstante, na clínica neuropsicológica, a taxionomia sindrômica, como, por exemplo, a das afasias, pode oferecer um referencial mais amplo em uma primeira avaliação mais geral do paciente. Em contraste, na pesquisa neuropsicológica, a pressuposição da existência de um sistema de processamento comum, danificado nos pacientes, pode levar à interpretação errônea dos achados clínicos. Mesmo porque, em realidade, como já visto, são muito raras as chamadas síndromes "puras" com apenas um componente (ou módulo) comprometido. Normalmente, as "síndromes" costumam apresentar mais de um componente comprometido, e são assim muito mais "mistas" do que parecem à primeira vista.

A partir de uma avaliação clínica e/ou de aplicação de testes standardizados com o uso, por exemplo, de grandes baterias de testes como a Hasted-Reitan e a Luria-Nebraska, os sujeitos-pacientes eram selecionados para compor os grupos experimentais participantes da pesquisa neuropsicológica. Porém, dois problemas poderiam surgir nesse contexto: primeiro, não havia uma bateria de testes que fosse consensual entre os pesquisadores e, segundo, havia a dificuldade de generaliza-

ção entre os estudos realizados. A variabilidade entre os sujeitos, como já foi mencionado, também era um dado complicador que complementava as dificuldades encontradas por esta abordagem.

Como aponta Caramazza (1984), considerar a variância intra-grupo como um erro randômico da variância pode mascarar as diferenças individuais significativas, ou seja, a heterogeneidade dos sintomas apresentados pelos pacientes.

Ainda podemos destacar outros problemas que podem afetar a validade interna de modelos neuropsicológicos puramente experimentais tais como a testagem em si e os instrumentos utilizados na avaliação.

No que se refere à testagem em si, os pacientes com lesão cerebral tendem a apresentar fadiga facilmente, e/ou podem demonstrar ansiedade pela dificuldade na resolução de certos testes. Baterias de testes mais longas podem, por um lado, ser mais abrangentes na avaliação dos déficits, mas, por outro, são exaustivas e sujeitas a interferências como a fadiga e a ansiedade dos pacientes.

Segundo Lezak (1995), as abordagens de avaliação neuropsicológica podem ser pensadas como situando-se em um continuum que vai desde um pólo mais quantitativo de análise a um pólo mais qualitativo. Abordagens que priorizam exclusivamente a avaliação de escores baseados no número de respostas corretas ou incorretas ou no tempo da resposta e derivam de uma aplicação universal de um formato único de procedimentos podem ser vistas como quantitativas. Como vimos, a ênfase na standardização e na quantificação de dados e na comparação dos mesmos destaca-se neste contexto, e a chamada escola americana de Neuropsicologia dos anos 50 e 60 com sua tradição psicométrica situa-se nesse extremo. Em outro extremo, as abordagens de avaliação que se baseiam em uma detalhada análise das respostas, com particular atenção na singularidade das respostas, podem ser vistas como qualitativas.

Os instrumentos utilizados na avaliação neuropsicológica também podem apresentar problemas. A utilização de testes mais standardizados, tais como o WAIS (Escala de Inteligência Wechsler para Adultos), em conjunção com testes mais específicos, tem se tornado mais corrente na pesquisa e na clínica neuropsicológica. Entretanto, como observa Crockett, Clark e Klonoff (1981), alguns testes como o BVRT (Benton Visual Retention Test), utilizado na clínica para avaliar a memória visual com bons resultados, apresentam pro-

blemas na pesquisa neuropsicológica em termos de escala, distribuição e variabilidade estatística.

Também podemos destacar o problema da interpretação dos dados clínicos apresentados pelos pacientes. Por exemplo, baixos escores em testes como o WAIS poderiam estar relacionados a diferentes fatores, tais como baixa fluência verbal, problemas de memória, diferenças culturais ou baixa inteligência. Cabe assinalar, entretanto, que a aplicação de testes mais específicos, posteriormente, orientados por uma hipótese mais focal, pode ajudar na discriminação da natureza dos déficits e na interpretação dos achados clínicos. Inclusive, o problema da validade ecológica de testes como o WAIS, dentre outros, tem sido destaque em trabalhos como os de Duncan, Burgess e Emslie (1995), Van der Elst, Van Boxtel, Van Breukelen e Jolles (2008), dentre outros autores.

Outro problema experimental que pode também surgir na pesquisa neuropsicológica é a chamada regressão estatística em direção à média. Dada a natureza da população preferencialmente estudada pela Neuropsicologia, podemos inferir que, em determinadas tarefas, tais sujeitos terão um desempenho abaixo da média. Mas, por definição, estes escores são, normalmente, extremos e assim mais suscetíveis de regressão em direção à média. Este problema é mais nítido especialmente quando somado aos problemas experimentais já citados anteriormente.

Campbell e Stanley (1968) também destacam outro problema que poderia afetar a validade interna de um dado experimento: a existência de "vieses" na seleção ou artefatos da seleção, como na aceção de Shallice (1988), dos sujeitos da pesquisa. Na Neuropsicologia, este problema pode ocorrer e, provavelmente, ocorre freqüentemente, pois a dificuldade na seleção de sujeitos que formem um grupo relativamente homogêneo é comum na pesquisa neuropsicológica. A variabilidade entre sujeitos normalmente é grande e não pode ser meramente resolvida a partir de critérios de diagnóstico. Esta variabilidade pode estar diretamente relacionada às variações do locus da lesão nos pacientes. As características pré-mórbidas dos pacientes também podem afetar o processo de seleção, levando a uma dificuldade de avaliação se um determinado desempenho após a lesão é realmente originado de um comprometimento cognitivo propriamente dito ou se tem também influência de dificuldades pré-mórbidas do paciente.

Um último problema apontado por Crockett, Clark e Klonoff (1981) refere-se à dificuldade de um acompanhamento experimental longitudinal em muitos pacientes, pois, muitas vezes, estes não retornam para novas avaliações ou há mortalidade nos grupos experimental e de controle.

Em suma, cabe assinalar que a interação entre os problemas já mencionados é mais comum do que a existência de um problema único, o que pode afetar ainda mais os estudos experimentais ou quase-experimentais na pesquisa e na clínica neuropsicológicas. Além disso, a etiologia do dano cerebral, a magnitude da lesão, a história da doença e outros fatores podem variar, e neste sentido são variáveis "incontroláveis" em um modelo experimental.

Uma mudança metodológica tem surgido, entretanto, nas últimas décadas, com o ressurgimento do status dos estudos de caso único, especialmente no âmbito da Neuropsicologia Cognitiva. De modo complementar, as modernas técnicas de neuroimagem in vivo também têm contribuído para a pesquisa na área, possibilitando em muitos casos uma localização mais precisa de algumas lesões. A seguir, abordaremos mais diretamente alguns aspectos teóricos e metodológicos envolvidos na pesquisa neuropsicológica na contemporaneidade.

A Contribuição Atual da Neuropsicologia Cognitiva e das Técnicas de Neuroimagem para a Pesquisa em Neuropsicologia

De modo diferenciado dos estudos pouco fundamentados dos construtores de diagrama do século XIX, os novos estudos de caso investigados pela Neuropsicologia Cognitiva contemporânea são vistos hoje em dia como um procedimento empírico bastante significativo para a construção de inferências sobre a cognição normal, pois, nestes estudos, há uma grande preocupação com a produção de dados quantitativos que possam permitir uma análise estatística consistente.

Alguns estudos de caso único, como, por exemplo, o estudo do paciente K.F. feito por Shallice e Warrington (1974), estudos anteriores de Scoville e Milner com o paciente HM. (2000), dentre inúmeros outros estudos, têm contribuído, inclusive, para a reformulação de teorias sobre a memória e para a revisão de modelos teóricos que não se coadunam com os seus achados clínicos. Os trabalhos de Baddeley (1986, 1990, 2000),

com ênfase na construção de modelos sobre a memória de trabalho, exemplificam esse tipo de construção teórica de inspiração computacional.

Uma das vantagens do estudo de caso único é que este método parece permitir resolver o problema da heterogeneidade encontrada em estudos de grupos. Através de uma análise intensiva e quantitativa dos déficits e preservações dos pacientes, o estudo de caso único demonstra ser um método promissor para prover informações da organização funcional de subsistemas cognitivos.

A modularidade da mente, pressuposto teórico dominante na Neuropsicologia Cognitiva, por sua vez inspirado por Marr (1982) e Fodor (1983), parece encontrar no estudo de caso um importante aliado metodológico para respaldar a idéia de comprometimentos diferenciados em módulos específicos dos sistemas cognitivos. As dissociações funcionais, especialmente as duplas dissociações funcionais que surgem entre pacientes e intra-paciente complementam essa idéia de uma organização modular ou parcialmente modular de alguns subsistemas cognitivos. Aliás, como destacamos em trabalho anterior (Cagnin, 2009), uma grande contribuição metodológica para a Neuropsicologia foi o princípio de dupla dissociação funcional, proposto por Teuber (1955), princípio este cuja lógica Shallice (1988) considerava análoga à das interações cruzadas na análise de variância.

Uma dissociação funcional dupla poderia ser vista quando, por exemplo, um dado paciente tem um desempenho muito pobre em um processamento da informação, (p. e. capacidade de reconhecer faces), mas mantém a capacidade de processar a informação envolvida em outra tarefa (p. e. reconhecer símbolos). Em contraste com este primeiro paciente, é encontrado outro paciente que apresenta o desempenho oposto, ou seja, o reconhecimento de símbolos é preservado, mas não o de faces, o que demonstra certa independência entre esses dois tipos de processamentos. Já a dissociação funcional simples ou clássica seria observada quando há a perda de um dado processamento em um paciente sem que haja um contraste mais direto com a preservação simultânea desse mesmo processamento em outro paciente. Uma das vantagens da dissociação funcional simples como método seria a de que não haveria o controle da complexidade da tarefa. Em outros termos, quando um dado paciente executa bem uma primeira tarefa e mal uma segunda tarefa, sem que possamos compará-lo com outro paciente que apresenta o quadro oposto em termos de déficits e de preservações cognitivas, isso pode ter sido devido à

dificuldade da tarefa proposta. Porém, quando encontramos pacientes duplamente dissociados funcionalmente, a questão da dificuldade da tarefa deixa de existir.

Coltheart (2008) destaca o fato de que as inferências que partem das duplas dissociações funcionais teriam a vantagem de não apresentarem nenhum problema metodológico intrínseco, em contraste com as inferências baseadas nas associações funcionais ou mesmo nas dissociações funcionais simples. Neste sentido, então, parece haver certo consenso na área a respeito da importância das duplas dissociações funcionais, especialmente, para o entendimento dos subsistemas cognitivos envolvidos em determinados processamentos da informação.

Inicialmente, as duplas dissociações funcionais estavam correlacionadas com loci anatômicos cerebrais específicos, sendo que as dissociações eram assim consideradas como evidências de uma topografia cerebral diferenciada correlacionada com uma dada função cognitiva. Entretanto, há uma série de problemas com esta correspondência mais estreita entre função mental e área cerebral, em termos inferenciais, pois diferentes arquiteturas mais ou menos distribuídas podem produzir distintas dissociações funcionais. Neste sentido, na modernidade, a concepção de dupla dissociação funcional prescinde, muitas vezes, da variável anatômica inicialmente proposta por Teuber.

Em contraste com a associação de sintomas, base da classificação por síndromes, as duplas dissociações funcionais, especialmente as duplas dissociações "fortes", são importante método de comparação entre pacientes e mesmo intra-paciente, comparando seus déficits e preservações para a elaboração de inferências a respeito não só de natureza do quadro apresentado pelo paciente, mas também apontando para a organização normal do sistema cognitivo.

No que se refere às associações funcionais entre déficits, frequentemente, pode se tornar difícil discernir se trata-se de uma associação anatomo-funcional ou de uma mera proximidade anatômica da lesão, sem o envolvimento de uma relação funcional significativa entre os déficits. Em outras palavras, a lesão pode danificar áreas anatômicas próximas, áreas estas que podem ou não ser a base neural de componentes cognitivos distintos. Porém, como na clínica neuropsicológica os sintomas associados a estes componentes costumam co-ocorrer, parecem ser originados de um mesmo "módulo" ou subsistema cognitivo. Através de

uma dupla dissociação funcional entre pacientes que apresentam, de modo diferenciado, comprometimentos diferentes, muitas vezes opostos, em tarefas distintas, podemos discriminar melhor, hipoteticamente falando, os subsistemas cognitivos subjacentes aos déficits apresentados.

Como também assinalam Ellis e Young (1988), os pacientes podem ser semelhantes em alguns sintomas, mas são diferentes em outros, e mesmo naqueles que apresentam sintomas semelhantes, isso não significa necessariamente que estes sintomas comuns sejam necessariamente causados pelo mesmo motivo.

Caramazza (1986), ao abordar os componentes necessários para a explicação dos achados neuropsicológicos, realça a necessidade da construção de uma hipótese inicial sobre o funcionamento normal de um dado subsistema cognitivo. A seguir, ele aponta a necessidade da elaboração de uma hipótese a respeito de "como" este subsistema foi danificado por certa lesão. Também a assunção de que o comportamento apresentado pelo paciente reflete as operações do sistema cognitivo subtraído de alguns de seus componentes (a assunção de transparência ou subtração) complementa estes requisitos. Por último, a assunção de que todos os sistemas cognitivos funcionam do mesmo modo, quando intactos, a chamada universalidade, é também um princípio básico que guia as análises explicativas na Neuropsicologia.

A partir desses princípios diretores mais amplos, Caramazza sugere algumas conclusões, realçando a importância dos estudos de caso único para a pesquisa neuropsicológica. Para ele, cada caso poderia ser visto como uma espécie de "teste independente" para a uma dada teoria e a generalização não poderia ser feita de modo pré-teórico entre pacientes. Também, em sua opinião, não é possível replicar um determinado achado clínico na Neuropsicologia. E, por último, os estudos de grupo são por ele vistos como não possibilitando uma base significativa de dados para a generalização para a função normal.

Podemos inferir que Caramazza (1986) e Caramazza e Coltheart (2006), dentre outros, defendem o estudo de caso único como o método mais adequado a ser utilizado na investigação neuropsicológica que tem como objetivo a entendimento da função normal. Ellis e Young (1988) também apóiam a legitimidade do estudo de caso em detrimento dos estudos de grupos, concordando com Caramazza e Caramazza e colaborador, no que a isso diz respeito.

Os chamados neuropsicológicos "ultra-cognitivistas", na acepção de Shallice (1988), também parecem não se preocupar com a correlação entre o locus cerebral da lesão e os déficits funcionais apresentados pelo paciente. Para eles, a questão da localização cerebral de funções deixa de ser prioritária no contexto de pesquisa na Neuropsicologia Cognitiva. Em contrapartida, Shallice (1988), defende a compatibilização dos estudos de grupo com os estudos de caso, pois, em sua opinião, ambos podem contribuir para a formulação e a testagem de hipóteses na pesquisa neuropsicológica. Concordamos com Shallice e com sua perspectiva mais moderada, que visa a compatibilizar os dois tipos de metodologias, estudo de caso e de grupo, pois, acreditamos na possibilidade do intercâmbio de informações para a construção teórica que possa advir do uso desses dois métodos.

Apesar de demandarem mais tempo e esforços na seleção dos pacientes apropriados, os estudos de grupo não devem ser rejeitados como metodologia, pois trazem a vantagem de resultados mais fidedignos e a possibilidade de maior generalização, estandardização e comparação entre os pacientes. Também os estudos de casos encontram alguns problemas tais como os padrões de recuperação apresentados pelos pacientes após o comprometimento cerebral.

Estudos longitudinais centrados na avaliação de padrões de recuperação podem ser também úteis na pesquisa neuropsicológica, na medida em que acompanham a evolução dessa variação e podem ajudar na interpretação dos déficits. Estratégias utilizadas pelos pacientes após a lesão, como já mencionamos inicialmente, também podem complementar as dificuldades de avaliação do desempenho destes pacientes no sentido da discriminação dos déficits e preservações em seu quadro clínico.

Não obstante, o método das duplas dissociações funcionais pode ajudar na identificação desses déficits e preservações e, assim, minorar os efeitos tanto da recuperação quanto da utilização de novas estratégias cognitivas após a lesão cerebral. As duplas dissociações funcionais são, neste sentido, mais importantes do que as dissociações simples, no que se refere às dificuldades interpretativas dos déficits. Como vimos, eliminar a hipótese de uma interferência de dificuldade de tarefa, no sentido de uma maior complexidade da mesma afetando o desempenho de um paciente, é um dos papéis da dupla dissociação funcional.

Cabe observar que, mesmo no estudo de caso único, normalmente, há a aplicação de uma abordagem experimental onde o próprio paciente é o seu "controle". Aspectos quantitativos são enfatizados e parecem se conjugar para uma avaliação mais detalhada dos déficits e preservações apresentadas pelo paciente. Nesta direção, como também assinala Lezak (1995), a avaliação neuropsicológica pode ser vista como uma série de "experimentos" guiados por uma hipótese explicativa, como ocorre em situações tradicionais de pesquisa. Sendo assim, então, não só o neuropsicólogo mais diretamente voltado para a pesquisa neuropsicológica, como o neuropsicólogo com uma ênfase mais clínica e nos processos de reabilitação, poderiam ser considerados "pesquisadores" em sua prática.

Como destacam Semenza, Bisiacchi e Rosenthal (1988), há uma tendência, na Neuropsicologia Cognitiva, em contraste com a Neuropsicologia das décadas de 50 e 60, para a conformação de grupos menores e mais homogêneos de pacientes e também para estudos de casos dentro de um grupo, ou seja, uma espécie de método misto que permite a análise das diferenças individuais dentro do estudo de grupo.

Observamos assim na contemporaneidade, como também aponta Ralph (2004), o aumento do número de pesquisas que incluem uma série de casos que envolvem pacientes similares, estudados tanto individualmente quanto de modo comparativo. Este tipo de metodologia "mista" parece compatibilizar as vantagens do estudo de caso único com as vantagens do estudo de grupos de pacientes, como sugerem Ralph, Moriarty e Sage (2002). Esse tipo de metodologia "híbrida" parece permitir, como observam esses últimos autores, uma melhor explicitação da relação entre a severidade do déficit e o desempenho na tarefa, algo que seria impossível apenas com estudos de casos únicos.

A utilização de testes padronizados, retirados de um pool de testes, a partir de uma hipótese explicativa, e a posterior escolha de testes ou tarefas complementares mais específicas para avaliar os aspectos mais comprometidos de cognição, pode ser um bom referencial tanto para os estudos de caso quanto para os estudos de grupo. Esta abordagem mais focal, na clínica e na pesquisa neuropsicológicas, parece ter inúmeras vantagens, não só em termos de sua aplicabilidade, como também para a testagem de hipóteses mais definidas e mais teoricamente direcionadas.

Não obstante, como observam Newcombe e Ratcliff (1979), podemos observar algumas dificuldades interpretativas quando se parte dos resultados obtidos

em um dado teste para a postulação de hipóteses e de inferências sobre a 'função' cognitiva que está sendo avaliada. Aliás, a inferência feita a respeito do funcionamento cognitivo a partir dos resultados da avaliação comportamental obtidos em testes ou em tarefas experimentais, tanto em pacientes com déficits cognitivos quanto em indivíduos normais, pode sofrer efeitos interpretativos variáveis. Em outros termos, para os autores, as funções cognitivas não seriam avaliadas per se, mas sim o comportamento que, por sua vez, demanda processos inferenciais para ser interpretado. E, como vimos, o próprio conceito de função mental pode variar de acordo com a abordagem teórica utilizada na área.

Cabe abrir um parênteses para a menção aos trabalhos desenvolvidos no contexto brasileiro, como os de Capovilla (2007), Ferracini, Trevisan, Capovilla e Dias (2007), Capovilla e colaboradores (2009), com ênfase no uso da avaliação psicológica e na construção e validação de testes. Com o desenvolvimento de um grande número de testes e com uma abrangência de populações estudadas, esses pesquisadores têm contribuído para o aprimoramento metodológico e para a amplificação de questões teóricas na área.

Concluimos que a emergência do novo paradigma do processamento da informação, que muito influenciou a Neuropsicologia Cognitiva, teve implicações não só do ponto de vista metodológico, ou seja, afetando o tipo de método e os procedimentos experimentais adotados, mas também afetando o tipo de inferência possível a ser delineada a partir dos achados dos pacientes com lesão cerebral.

Já no que se refere à questão da localização cerebral da lesão, esta pode ser mais ou menos importante, dependendo dos objetivos da pesquisa neuropsicológica. Na clínica neuropsicológica, por exemplo, esta questão ainda tem bastante relevância, talvez mais do que nas pesquisas cognitivamente orientadas da Neuropsicologia Cognitiva. Pesquisadores como Shallice (2003), em estudos mais recentes, destacam a importância dos estudos feitos com técnicas de neuroimagem, pois acreditam que os mesmos podem ajudar não só no entendimento da organização cerebral de funções, mas também da compreensão do funcionamento cognitivo humano. Inclusive, acreditamos que as inúmeras pesquisas que utilizam as atuais técnicas de neuroimagem nas Neurociências têm contribuído para redimensionar a questão da localização cerebral de funções na contemporaneidade, possibilitando, por um lado, uma localização mais precisa de algumas lesões em pacientes

neuroológicos e, por outro lado, o estudo do cérebro in vivo em pacientes lesionados e em indivíduos normais.

Em contraposição ao método anátomo-clínico, utilizado, muitas vezes, para inferir o locus da lesão em pacientes neurológicos com a posterior localização *post mortem* da área cerebral afetada, estas técnicas não invasivas podem prescindir desse tipo de inferência, isto é, a localização das áreas cerebrais e de sua ativação seletiva se dá diretamente pelas imagens obtidas. No caso de lesões cerebrais, ajudam na precisão do local e tamanho da lesão, trazem informações sobre processos de atrofia cerebral e podem indicar assimetrias hemisféricas em indivíduos com ou sem comprometimentos cerebrais.

Técnicas como a Tomografia Computadorizada (CT), a Imagem por Ressonância Magnética Funcional (fMRI) e a Tomografia por Emissão de Pósitrons (PET), dentre outras técnicas de neuroimagem, têm também ajudado no teste de modelos teóricos, muitos deles de inspiração computacional, além de revelaram os substratos neurais de processamentos cognitivos mais implícitos, inclusive podendo demonstrar a recuperação funcional cerebral, como sugerem Humphreys e Price (2001). Nesta direção, o desenvolvimento de programas computadorizados que modelam o funcionamento cerebral tem ajudado na testagem de hipóteses sobre este funcionamento, bem como tem ajudado na observação dos efeitos de lesões seletivas em partes desse sistema (Santos, 2008).

Também na concepção de Henson (2005), as técnicas de neuroimagem, especialmente a PET e a fMRI ajudariam na construção da hipótese de um mapeamento “sistemático” entre estrutura e função no cérebro, e poderiam auxiliar na testagem de modelos teóricos, mas isso não significa estabelecer uma correspondência termo a termo de variáveis comportamentos com estruturas cerebrais. Neste caso, segundo este autor, os dados trazidos por estas técnicas poderiam ser considerados uma variável dependente, como a própria variável comportamental, e poderiam ajudar não só no diagnóstico clínico de pacientes, mas também nas pesquisas experimentais da Psicologia Cognitiva.

Santos (2008) destaca que as inovações tecnológicas expressas pelas diferentes técnicas de neuroimagem estrutural e funcional, aliadas às técnicas neurofisiológicas, podem auxiliar no diagnóstico precoce dos distúrbios cognitivos e comportamentais. E para Marcucci e Vandresen (2006), a análise da atividade cerebral in vivo ajudaria na identificação das áreas do cérebro que estão mais ativadas e subjacentes a determinados comportamentos, bem como

ajudaria na definição de áreas cerebrais comprometidas. De modo complementar, possibilitaria entender o processo de recuperação neuronal, ou seja, a plasticidade cerebral, quando há algum tipo de injúria ou lesão.

No que diz respeito à plasticidade cerebral, podemos observar que, como sinalizam Bates e Elman (1994), Stiles (2000) e Stiles e colaboradores (Stiles & Thal, 1994; Stiles, Reilly, Paul & Moses, 2005), e no passado já havia sinalizado Lenneberg (1967), dentre outros, a razoável recuperação de funções linguísticas e espaciais, após injúria cerebral no início do processo do desenvolvimento ontogenético, sugere a ativação de mecanismos de plasticidade em sistemas cerebrais imaturos em contraposição à menor plasticidade observada após comprometimentos cerebrais em adultos. Segundo Stiles (2000), com o desenvolvimento, os sistemas neurais estabilizariam padrões de funcionamento otimizados, mas isto não elimina a capacidade de adaptação destes sistemas, ainda que em menor grau.

Os estudos destes e de outros autores sugerem que quando se compara as lesões cerebrais precoces com as lesões adquiridas em adultos, os padrões de associação entre o comportamento e o substrato neural afetado pode ser mais variável, ou seja, como observa a autora supracitada (Stiles, 2000), padrões particulares de mudança podem variar em função da idade e do domínio do conhecimento avaliado. Ainda que estes mecanismos não sejam bem conhecidos em suas bases, supõe-se que os mesmos envolvam mudanças tanto no substrato neural quanto nas estratégias cognitivas utilizadas pelas crianças para atingir determinados comportamentos.

No se refere a algumas das implicações dos mecanismos de plasticidade para a pesquisa na área, podemos observar assim certo dinamismo na própria organização funcional ao longo do desenvolvimento, especialmente na criança, mas também em adultos, ainda que em menor grau, o que parece trazer alguns problemas para o pressuposto de uma estabilização funcional invariável. Inclusive, podemos aqui argumentar se as técnicas de neuroimagem funcional seriam sensíveis para captar esse tipo de variabilidade, especialmente quando a mesma é sutil.

Um outro problema que observamos no uso das técnicas de neuroimagem refere-se ao fato de que também pode haver variabilidade nos indivíduos em termos de idade, sexo, preferência manipulatória, dentre outras variações inter-individuais que podem ter implicações na organização funcional cerebral, o que pode levar a

uma maior dificuldade de interpretação das imagens e do cotejamento das mesmas. Nesta perspectiva, as variáveis individuais devem ser consideradas quando se utiliza este tipo de técnica, o que poderia limitar, a nosso ver, o grau de generalização das correlações anatomo-funcionais encontradas.

De modo complementar, podemos argumentar quais seriam as implicações das técnicas de neuroimagem para a Neuropsicologia, em especial para a Neuropsicologia Cognitiva. Muitos pesquisadores, especialmente aqueles com ênfase ‘ultra-cognitivista’, como Ellis e Young (1988), como o próprio adjetivo insinua, costumam negligenciar as variáveis cerebrais e a localização cerebral de funções, enfatizando a construção de modelos de processamento da informação tendo como inspiração o pressuposto da modularidade da mente. Através da priorização de estudos de casos únicos, consideram, inclusive, que a Neuropsicologia Cognitiva é uma espécie de ‘método’ da Psicologia Cognitiva, na medida em que pode trazer contra-exemplos, ou seja, exemplos que possam refutar, a partir de uma lógica de falseabilidade, modelos estabelecidos de cognição normal. Neste contexto, podemos argumentar que as técnicas de neuroimagem não adquirem a importância que possuem para outras abordagens neuropsicológicas mais preocupadas com a relação cérebro-mente per se.

Como mencionamos anteriormente, a pressuposição de modularidade aplicada ao contexto da Neuropsicologia Cognitiva é mais afeita à perspectiva de Marr (1982) do que a de Fodor (1983), ou seja, a idéia de um encapsulamento informacional dos módulos cognitivos, preconizada por Fodor, bem como o caráter inato dos mesmos, não encontra total respaldo na área. Inclusive, na contramão da perspectiva inicial de Fodor, alguns autores (i.e. Norman & Shallice, 1980; Shallice, 1988) propõem uma organização semi-modular em sistemas de domínio geral, como os sistemas centrais, e não apenas em sistemas de domínio específico. Observamos ainda autores que parecem compatibilizar uma abordagem modularista com o uso de técnicas de neuroimagem, como alguns expoentes da chamada Neurociência Cognitiva (i.e. Swick, Ashley & Turken, 2008, dentre outros), pois, mesmo que não utilizem explicitamente o termo “modularidade” em seus argumentos teóricos, a nosso ver, propõem correspondências mais estritas entre estruturas cerebrais e determinados funcionamentos mentais.

Não obstante, algumas limitações das técnicas de neuroimagem poderiam ser apontadas, dentre elas está o

fato de não se mostrarem totalmente sensíveis a determinados tipos de lesões mais difusas ou originadas por problemas neuroquímicos cerebrais. De modo complementar, a dificuldade de ajustamento temporal entre as variáveis comportamentais, muitas delas de grande complexidade, e as variáveis cerebrais subjacentes podem influenciar na interpretação das imagens obtidas e, conseqüentemente, podem levar a correlações equivocadas e/ou parciais entre essas variáveis. Em alguns casos, a nosso ver, poderia ocorrer também a interpretação de uma relação de causa-efeito entre estas variáveis onde apenas são encontradas correlações mais amplas, o que poderia levar a conclusões apressadas e errôneas a respeito da relação entre as bases cerebrais de determinados comportamentos.

Por fim, acreditamos que as modernas técnicas de neuroimagem, apesar de suas limitações, nem todas elas aqui elencadas, podem trazer significativas contribuições não só para a compreensão da organização cerebral das funções cognitivas humanas, mas também para o entendimento do funcionamento cognitivo per se. Neste sentido, dependendo dos objetivos da pesquisa clínica, experimental e/ou teórica e da formação dos pesquisadores que compartilham do interesse pelo estudo da relação cérebro-mente, as técnicas de neuroimagem podem adquirir maior ou menor importância. Porém, cabe observar que o alto custo desses recursos tecnológicos faz com que os mesmos nem sempre estejam disponíveis para a pesquisa neuropsicológica.

Considerações Finais

A significativa evolução teórica e metodológica que tem ocorrido nas Neurociências de modo geral, em especial na Neuropsicologia contemporânea, tanto em sua vertente mais cognitivista, com menor ênfase no estudo do hardware cerebral, quanto em sua vertente mais moderada, com igual ênfase no funcionamento cognitivo e na localização cerebral de funções, tem muito contribuído para o entendimento da cognição deficitária exibida pelos pacientes neurológicos, bem como para o entendimento das funções cognitivas normais.

Acreditamos, conjuntamente com Vallar (1999), que os estudos de caso único e os estudos de grupos de pacientes desenvolvidos na área, a par de suas vantagens e limitações metodológicas, podem contribuir, ambos, para o desenvolvimento do conhecimento a respeito da arquitetura neural e funcional envolvida nas funções

mentais, e não haveria razão para a exclusão de uma destas fontes de pesquisa clínica e teórica. Mas, dependendo dos objetivos da pesquisa e das circunstâncias, pode haver a priorização de um destes tipos de estudos.

Os estudos de caso único ainda se mostram relevantes na contemporaneidade, a nosso ver, pela dificuldade de se encontrar, na clínica neuropsicológica, muitas vezes, homogeneidade nos sintomas exibidos pelos pacientes. Neste contexto, as técnicas de neuroimagem poderiam ajudar na identificação do locus da lesão, bem como, em alguns casos, de sua particularidade anatômica, corroborando assim os achados clínicos peculiares encontrados na avaliação clínica. Podemos ainda realçar o valor epistemológico dos estudos de casos na falsificação de hipóteses e de modelos teóricos, na tradição de estudos clássicos na área, como os de Baddeley (1990, 2000).

Os estudos de grupos, por sua vez, também parecem se beneficiar do uso de técnicas de neuroimagem funcional, pois as mesmas permitem a seleção de indivíduos a partir de critérios anatômicos-funcionais. Nesta perspectiva, tanto os estudos com pacientes com síndromes neurológicas adquiridas, congênicas e/ou genéticas, transtornos psiquiátricos ou do desenvolvimento, dentre outros, quanto os estudos com indivíduos normais poderiam se beneficiar do uso desse tipo de técnica.

Os achados obtidos em pesquisas experimentais com sujeitos animais e, em alguns casos, com o uso de neuroimagem (como as de Shadlen e Newsome, 2001) com macacos rhesus, dentre outras) e com sujeitos humanos sem comprometimentos cerebrais também podem contribuir para corroborar os achados sugeridos pelas pesquisas desenvolvidas na clínica neuropsicológica, sendo esse intercâmbio de informações bastante profícuo para o desenvolvimento da área.

Nesta perspectiva, acreditamos que uma abordagem integrativa e inclusiva dos estudos de caso único e de grupo de pacientes, conjuntamente com os estudos experimentais com sujeitos animais e com indivíduos normais, possibilitaria não só o cotejamento de informações obtidas a partir de diferentes técnicas e métodos, mas também a articulação de saberes que, apesar de diferenciados, a nosso ver, não se mostram excludentes.

Desde os primórdios dos estudos da relação cérebro-mente, com a emergência do método anatômico-clínico e sua contribuição pioneira para uma análise verdadeiramente científica dessa relação, passando pelos avanços metodológicos originados pela construção e standardização de inúmeros testes, até o panora-

ma científico atual com as técnicas de neuroimagem funcional em um contexto teórico com diversificados modelos de processamento da informação, o percurso da pesquisa em Neuropsicologia parece ter se dado por etapas, ou escolas, como prefere Shallice (1988), etapas estas que utilizaram, preferencialmente, alguns métodos e técnicas de pesquisa.

Cabe observar que quando um novo método surge no panorama científico costuma haver certa adesão imediata ao mesmo e certa priorização de suas vantagens em detrimento de suas limitações. Porém, acreditamos que o aumento de pesquisas que utilizam estas abordagens metodológicas, muitas delas relatando dificuldades e/ou a insuficiência do método e/ou das técnicas a este relacionadas para o alcance de determinados objetivos, possa suscitar uma reflexão crítica a respeito das vantagens e limitações do método ou técnica em questão.

No que se refere às técnicas de neuroimagem, a par de suas possibilidades e limites metodológicos e inferenciais, acreditamos que as mesmas possam contribuir de modo significativo para a pesquisa na Neuropsicologia, apesar de observarmos, em alguns casos, certo exagero no tipo de inferência feito a respeito da relação cérebro-mente tendo como base a avaliação da atividade cerebral.

De modo complementar, acreditamos que a construção de modelos de funcionamento cognitivo humano e o teste de sua aplicabilidade na clínica e na pesquisa neuropsicológicas também podem trazer contribuições importantes para o desenvolvimento teórico e metodológico no âmbito das Ciências Cognitivas, incluindo aqui a Psicologia Cognitiva, e das Neurociências de modo geral.

A natureza investigativa da Neuropsicologia merece aqui destaque, pois são as hipóteses teoricamente guiadas que fornecem a linha base norteadora na pesquisa, avaliação e reabilitação neuropsicológicas. Como vimos, as abordagens de avaliação neuropsicológica desde aquelas situadas em um pólo mais quantitativo de análise até aquelas situadas em um pólo mais qualitativo devem levar em conta o caráter investigativo de todo trabalho neuropsicológico, seja nos processos de avaliação, diagnóstico e reabilitação, seja na pesquisa empírica e na construção teórica.

Por fim, apesar do grande desenvolvimento teórico e metodológico que as Neurociências e a Neuropsicologia vêm vivenciando nas últimas décadas, acreditamos que ainda existam muitos problemas teóricos e

metodológicos relacionados ao estudo da relação cérebro-mente que demandam melhor explicitação e que, a nosso ver, trazem inúmeros desafios para a realização de pesquisas na área.

Referências

- Baddeley, A. D. (1986). *Working memory*. Oxford : Oxford University Press.
- Baddeley, A. D. (1990). *Human memory: Theory and practice*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Baddeley, A. D. (2000). The episodic buffer in working memory. *Trends in Cognitive Sciences*, 4(11), 417-423.
- Bates, E. A., & Elman, J. L. (1994). Connectionism and the study of change. In M. H. Johnson (Ed.), *Brain development and cognition* (pp. 623-642). Oxford: Blackwell Publishers.
- Cagnin, S. (2009). Neuropsicologia Cognitiva e Psicologia Cognitiva: O que o estudo da cognição deficitária pode nos dizer sobre o funcionamento cognitivo normal? *Psicologia em Pesquisa*, 3(1), 16-30.
- Campbell, D. T., & Stanley, J. C. (1968). *Experimental and Quasi-experimental designs for research*. Chicago: Rand McNally & Co.
- Capovilla, A. G. S. (2007). Contribuições da neuropsicologia cognitiva e da avaliação neuropsicológica à compreensão do funcionamento cognitivo humano. *Cadernos de Psicopedagogia*, 6(11), p. 00-00. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492007000100005&ing=pt2nrm=iso
- Capovilla, F. C., Martino, J. M., Macedo, E. C., Sousa-Sousa, C. C., Graton-Santos, L.E. & Maki, K. (2009). Alfabetização produz leitura orofacial? Evidência transversal com ouvintes de 1° a 3° séries da Educação Infantil, e de coorte (transversal-longitudinal) com surdos de 4° a 8° séries do Ensino Fundamental. In J. M. Montiel & F. C. Capovilla (Orgs.), *Atualização em transtornos da aprendizagem* (pp. 497-540). São Paulo: Artes Médicas.
- Caplan, D. (1981). On the cerebral localization of linguistic functions. *Brain and Language*, 14, 120-137.
- Caramazza, A. (1984). The logic of neuropsychological research and the problem of patient classification in aphasia. *Brain and Language*, 21, 9-20.
- Caramazza, A. (1986). On drawing inferences about the structure of normal cognitive systems from the analysis of patterns of impaired performance: The case for single-patient studies. *Brain and Cognition*, 5, 41-46.
- Caramazza, A., & Coltheart, M. (2006). Cognitive Neuropsychology twenty years on. *Cognitive Neuropsychology*, 23(1), 3-12.
- Coltheart, M. (2008). Cognitive neuropsychology. *Schorlapedia*, 3(2), 3644.
- Cooney, J. W., & Gazzaniga, M. S. (2003). Neurological disorders and the structure of human consciousness. *Trends in Cognitive Sciences*, 7(4), 161-165.
- Crockett, D., Clark, C., & Klonoff, H. (1981). Introduction: An overview of neuropsychology. In S. B. Filskov & T. J. Boll (Eds.), *Handbook of clinical neuropsychology* (pp. 1-37). New York: Wiley.
- Davison, L. A. (1974). Introduction. In R. M. Reitan & L. A. Davison (Eds.), *Clinical neuropsychology? Current status and applications* (pp. 1-18). New York: Wiley.
- Duncan, J., Burgess, P., & Emslie, H. (1995). Fluid intelligence after frontal lobe lesions. *Neuropsychologia*, 33, 261-268.
- Ellis, A. W., & Young, A. W. (1988). *Human cognitive neuropsychology*. Hove: Lawrence Erlbaum.
- Ferracini, F., Trevisan, B. T., Capovilla, A. S. G., & Dias, N. M. (2007). Avaliação da habilidade de discriminação fonológica em pré-escolares: Teste de discriminação fonológica. In A.S.G. Capovilla & F.C. Capovilla (Orgs.), *Teoria e pesquisa em avaliação neuropsicológica* (pp.17-24). São Paulo: Memnon.
- Flourens, M. J. P. (1853). *De la vie de l'intelligence*. Paris: Garnier Frères.
- Fodor, J. (1983). *The modularity of mind: An essay on faculty psychology*. Cambridge: MIT Press.
- Gage, N., & Hickok, G. (2005). Multiregional cell assemblies, temporal binding and the representation of conceptual knowledge in cortex: A modern theory by a 'classical' neurologist, Carl Wernicke. *Cortex*, 41(6), 823-832.
- Gazzaniga, M. S., Bogen, J. E., & Sperry, R. W. (1962). Some functional effects of sectioning the cerebral commissures in man. *Proc. Natl. Acad. Sci.*, 48, 1765-1769.
- Gazzaniga, M. S., & LeDoux, J. E. (1981). *The integrated mind*. New York: Plenum Press.
- Jackson, J. H. (1874). On the nature of the duality of the brain. *Brain*, 38, 80-1-3.
- Hart, S., & Semple, J. M. (1990). *Neuropsychology and the dementias*. London: Taylor & Francis.
- Hebb, D. O. (1949). *The organization of behavior* A neuropsychological theory. New York: Wiley.
- Hécaen, H., & Albert, M. L. (1978). *Human neuropsychology*. Chichester: Wiley Henson, R. (2005). What can functional neuroimaging tell the experimental psychologist? The Quarterly Journal of Experimental Psychology, 58A(2), 193-233.
- Kertesz, A. (1983). Issues in localization. In Kertesz, A. (Ed.), *Localization in neuropsychology* (pp.1-20). New York: Academic Press.
- Klüver, H., & Bucy, P. C. (1939). Preliminary analysis of functions of temporal lobes in monkeys. *Archives of Neurology and Psychiatry*, 42, 979-1000.
- Kolb, B., & Wishaw, I. Q. (1980). *Fundamentals of human neuropsychology*. New York: Freeman.
- Kristensen, C. H., Almeida, R. M., & Gomes, W.B. (2001). Desenvolvimento histórico e fundamentos metodológicos da neuropsicologia cognitiva. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14 (2), 259-274.
- Kuhn, T. (1962). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.

- Lashley, K. S. (1929). *Brain mechanisms and intelligence*. Chicago: University of Chicago Press.
- Lashley, K. S. (1938). Factors limiting recovery after central nervous lesions. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 88, 733-755.
- Lenneberg, E. (1967). *The biological foundations of language*. New York: Wiley.
- Lezak, M. (1995). *Neuropsychological assessment*. New York: Oxford University Press.
- Lichtheim, L. (1885). On aphasia. *Brain*, 7, 433-484.
- Luria, A. R. (1981). *Fundamentos de neuropsicologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP.
- Luria, A. R. (1992). *A construção da mente*. São Paulo: Ícone.
- Marcucci, F. C. I., & Vandresen, S. F. (2006). Métodos de investigação funcional do cérebro e suas implicações na prática da fisioterapia neurológica. *Revista Neurociências*, 14(4), 198-203.
- Marr, D. (1982). *Vision: A computational investigation into the human representation and processing of visual information*. New York: Freeman.
- Myers, R. E., & Sperry, R. W. (1953). Interocular transfer of visual form discrimination habit in cats after section of the optic chiasm and corpus callosum. *Anat. Rec.*, 115, 351-352.
- Newcombe, F., & Ratcliff, G. (1979) Long-term psychological consequences of cerebral lesions. In M. S. Gazzaniga (Ed.), *Handbook of behavioral neurobiology, Vol. 2, Neuropsychology* (pp. 495-540). New York: Plenum Press.
- Ralph, M. A. L. (2004). Reconnecting cognitive neuropsychology: Commentary on Harley's does cognitive have a future? *Cognitive Psychology*, 21(1), 31-35.
- Ralph, M. A. L., Moriarty, L., & Sage, K. (2002). Anomia is simply a reflection of semantic and phonological impairments: Evidence from a case-series study. *Aphasiology*, 16, 56-82.
- Robertson, L. C., Knight, R. T., Rafal, R., & Shimamura, A. P. (1993). Cognitive neuropsychology is more than single-case studies. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 19 (3), 710-717.
- Santos, E. C. (2008). Métodos de auxílio diagnóstico em neuropsicologia. In D. Fuentes, L. F. Malloy-Diniz, M. R. Cosenza et al. (Orgs.), *Neuropsicologia: Teoria e prática* (pp.72- 88). Porto Alegre: Artmed.
- Scoville, W. B., & Milner, B. (2000). Loss of recent memory after bilateral hippocampal lesions. *Journal of the American Neuropsychiatric Association*, 12(1), 103-113. (Trabalho original publicado em 1957)
- Semenza, C., Bisiacchi, P., & Rosenthal, V. (1988). A function for cognitive neuropsychology. In G. Denes; C. Semenza & P. Bisiacchi (Eds.), *Perspectives in cognitive neuropsychology* (pp.3 -30). Hove: Lawrence Erlbaum.
- Shadlen, M. N., & Newsome, W. T. (2001). Neural basis of a perceptual decision in the parietal cortex (area LIP) of the rhesus monkey. *Journal of Neurophysiology*, 86(4), 1916-1936.
- Shallice, T. (1988). *From neuropsychology to mental structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Shallice, T. (2003). Functional imaging and neuropsychology findings: How can they be linked? *Neuroimage*, 20, 146-154.
- Shallice, T., & Warrington, E. K. (1974). The dissociation between long-term retention of meaningful sounds and verbal material. *Neuropsychologia*, 12, 553-555.
- Sokol, S. M., McCloskey, M., Cohen, N. J., & Aliminoso, D. (1991). Cognitive representations and processes in arithmetic: Inferences from the performance of brain-damaged subjects. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 1 (3), 355-376.
- Sperry, R. W. (1984). Consciousness, personal identity and the divided brain. *Neuropsychologia*, 22, 661-673.
- Stiles, J. (2000). Neural plasticity and cognitive development. *Developmental Neuropsychology*, 18(2), 237-272.
- Stiles, J., Reilly, J., Brianna, P., & Moses, P. (2005). Cognitive development following early brain injury: Evidence for neural adaptation. *Trends in Cognitive Science*, 9(3), 136-143.
- Stiles, J. & Thal, D. (1994). Linguistics and spatial cognitive development following early focal brain injury: Patterns of deficit and recovery. In M.H. Johnson (Ed.), *Brain development and cognition* (pp. 643-664). Oxford: Blackwell Publishers.
- Swick, D., Ashley, V., & Turken. A. (2008). Left inferior frontal gyrus is critical for response inhibition. *BMC Neuroscience*, 9 (102), 1-11.
- Teuber, H. L. (1955). Physiological psychology. *Annual Review of Psychology*, 9, 267-296.
- Vallar, G. (1999). Methodological foundations of neuropsychology. In G. Denes & L. Pizzamiglio (Eds.), *Handbook of clinical and experimental neuropsychology* (pp. 95-1331). Hove: Psychological Press.
- Van der Elst, W., Van Boxtel, M. P. J., Van Breukelen, G. J. P., & Jolles, J. (2008). A large-scale cross-sectional and longitudinal study into the ecological validity of neuropsychological test measures in neurologically intact people. *Archives of Clinical Neuropsychology*, 23, 787-800.
- Weisenburg, T., & McBride, K. E. (1935). *Aphasia: A Clinical and psychological study*. New York: Commonwealth fund.

Endereço para correspondência:

Rua Barata Ribeiro, 70/1603 – Copacabana
 CEP 22011-002 - Rio de Janeiro/RJ
 E-mail: scagnin@oi.com.br

Recebido em Abril de 2010

Revisto em Setembro de 2010

Aceito em Setembro de 2010

Produção Científica na Área Educacional: Realização Acadêmica na Adolescência

Scientific Production on Educational Area: Academic Realization in Adolescence

Geraldina Porto Witter^I

Giovana Ardoino Paschoal^{II}

Resumo

O presente trabalho apresenta considerações sobre pesquisas educacionais em seus vários aspectos. Como exemplo, apresenta alguns resultados sobre a realização acadêmica na adolescência, decorrentes de levantamento de dados em quatro bases: CAPES, ERIC, PsycINFO e SciELO. Referente às teses e dissertações, a base PsycINFO apresentou maior número com 38 trabalhos. Quanto aos suportes veiculadores, predominaram os artigos de periódicos, sendo que destes, 48,94% no ERIC eram teóricos e na SciELO e no PsycINFO predominaram os relatos de pesquisas, respectivamente, 92,59% e 67,50%. Foram localizadas 204 referências no PsycINFO, 19 no ERIC e nenhuma ocorrência na SciELO. Conclui-se haver carência de pesquisas na área e são feitas sugestões para pesquisa.

Palavras-chave: Pesquisa educacional; desempenho acadêmico; Psicologia Educacional.

Abstract

This paper presents considerations on educational research in its various aspects. As an example, the study presents some results on the academic achievement in adolescence, which were derived from data collection at four bases: CAPES, ERIC, PsycINFO and SciELO. Regarding theses and dissertations, the base PsycINFO showed the largest number with 38 works. As for the media backers, journal articles predominated, and of these, 48.94% were theoretical; in ERIC and PsycINFO in SciELO, research reports were predominant, respectively, 92.59% and 67.50%. We found 204 references on adolescents' academic performance in PsycINFO; in ERIC 19, and no occurrence in SciELO. We came to the conclusion that there was a lack of research in the area. Suggestions for research are presented.

Keywords: Educational research; academic performance; Educational Psychology

^I UNICASTELO

^{II} Universidade de Mogi das Cruzes

Quer por seu custo financeiro e em recursos humanos, quer pelo impacto que tem na sociedade, quer ainda pelas próprias características do saber científico e pela ética científica, é imprescindível a avaliação da produção científica. Ocasionalmente, esta preocupação está presente em trabalhos esparsos, mas é só nos anos sessenta do século XX que ela se sistematiza, se avoluma, se estrutura, se desenvolve metodologicamente. Partindo das revisões assistemáticas ou dos estudos de estado da arte, carentes de cuidados metodológicos rigorosos, chegou-se à estruturação de uma nova área do conhecimento. Trata-se da cientometria ou cienciometria, como usam alguns, embora no português, obedecendo às regras da etimologia e da incorporação de vocábulos novos, seja preferível cientometria (Stumpf, Caregnato, Vanti, Vanz, Corrêa, Crespo, Galdino & Gomes, 2006).

Hoje, a avaliação da produção científica é empregada nas várias áreas do conhecimento e tem con-

dições de subsidiar a tomada de decisão sobre o que pesquisar, a definição de prioridades e políticas científicas, o desenvolvimento científico e tecnológico; bem como servir de base para comparação de países, estados, regiões, áreas do conhecimento, periódicos científicos e mesmo produtores (Mugnaini, Carvalho, & Campanatti-Ostiz, 2006). Vale lembrar que tanto as revistas científicas como as de divulgação científica precisam ser avaliadas em estudos de metaciência. As primeiras, para verificar aspectos técnico-científicos e se realmente estão veiculando evidências confiáveis, e as segundas porque são as que mais chegam e cujas informações mais facilmente são assimiladas pelos professores, já que, em muitos países, inclusive no Brasil, a formação em metodologia científica é precária. Além disso, é comum confundir os dois tipos de revista e há leitura acrítica de ambas, especialmente por falta de uma adequada formação em ciência e em estratégias

para ler criticamente (Afflerbach, 2007; Fink & Samuels, 2007; Ellery, 2009; Athans & Devine, 2010).

A produção científica compreende uma ampla série de categorias e sub-categorias envolvendo materiais, procedimentos e textos, mas o principal meio de divulgação são os últimos, direcionados ao público consumidor geral ou aos próprios cientistas. Estes são os que mais frequentemente são focados nos trabalhos de metaciência possivelmente por constituírem o principal meio na comunicação entre cientistas, e entre eles e a sociedade. Ao focarem a produção, os trabalhos de cientometria privilegiam a análise da produção textual, seja pela razão acima citada, seja pela facilidade de avaliação, de uso de juízes diversos e pela maioria ter caráter público.

Há vários tipos de produção textual e estão disponíveis na forma impressa, online ou concomitantemente nas duas formas. Muitas revistas científicas e mesmo livros estão sendo disponibilizados aos leitores impressos em papel e via Internet. Certamente isto facilitou não apenas a consulta, mas também a realização de pesquisas. Bases bibliográficas como Education Resources Information Center (ERIC), do governo dos Estados Unidos, e a PsycNET e PsycINFO, da American Psychological Association, são fontes internacionais imprescindíveis para se acompanhar o desenvolvimento da pesquisa educacional, e inclui-se também uma base nacional mais jovem que é a SCIELO, com apoio de agências governamentais brasileiras. Vale lembrar que associações que enfocam várias áreas específicas da educação também oferecem bases bibliográficas de grande utilidade para pesquisadores e educadores. São exemplos: o National Council of Teachers of Mathematics, a National Science Teachers Association e a International Reading Association. Função similar é desempenhada pelos bancos de teses impressos em papel (International Dissertation Abstracts) ou online (Banco de Teses da CAPES).

A análise da produção veiculada por um periódico permite avaliar múltiplos aspectos, checar o seu nível de desenvolvimento como meio de difusão científica e até mesmo fazer comparações entre periódicos. Instrumentos para facilitar análises mais detalhadas já estão disponíveis na literatura (Buriti, 1999; Lima, 1999; Oliveira, 1999; Oliveira, Cantalice, Joly, & Santos, 2006; Witter, 2006; Borenstein, Hedges, Higgins & Rothstein, 2009).

A análise cientométrica tem privilegiado os estudos dos periódicos e das bases bibliográficas, indepen-

dentemente da área de conhecimento. Isto se justifica pelo relevante papel que ocupam na estruturação da ciência e da sua divulgação. O mesmo tende a ocorrer na área da Educação. A maior ocorrência do uso de revistas científicas para veicular informação foi também encontrada por Camilo e Witter (2007), ao analisarem a produção veiculada no PsycINFO (2003 a 2006) sobre o brincar na pré-escola, tendo obtido 883 referências sendo 78,03% relativas a artigos em periódicos.

Em todas as áreas, independente do patamar de desenvolvimento já alcançado, a maior preocupação é com a avaliação das pesquisas, já que são a essência do conhecimento e de onde emergem evidências que comprovam, validam, rejeitam ou colocam em dúvida proposições teóricas que, usadas generalizadamente, sem o devido respaldo em dados científicos, podem ser consideradas de risco e mesmo antiéticas, podendo resultar em grande prejuízo para a formação e desenvolvimento de alunos, professores e sistemas educacionais. Isto posto, pode-se passar a considerar mais especificamente a preocupação com a pesquisa educacional (Buriti, Witter & Witter, 2007; Witter, 2010).

Entre os avanços na área da metaciência estão os decorrentes de várias opções novas para procedimentos de seleção de material e tratamento dos dados que, espera-se, sejam progressivamente incorporados pelos pesquisadores que se dedicam à avaliação da ciência (Bonett, 2009; Cooper & Patall, 2009; Hofer & Piccinin, 2009).

A meta-análise de produção textual pode associar a coleta de dados com a adequação de sua análise estatística e de outras análises de textos publicados. Um exemplo é o trabalho de DeCoster, Iselin e Gallucci (2009), que enfocaram o uso de dicotomização nos procedimentos estatísticos de variáveis que originalmente são contínuas, passando a ser variáveis categóricas. Ex: usar teste de medida contínua (aprendizagem de Física) e estabelecer ponto de corte ou comparar apenas os extremos da curva, o que introduz viés. Todavia, a despeito das críticas metodológicas, é ainda uma prática comum. Os autores relacionaram dados de entrevistas com 66 pesquisadores que usam a dicotomização com a opinião de outros 53 autores para identificar nos textos quando era adequado ou não fazer a dicotomização. Os que usaram o procedimento consideraram que assim obtêm resultados mais discriminativos. Os que avaliaram a produção apresentaram outra perspectiva, embora as justificativas sempre levem em consideração a simulação

Monte Carlo. A análise mantendo o contínuo, quando a variável é realmente contínua, é superior na maioria das vezes, mas se for uma variável que latentemente é de fato categórica é melhor a dicotomização. Todavia, para a análise da produção com dicotomização, há procedimentos alternativos. Trata-se de uma metaciência em que enfocaram um problema específico da análise de dados usados pelos diversos autores e que pedem reconsideração da questão em vários níveis: do planejamento à avaliação da produção e seu uso.

Pesquisa Educacional

Pesquisa educacional é a que traz informações sobre a realidade educacional ou com potencial para a introdução de mudanças para reduzir problemas e ineficiências, que promovem avanços e melhorias. Sua amplitude vai da pesquisa de laboratório, com poucos participantes, até a inclusão de sistemas educacionais. É campo de atividade para várias áreas do conhecimento, por exemplo Pedagogia, Linguística, Sociologia, Antropologia, Psicologia, que buscam hoje maior interação.

Elas podem ser classificadas, como em qualquer área do conhecimento, no que concerne a controle, profundidade, generalização e aplicabilidade com segurança. Assim, podem ser aglutinadas em dois grupos: Descritivas e Inferenciais.

As pesquisas Descritivas apresentam o aspecto estudado em sua exterioridade sendo divididas em dois subgrupos: pesquisas de levantamento ou caracterização e pesquisas correlacionais, quando já é viável estabelecer algumas relações mais simples entre as variáveis que podem estar presentes na realidade e nela ter uma potencial influência, mas sem maior segurança quanto às relações de causa-efeito de uma variável determinar o valor de outra.

As pesquisas Inferenciais são mais complexas, requerem mais capacitação do pesquisador, mas garantem maior controle, conhecimento, generalização e uso dentro de uma dada margem de segurança. Podem ser divididas em dois subgrupos: quase-experimentais e experimentais. Nas experimentais, o pesquisador manipula variáveis ao longo do processo de coleta para medir o efeito das mesmas. Na quase-experimental, o pesquisador colhe os dados como estão ocorrendo na realidade educacional, os organiza de acordo com variáveis já presentes na situação e faz comparações estatísticas ou matemáticas entre grupos em que elas estão

e não estão presentes (Drew & Hardman, 1985; Siegel & Castellan Jr, 1988; Campos, 2004; Pozzebon, 2004; Bianchetti & Mekesen, 2008).

Além do já explicitado, as pesquisas educacionais são feitas com objetivos diversos e que se espera tenham impacto no sistema educacional formal e nas salas de aula. Entretanto, em decorrência de diversas variáveis, nem sempre isto ocorre. Entre estas variáveis, algumas são atribuíveis à demora cultural de assimilação do novo no contexto cultural, outras do próprio professor (formação, atualização, motivação etc), do próprio sistema, que nem sempre tem a flexibilidade, com que a atualização científica deveria ser usada nas tomadas de decisões mais amplas, como para as políticas educacionais e uso em realidades distintas.

Mas há também atrasos e erros, até mesmo éticos, decorrentes de uso de resultados de pesquisa que não são evidências científicas de variáveis relevantes e que são considerados como “verdades” e, precipitadamente, ou por força política, impostas como único caminho, ignorando-se as diferenças individuais e mesmo regionais. Faz-se o uso das “verdades”, às vezes por décadas, prejudicando alunos, professores e o sistema como um todo sem sequer se ter tomado conhecimento da margem de erro em suas aplicações ou realizado pesquisas experimentais de avaliação. Aliás, em muitos trabalhos apresentados como pesquisa que trazem “verdades”, não há qualquer preocupação com este aspecto ético do discurso científico e, muitas vezes, atua-se como se todos os alunos fossem iguais e aprendessem de acordo com o previsto em uma única teoria, sem dados para sustentação (Baines & Kunkel, 2010).

Face à relevância e o papel que a pesquisa educacional deve ter na formação da pessoa e do cidadão, seria de se esperar que ela contasse com mais verbas, fosse uma tradição na realidade de cada classe, escola e sistema. Mais ainda, que se privilegiassem as pesquisas que apresentam evidências, ou seja, as experimentais e quase experimentais, pois viabilizam generalização e segurança no uso dos resultados com margem de erro conhecida, e se possível, dentro de um novo contexto de pesquisa. Entretanto, não é o que parece ocorrer na grande maioria dos países em que a ciência não alcançou na pesquisa educacional este nível de exigência nas agências governamentais e de fomento. Certamente, neste contexto, torna-se imprescindível a avaliação da produção decorrente das pesquisas educacionais.

Metaciência e Pesquisas Educacionais

Os estudos de metaciência a respeito de pesquisas educacionais podem focalizar vários aspectos, tais como: tipo de trabalho, enfoque teórico, autoria, tipologia da pesquisa, tipo de análise de dados, análise das evidências (só quando se trata de estudo experimentais ou quase experimentais), bibliografia, título, resumo, estrutura discursiva, normas, instrumentos e materiais usados na coleta, distorções e erros de análise etc.

Sem pretensão de fazer um relato de pesquisa, segue um exemplo mais específico de tema de grande preocupação na área educacional, que é a realização acadêmica, ou seja, do que, do como e em que nível os alunos conseguem assimilar e usar o que se espera que adquiram de conhecimento em um dado ponto do ciclo acadêmico, no geral ou em uma matéria específica. Para estreitar mais a busca, estabeleceu-se como foco que os participantes fossem adolescentes.

No contexto da presente análise, entendeu-se por realização educacional o nível de desenvolvimento e desempenho alcançado pelo aluno, o grau de proficiência demonstrado no trabalho escolar em geral ou específico, alcançado de um modo geral ou em uma habilidade específica como leitura/escrita, ciências, matemática, arte etc., sendo usada a expressão desempenho acadêmico, ou seja, com que eficiência executa as atividades acadêmicas, como equivalente (Houaiss, Villar & Franco, 2001; VandenBos, 2006).

No APA Dictionary of Psychology (VandenBos, 2006, p. 21) a adolescência é definida como o:

período do desenvolvimento humano que começa com a puberdade (10-12 anos de idade) e finda com a maturidade psicofisiológica (aproximadamente aos 19 anos de idade), embora a amplitude exata varie entre os indivíduos. Durante este período as maiores mudanças ocorrem, em ritmos variados, nas características sexuais, imagem corporal, interesses sexuais, papéis sociais, desenvolvimento intelectual e autoconceito.

O presente levantamento foi feito pelas autoras tendo por objetivo conhecer o tipo de suporte das publicações e variáveis que estão sendo enfocadas em realização acadêmica envolvendo os adolescentes.

Método

A despeito da relevância do desempenho acadêmico, a produção científica sobre a matéria, não é muito frequente. Em busca feita, tendo por vocábulos realização acadêmica e adolescência em associação, na base SciELO (4/5/2010) não foi localizada nenhuma referência específica da relação enfocada. A mesma busca realizada no PsycINFO (4/5/2010) resultou em 204 referências, mas só 15 textos com acesso livre. A mesma busca feita na principal base de educação – ERIC (3/5/2010) resultou em 19 indicações bibliográficas, mas só cinco de livre acesso. Vale lembrar um problema com que muitos pesquisadores e cientometristas frequentemente se deparam nas buscas feitas: uso inadequado de palavras-chave e não consulta a Thesaurus para decisão.

Resultados

Primeiramente, levantou-se a produção sobre pesquisas educacionais em nível de dissertações e teses em três bases: CAPES, ERIC e PsycINFO. Como na CAPES só estavam disponíveis as produções até o ano de 2009, optou-se por focar este ano, embora nas outras bases 2010 já estivesse em curso. A Tabela 1 mostra que na CAPES foram localizados 17 trabalhos (dissertação e tese), um na base ERIC e 38 no PsycINFO. Comparando as duas bases internacionais, verificou-se que a produção constante na área de cunho psicológico foi muito maior que na de Educação propriamente dita.

Tabela 1 - *Dissertações/Teses em Pesquisa Educacional em Bases Bibliográficas*

Período	Bases	F	%
2009	CAPES	17	30,36
	ERIC	1	1,79
	PsycINFO	38	67,86
	Total	56	100

Os resultados expressos na Tabela 2 mostram o tipo de suporte dos textos, sendo que nas três bases predominam os artigos de periódicos, o que é esperado já que os mesmos são considerados o principal meio de comunicação científica. Vale lembrar que a SciELO, diferentemente das outras bases, se restringe a textos de revistas. Em seguida, aparecem Outros, que inclui uma ampla variedade de materiais (descrição de materiais, resenhas, relatórios técnicos). Como era de se esperar, já que está totalmente voltada para a Educação, em ERIC ocorreu o maior número de trabalhos, vindo a seguir a base de Psicologia, onde a pesquisa educacional é apenas um segmento entre os mais de 250 ramos do conhecimento psicológico. A presença de livros foi baixa, possivelmente porque poucas editoras remetem a produção para as bases que os veiculam também.

Analisando mais detalhadamente as publicações em periódicos, constatou-se predomínio de trabalhos teóricos, de reflexão, no ERIC (48,94%), enquanto que na SciELO e no PsycINFO foram prevaletes os artigos relatando pesquisas, com maior potencial de contribuição para o conhecimento da realidade e os avanços educacionais que se fazem necessários, sendo, respectivamente, de 92,59% e 67,50%. Vale lembrar que a SciELO inclui todas as áreas de conhecimento, algumas voltadas para a Educação. A base PsycINFO é mais amigável e permite rápido levantamento quanto ao tipo de pesquisa, sendo de se destacar o predomínio de estudos quantitativos (77,80%) e apenas um de avaliação de produção (3,70%). Estes dados permitem uma perspectiva geral da posição da pesquisa na produ-

ção sobre Educação. Evidentemente, exceto para análise específica do apresentado em cada base, para se manter atualizado e saber sobre educação é imprescindível consultar mais de uma base, sendo mais provável encontrar evidências em algumas do que em outras. Vale lembrar que são consideradas como pesquisas, que podem realmente trazer evidências e relações causais, as quase-experimentais e experimentais com análise quantitativa. Quando se compara estes dados com os de Ferrara e Witter (2007), que estudaram os trabalhos sobre formação e atuação do psicólogo que apareceram na Psicologia Ciência e Profissão (2000-2004), consta-se uma situação com tendência melhor nos dados aqui relatados, já que as referidas autoras encontraram 64% (N=55) de trabalhos teóricos e entre as pesquisas predominaram as descritivas (levantamento) com 22% da produção e as inferenciais ficaram com apenas 11%.

Quanto mais avançada é a área, maior a ocorrência de trabalhos de pesquisa, especialmente se forem quase-experimentais e experimentais. Ao analisarem os dados da CAPES sobre produção científica concernente à memória, Christofi e Witter (2007) constataram, entre 2000 e 2004, quadro bem mais favorável ao aqui relatado: em 142 trabalhos só 4,22% eram teóricos, os demais eram pesquisas, sendo predominante a experimental (74,65%). As áreas que mais apareceram foram: Biológicas (18,3%), Psicologia (16,9%), Psicobiologia e Farmacologia, ambas com 11,3%. Educação incluiu apenas 2 trabalhos na base. Isto parece refletir características e nível de desenvolvimento diferenciados nas áreas.

Tabela 2 - Pesquisa Educacional nas Bases Bibliográficas

Período	Bases	Artigos				Livros		Outros		Total	
		Teóricos		Pesquisa		F	%	F	%	F	%
		F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
2010	ERIC	138	48,94	99	35,11	1	0,35	44	15,60	282	100
	PsycINFO	1	2,50	27	67,50	8	20	4	10	40	100
2001-2009	SciELO	2	7,41	25	92,59	0	0	0	0	27	100

De fato, isto se relaciona com a contingência de que entre os aspectos considerados em metaciência estão as citações ou referências que diferem entre as várias áreas científicas, não apenas no formato, tipo de suporte e temporalidade, o que dificulta a comparação respeitando as características de área. Fórmulas novas estão sendo propostas para comparações (Liang & Rousseau, 2010) de periódicos. Assim, na área de humanas, citação de periódicos se faz com menor ocorrência do que nas áreas da saúde e biossociais. As diferenças entre as áreas podem também se tornar evidentes entre bases mais voltadas para ciências como a Psicologia, ou seja, PsycINFO e as ciências sociais (ERIC). Isto sugere a necessidade de estudos comparativos entre bases da mes-

ma área e bases gerais como SciELO, Web of Science, entre outras possibilidades, conforme Norris e Oppenheim (2007) sugeriram e testaram em alguns aspectos. As bases podem estar refletindo o habitual nas áreas.

É apresentada aqui como ilustração uma breve análise temática do encontrado nas bases: PsycINFO e ERIC. Os dados são um indicativo de que variáveis que possivelmente afetam a realização acadêmica do adolescente estão sendo focadas pelos pesquisadores. Vale lembrar que frequentemente são destacadas duas ou mais variáveis em cada trabalho. Assim, a média de variáveis enfocadas pelos trabalhos arrolados na base ERIC foi 1,7 e na PsycINFO foi 2,0, conforme é apresentado na Tabela 3.

Tabela 3. Variáveis estudadas por possível efeito na Realização Acadêmica

Variáveis	ERIC (N=19)		PsycINFO (N=204)	
	F	% ^(*)	F	% ^(*)
Acadêmicas	2	10,0	85	41,7
Adolescente	16	84,2	165	80,9
Do contexto geral	1	5,3	96	47,0
Foco Indireto	1	5,3	7	3,4
Pessoas	12	63,1	50	24,5
Total	32	-	403	-
Média das Variáveis enfocadas	1,7		2,0	

Verificou-se que as variáveis do próprio adolescente, entre estas gênero, problemas biopsicológicos, problemas psicossociais, características biopsicossociais, características relativas à escola e autoavaliação, foram as mais trabalhadas nos estudos das duas bases, sendo de 84,2% no ERIC e 80,9% na outra base, com destaque para as características biopsicossociais, respectivamente 36,8% e 31,4%. Entretanto, o total de problemas também parece ser o foco de muitos pesquisadores. Estes dados podem ser indício de uma perspectiva demasiado clínica e patologizante, sem considerar ou ter o quadro completo e real da adolescência. Também é indício de focar os problemas no aluno, sem a devida consideração

por demais variáveis, inclusive da própria instituição educacional (Santrock, 2006; Savage, 2009).

Na base ERIC, em segundo lugar ficaram as pessoas que influem no desempenho acadêmico dos jovens (63,1% dos estudos), sendo os pais os mais enfocados (21,0%), vindo a seguir os amigos, colegas e professores com igual percentual (15,8%) e, por último, a família de um modo genérico (10,0%). Isto pode ser um reflexo da crescente ocorrência de evidências da importância da ação dos pais no desempenho acadêmico da pré-escola até a universidade, principalmente, em termos de obter resultados positivos mesmo com alunos com dificuldades de aprendizagem (Del Prette & Del Prette,

2003; Gourley, 2009). No PsycINFO esta categoria ficou em 4º lugar, com 24,50%.

Na base que privilegia a educação (ERIC), em terceiro lugar ficaram os trabalhos enfocando variáveis acadêmicas (10,0%), entre as quais estão meios de ensino, clima/ambiente acadêmico, intervenções, estratégias de ensino, currículo e disciplinas acadêmicas, sendo que uma ocorrência para meios de ensino e outra para currículo. Na base de cunho psicológico (PsycINFO), que inclui Psicologia Escolar e Educacional, esta categoria ficou também em terceiro lugar (41,7%), destacando-se principalmente os estudos que enfocam o que influi na realização nas disciplinas acadêmicas (leitura, escrita, matemática) com 16,7% como apoio e estímulo dos pais e família, influência de colegas e mesmo Clima/Ambiente Acadêmico (9,3%) que pode ser estressante ou distressante para o aluno e, assim por diante, mostrando mais preocupação com a sala de aula.

No Contexto Geral, que engloba classe/contexto social, suporte social, étnico-culturais, cultura (uso), modelos culturais, trabalho/emprego, violência/agressão e religião, foi registrado um trabalho na base ERIC (5,3%) e na PsycINFO ficou em segundo (47,0%), destacando-se a categoria étnico-cultural (19,1%), que gera aspectos peculiares, especialmente, em salas multiculturais que requerem atenção diversificada por parte dos professores, bem como uso de estratégias e materiais de ensino que respeitem as diversidades dos alunos, caso contrário se tem sérios prejuízos para os mesmos no processo de ensino-aprendizagem, no clima educacional, na geração de estresse, na desmotivação e na socialização. Seguem os estudos da classe como um contexto social (6,9%) e os de violência/agressão (6,4%), problema que vem crescendo no âmbito das escolas e que podem, em parte, estar refletindo a violência fora da escola (família, sociedade, meios de comunicação) ou da própria escola (métodos e materiais inadequados) ou, ainda, estresse, injustiça tanto fora como na escola.

Alguns estudos emergiram nas bases, mas não dizem respeito a adolescentes, eram trabalhos com crianças em que eram feitas considerações, sem dados, dos possíveis efeitos no futuro delas quando alcançassem a adolescência (5,3% na ERIC e 3,4% na PsycINFO).

Feita a correlação entre a posição relativa das categorias nas duas bases obteve-se $r_s=0,40$ para $r_c=1,00$ ($g=4$, $p \leq 0,05$), ou seja, pode-se concluir que nas duas bases não houve correlação quanto aos temas inseridos

(Siegel & Castellan Jr, 1988, Moren, 1995). A inclusão em PsycINFO foi mais abrangente e variada no que diz respeito à relação adolescência e realização acadêmica, apresentando uma perspectiva mais ampla do que está sendo pesquisado. Isto pode decorrer, em parte, do tipo e origem dos periódicos indexados nas bases e do nível das revistas. Também, vale lembrar o problema de uso, sem consultar aos Thesaurus, de palavras-chave, que pode resultar em dificuldades de acesso via base, por problemas de inclusão dos textos, como já se mencionou.

Considerações Finais

Dada a importância da pesquisa na área educacional, da avaliação da produção científica e dos estudos de metaciência para se ter um quadro geral do que, como e quanto se tem pesquisado de determinado assunto, sobretudo na área da educação, observa-se haver uma carência de profissionais dedicados a este aspecto da ciência, o que atesta o baixo número de estudos encontrados nos levantamentos nas bases pesquisadas no presente trabalho.

Este tipo de estudo, que pode ser realizado nas mais diversas áreas do conhecimento, produz dados científicos confiáveis e generalizáveis, entretanto parece ser pouco valorizado e até mesmo pouco divulgado e incentivado. Ainda em relação aos trabalhos que se encontram na área, é preciso considerar se atendem aos aspectos éticos e de rigor científico adequada e suficientemente, o que pede uma análise específica que fica aqui como sugestão (Witter, 2010).

Em relação ao levantamento de trabalhos sobre realização acadêmica de adolescentes, na base nacional não se obteve nenhum resultado na busca com os termos específicos, o que remete a algumas questões importantes. Que importância o pesquisador brasileiro tem dado a esta parcela da população? A realização acadêmica, que é frequentemente cobrada dos alunos, tem sido adequadamente cuidada e avaliada pelos profissionais da educação? Ou estará havendo problema nas listas de indexação fornecidas nos títulos e palavras-chave?

Visto que grande parte da vida acadêmica se desenvolve concomitante com a adolescência, e que esta tem sido pouco pesquisada, conclui-se a necessidade do pesquisador brasileiro se dedicar mais a este aspecto da educação e a esta faixa etária, resultando em benefícios não só para os sujeitos, mas também para a educação no país de forma geral.

Certamente, como governos de vários países e sociedades científicas internacionais estão fazendo, é necessário produzir mais pesquisas educacionais que tragam evidências e capacitar pesquisadores e docentes para esta atuação, caso contrário produzem-se alterações com base em opinião e até bom senso, mas sem suporte científico que lhe garanta validade e segurança.

Referências

- Afflerbach, P. (2007). *Understanding and using reading assessment*. Newark, DE: IRA.
- Athans, S. K., & Devine, D. A. (2010). *Fun-tastic activities for differentiating comprehension instruction, grades 2-6*. Newark, DE: IRA.
- Bianchetti, L., & Mekesenas, P. (Orgs.) (2008). *Trama do conhecimento: teoria, método e escrita em ciências e pesquisa*. Campinas: Papirus.
- Bonett, D. G. (2009). Meta-analytic interval estimation for standardized and unstandardized mean differences. *Psychological Methods*, 13(3), 225-328.
- Buriti, M. A. (1999). *Produção científica em periódicos de psicologia do esporte e educação física – prevenção*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia e Fonoaudiologia da PUC-Campinas. Campinas.
- Buriti, M. A., Witter, C., & Witter, G. P. (Orgs.) (2007). *Produção científica e Psicologia Educacional*. Guararema, SP: Anadarco.
- Camilo, A. B. R., & Witter, G. P. (2007). Produção Científica do Brincar na Pré-Escola no PsycNFO (2003-2006). In M. A. Buriti; C. Witter & G. P. Witter, *Produção científica e Psicologia Educacional* (pp. 79-97). Guararema, SP: Anadarco.
- Campos, L. F. L. (2004). *Métodos e técnicas de pesquisa em Psicologia*. Campinas: Alínea.
- Christofi, A. A. S. N., & Witter, C. (2007). Memória e produção científica: análise da base de dados da CAPES. In M. A. Buriti; C. Witter & G. P. Witter. *Produção científica e Psicologia Educacional* (pp. 33-56). Guararema, SP: Anadarco.
- Cooper, H., & Patall, E. A. (2009). The relative benefits of meta-analysis conducted with individual participant data versus aggregated data. *Psychological Methods*, 14(2), 165-176.
- DeCoster, J., Iselin, A. M. R., & Gallucci, M. (2009). A conceptual and empirical examination of justifications for dichotomization. *Psychological Methods*, 14(4), 340-366.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. P. (2003). *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem*. Campinas: Alínea.
- Drew, C., & Hardman, M. L. (1985). *Designing and conducting behavioral research*. New York: Pergamon Press.
- Ellery, V. (2009). *Creating strategic readers*. Newark, DE: IRA.
- Ferrara, J. N., & Witter, C. (2007). Formação e atuação: produção científica na revista *Psicologia Ciência e Profissão* (2000-2004). In M. A. Buriti; C. Witter & G. P. Witter, *Produção científica e Psicologia Educacional* (pp. 99-120). Guararema, SP: Anadarco.
- Fink, R., & Samuels, S. J. (Orgs.) (2007). *Inspiring reading success*. Newark, DE: IRA.
- Gourley, B. (2009). Mental health, substance abuse and drooping out: a quick stats fact sheet. *American Institutes for Research*, 20(1), 1-5.
- Hofer, S. M., & Piccinin, A. M. (2009). Integrative data analysis through coordination of measurement and analysis protocol across independent longitudinal studies. *Psychological Methods*, 14(2), 150-164.
- Houaiss, A., Villar, M. S., & Franco, F. M. M. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Liang, L., & Rousseau, R. (2010). Measuring a journal's input rhythm based on its publication-reference matrix. *Journal of Informetrics*, 4, 201-209. Acesso em 23 de Agosto de 2010, de www.sciencedirect.com e de www.elsevier.com/locate/joi.
- Lima, M. F. (1999). *A Psicologia em teses de Administração Escolar*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia e Fonoaudiologia da PUC-Campinas: Campinas.
- Moren, J. M. V. (1995). *Méthodes de recherche par l'éducation*. Montreal: Les Presses de l'Université de Montréal.
- Mugnaini, R., Carvalho, T., & Campanatti-Ostiz, H. (2006). Indicadores de Produção Científica: uma discussão conceitual. In D. A. Poblacion; G. P. Witter & J. F. M. da Silva (Orgs), *Comunicação e Produção Científica: contexto, indicadores e avaliação* (pp. 313-340). São Paulo: Angellara.
- Norris, M., & Oppenheim, C. (2007). Comparing alternatives to Web of Science for coverage of the social sciences literature. *Journal of Informetrics*, 1, 161-169. Acesso em 15 de Julho de 2010, de www.sciencedirect.com e de www.elsevier.com/locate/joi.
- Oliveira, M. H. M. A. (1999). *Leitura e escrita: análise de produção com ênfase no universitário*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia e Fonoaudiologia da PUC-Campinas. Campinas.
- Oliveira, K. L., Cantalice, L. M., Joly, M. C. R. A., & Santos, A. A. A. (2006). Produção científica de 10 anos da revista *Psicologia Escolar e Educacional*. *Psicologia Escolar e Educacional*, 10(2), 283-292.
- Pozzebon, P. M. G. (2004). *Minima Metodológica*. Campinas: Alínea.
- Santrock, J. W. (2006). *Life span development*. Boston: McGraw-Hill. (Trabalho original publicado em 1997).
- Savage, J. (2009). *A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. Tradução de T. M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco. (Trabalho original publicado em 2007).

Siegel, S., & Castellan Jr., N. J. (1988). *Non parametric statistics for the behavioral sciences*. New York: McGraw-Hill Book Co.

Stumpf, I. R. C., Caregnato, S. E., Vanti, N., Vanz, S. A. S., Corrêa, C. H. W., Crespo, I. M., Galdino, K., & Gomes, J. (2006). Uso dos Termos: Cienciometria e cientometria pela comunidade científica brasileira. In D. A. Poblacion; G. P. Witter & J. F. M. da Silva (Orgs), *Comunicação e Produção Científica: contexto, indicadores e avaliação* (pp. 341-370). São Paulo: Angellara.

VandenBos, G. R. (2006). *APA Dictionary of Psychology*. Washington: American Psychological Association.

Witter, G. P. (2006). Produção científica: escalas de avaliação. In D. A. Población; G. P. Witter & J. F. M. da Silva (Orgs), *Comunicação & Produção Científica – contexto, indicadores e avaliação* (pp. 287-311). São Paulo: Angellara.

Witter, G. P. (2010). Ética e pesquisa: gestores e pesquisadores. In R. G. Curty (Org.), *Produção Intelectual no Ambiente Acadêmico*. Londrina: UEL/CIN. (também online em <http://www.uel.br/pos/mestradoinformacao/pages/e-book.php>).

Endereço para correspondência:

Geraldina Porto Witter

Av. Pedroso de Moraes, 144/302 – Pinheiros

CEP 05420-000 – São Paulo/SP

E-mail: gwitter@uol.com.br

Recebido em Junho de 2010

Revisto em Setembro de 2010

Aceito em Outubro de 2010

Metodologia de Pesquisa em Desenvolvimento Humano: Velhas Questões Revisitadas

Research Methods in Developmental Psychology: Revisiting Old Questions

Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota¹

Resumo

Este artigo visa a discutir questões metodológicas do campo de estudo do desenvolvimento humano, levando em consideração perspectivas e tendências atuais nesta área. Na medida em que psicólogos do desenvolvimento enfrentam novos desafios e este campo de conhecimento evolui, novos paradigmas surgem, oferecendo subsídios teóricos e metodológicos para prática profissional e de pesquisa de psicólogos e profissionais de áreas afins. Esse texto tenta assim sistematizar questões que aparecem apenas de forma dispersa na literatura brasileira.

Palavras-chave: Psicologia do Desenvolvimento; metodologia em Psicologia do Desenvolvimento; desenvolvimento humano.

Abstract

This article aims to discuss methodological issues in the field of Developmental Psychology taking into account current trends and prospects in this area. Insofar as developmental psychologists face new challenges and this field of study develops, new paradigms emerge and offer theoretical and methodological approaches to professional practice and research of psychologists and professionals of related areas. This text attempts to systematize issues that only appear as dispersed in the Brazilian literature.

Keywords: Developmental Psychology; methodology in developmental psychology; human development.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A Psicologia do Desenvolvimento estuda as mudanças biológicas, afetivas, sociais e cognitivas que ocorrem na vida dos indivíduos desde o nascimento até a morte. Nesse processo, é de interesse investigar as múltiplas variáveis que afetam e serão afetadas pelo desenvolvimento. Essas variáveis, sejam elas cognitivas, sociais, afetivas ou biológicas, podem causar mudanças no desenvolvimento, podem ser conseqüências do desenvolvimento ou ainda podem ter uma relação recíproca de causa-efeito com ele (Biaggio, 1978; Mota, 2005, 2009; Papalia & Olds, 2000). Questões teóricas e metodológicas ligadas à conceituação da Psicologia do Desenvolvimento têm sido abordadas na literatura nacional de forma tímida. Em um dos poucos trabalhos que abordam o tema, Seidl-de-Moura e Moncorvo (2006) fizeram uma análise da produção científica dos pesquisadores brasileiros na área de desenvolvimento humano. Os autores citados mostraram que embora o número de publicações em periódicos indexados em bases de dados internacionais ainda seja muito baixo, houve um aumento significativo do número de publicações da década de 70 para a década de 80, que segue uma relativa estabilidade no número de publicações nas duas décadas subseqüentes. Se quisermos aumentar a participação do Brasil em

publicações internacionais é imprescindível que se tenha um reflexão crítica das metodologias existentes. Quanto à metodologia de pesquisa, uma pesquisa feita no SciELO Brasil, com o descritor “Psicologia do Desenvolvimento” levantou apenas três artigos que discutem questões metodológicas ligadas ao desenvolvimento humano.

Assim, esse trabalho tem como objetivo discutir algumas questões metodológicas ligadas à pesquisa quantitativa em Desenvolvimento Humano. Em particular, os principais problemas em se estabelecer diferenças etárias no desenvolvimento. Embora não se ofereça uma resposta a todos os problemas que serão apontados, alguns caminhos são sugeridos. Assim, não se trata de um texto que esgota o assunto, mas tenta sistematizar questões que aparecem apenas de forma dispersa na literatura brasileira.

Estudando as Mudanças no Desenvolvimento Humano

Observar as mudanças que ocorrem no desenvolvimento é uma tarefa bem mais complexa do que a princípio se espera. Em um texto clássico sobre o assunto, Baltes

(1968) discute detalhadamente esse problema. O texto de Baltes é, no entanto, pouco discutido no âmbito da formação dos pesquisadores na área da Psicologia do Desenvolvimento. A apresentação dos delineamentos experimentais costuma ser apresentada de forma descritiva, sem uma discussão das aplicações desses delineamentos para os diferentes tipos de questões levantadas na área. Vamos a seguir apresentar algumas considerações do autor.

Os dois tipos de delineamento que são tradicionalmente apresentados aos alunos de graduação quando se fala de estudos sobre o desenvolvimento humano: delineamentos transversais e delineamentos longitudinais.

Estudos Transversais e Longitudinais

Os estudos transversais comparam indivíduos diferentes num mesmo momento. Em estudos sobre o desenvolvimento, esse delineamento consiste em organizar grupos de indivíduos de diferentes idades e compará-los em relação a uma determinada habilidade. Por exemplo, um estudo sobre desenvolvimento lingüístico pode comparar o número de palavras utilizadas por crianças de 2 e 3 anos de idade. As vantagens e desvantagens desse tipo de delineamento são bem conhecidas. Pode-se testar em um período curto as habilidades investigadas, tornando-o um delineamento prático para o pesquisador. Ainda não há problemas com a perda de sujeitos, pois as testagens ocorrem em um só momento. Um problema com esse tipo de estudo é que, como testa indivíduos diferentes, não controla totalmente os efeitos das variações individuais. Embora existam técnicas de controle que tentam reduzir o efeito das variações individuais, esse é um problema classicamente apontado nos textos sobre a Psicologia do Desenvolvimento Humano já citados anteriormente.

Outra questão importante é o efeito de coorte que não pode ser controlado nesse tipo de estudo. Uma coorte é um grupo de pessoas que pertencem a um mesmo grupo e que passaram por experiências semelhantes. No desenvolvimento, são indivíduos que em geral pertencem a uma mesma geração. Ao comparamos grupos de indivíduos de idades diferentes, confundimos efeitos do desenvolvimento que são universais com efeitos da coorte. Baltes (1968) salienta que os efeitos de coorte podem ser tanto maturacionais como ambientais. Esse ponto é bem exemplificado por Hamilton (2000). O autor cita como exemplo os estudos sobre inteligência e envelhecimento.

Os primeiros estudos sobre o assunto indicavam o declínio da inteligência por volta dos 30 anos de idade. Esses estudos utilizavam uma metodologia transversal para indicar mudanças etárias na inteligência. Adultos mais novos tinham desempenho superior aos mais velhos nas tarefas utilizadas para avaliar a inteligência. O problema, como já apontado, é que esse tipo de delineamento não controla as diferenças individuais ou de coorte. Hamilton argumenta que as mudanças nas condições de saúde, educação e sócio-econômicas observadas nos últimos anos podem explicar as dificuldades dos adultos mais velhos nesses primeiros estudos. Como os adultos mais novos estavam sujeitos a melhores condições de vida, também tinham melhor performance nas tarefas.

Uma das principais sociedades para o estudo do desenvolvimento humano, a International Society for the Study of Behavioral Development [ISSBD], lançou em 2005 uma edição especial intitulada "Longitudinal Research on Human Development: Approaches, Issues and New Directions". Nesta edição são discutidas as contribuições e limitações dos estudos longitudinais para a produção do conhecimento na psicologia do desenvolvimento. Em 2010, nova edição foi lançada sobre o assunto, demonstrando a importância desse tipo de delineamento para o estudo do desenvolvimento humano. Em um dos textos da edição de 2005, Cilllessen (2005) ressalta que estudos longitudinais se aplicam a várias áreas de conhecimento e não apenas à Psicologia do Desenvolvimento. Também não se aplica apenas a estudos de longo prazo e com muitos indivíduos, mas na psicologia do desenvolvimento adquire importância fundamental, pois permite que se acompanhe o desenvolvimento dos indivíduos ao longo do tempo, sem deixar de se controlar múltiplas variáveis que afetam o desenvolvimento.

Estudos com delineamento longitudinais oferecem uma alternativa para os problemas já apontados sobre os estudos transversais. Nesse tipo de delineamento um mesmo grupo de sujeitos é visto em diferentes momentos. Como os mesmos sujeitos são acompanhados ao longo do tempo, esse delineamento controla as diferenças individuais. Além disso, como os participantes, em geral, pertencem a uma mesma coorte, efeitos de coorte são também manejados. O número de sujeitos recrutados também é menor do que em estudos transversais, mas por outro lado esse tipo de estudo é custoso em termos de tempo de realização. Outra dificuldade encontrada por pesquisadores é a perda de sujeitos ao longo da pesquisa. Papalia e Olds (2000) apontam para o fato de que a perda de sujeitos, em

estudos longitudinais de longo prazo, acaba criando um viés na amostra estudada. Isso ocorre porque a desistência na participação é mais freqüente entre sujeitos pouco escolarizados e/ou de baixo nível sócio-econômico.

Apesar dos estudos longitudinais controlarem possíveis efeitos de coorte dentro do próprio grupo estudado, a generalização dos achados para diferentes coortes é problemática. Por exemplo, o declínio da inteligência a partir dos 30 anos, apontado por Hamilton (2000), poderia ser observado para uma coorte que viveu no início do século XX, mas não para uma coorte que fez 30 anos no final desse mesmo século. Cabe ressaltar que a generalização de resultados para diferentes coortes não é um problema específico aos estudos longitudinais. Esse problema foi apontado na seção anterior para estudos transversais. Os estudos seqüenciais que serão tratados a seguir são um exemplo de proposta para reduzir os possíveis efeitos de coorte na generalização de resultados.

Um último ponto a ser discutido, antes de avançarmos nessa discussão, é referente a retestagem de sujeitos em estudos longitudinais. Num estudo longitudinal, os participantes fazem parte de todas as etapas da pesquisa. A retestagem dos participantes se apresenta como um problema por duas razões:

1) participantes acompanhados ao longo do tempo, tendem a se desmotivarem e abandonar a pes-

quisa. A mortalidade dos sujeitos também não ocorre na mesma proporção para todas as populações. Participantes com mais altos índices de escolaridade tendem a desistir menos da participação em pesquisas do que os participantes com baixa escolarização, criando viés na obtenção dos dados (Papalia & Olds, 2000)

2) A repetição de medidas pode gerar aprendizagem e superestimar as capacidades testadas.

Estudos Sequenciais

Uma alternativa para os problemas apontados acima é a combinação de estudos longitudinais com estudos transversais. Nesse tipo de estudo, diferentes coortes são acrescentadas ao estudo ao longo do tempo. A Tabela 1 mostra um esquema de como esse procedimento ocorre. A tabela mostra as entradas dos grupos de sujeitos em um estudo longitudinal programado para durar 30 anos. Podemos ver que a primeira coorte (C1) é introduzida no ano 2000 (t1), no segundo momento de testagem, ano 2010 (t2), esses mesmos sujeitos são reavaliados e uma segunda coorte (C2) é introduzida ao estudo. No terceiro momento de testagem, 2020 (t3), uma terceira coorte (C1) é introduzida ao estudo. As outras coortes são reavaliadas.

Tabela 1. Organização de um Estudo Sequencial Longitudinal

Ano/Coorte	2000 (t1)	2010 (t2)	2020 (t3)	2030(t4)
2000 (C1)	Idade 30 anos	Idade 40 anos	idade 50 anos	idade 60 anos
2010 (C2)		Idade 30 anos	idade 40 anos	idade 50 anos
2020 (C3)			Idade 30 anos	idade 40 anos

Assim, temos uma variável de medidas repetidas tempo (t) com quatro níveis (t1 - 2000, t2 - 2010, t3 - 2020, t4 - 2030). Diferenças encontradas entre os indivíduos ao longo do tempo nos apresentam diferenças etárias. Isso corresponde a um estudo longitudinal simples. A outra variável que se inclui no estudo é de medidas entre sujeitos coorte (C) com três níveis (C1 - pessoas com trinta anos em 2000, C2 - pessoas com 30 anos em 2020, C3 - pessoas com 30 anos em 2040). A entrada dessas pessoas no estudo é feita de forma se-

qüencial. A primeira coorte entra no estudo em 2000, a segunda em 2010 e a terceira em 2020. Diferenças encontradas entre esses sujeitos nos apontam diferenças devidas às coortes. Se aos 30 anos os sujeitos se comportam da mesma forma, podemos inferir que mudanças geracionais não afetam a habilidade medida. Por outro lado, se diferenças foram encontradas, pode-se pensar que efeitos geracionais afetam aquela habilidade. As comparações podem ser feitas à medida que novas coortes vão sendo incluídas, utilizando-se

técnicas fatoriais ou correlacionais. Esse tipo de estudo, embora eficiente, é extremamente trabalhoso. Demanda muitos sujeitos e longos períodos de tempo para serem completados. Cabe ressaltar que os avanços nos procedimentos de análise de dados nos últimos 30 anos têm aumentado a possibilidade de análise de dados nesse tipo de estudo. Berninger, Abbot, Nagy e Carlisle (2010) utilizaram um delineamento chamado em inglês de “accelerated cohort design” para comparar duas coortes, de idades diferentes que iniciaram simultaneamente um estudo longitudinal.

Estabelecendo Relações de Causa Efeito no Desenvolvimento Humano

O método experimental nos permite estabelecer relações de causa e efeito entre as variáveis. Ele requer uma variável independente, que é aquela que é estudada pelo experimentador. Muitas vezes ela é chamada de intervenção ou tratamento. Em um experimento, esta variável é totalmente controlada pelo experimentador e precisa ter pelo menos dois níveis, para que o experimentador possa avaliar se o tratamento/intervenção teve um efeito sobre a variável dependente. O primeiro nível envolve uma quantidade de tratamento, enquanto o segundo nível, em geral, envolve nenhum tratamento. A este nível em que nenhum tratamento é atribuído chamamos de controle. Isso ocorre porque para que possamos verificar o efeito de uma variável independente (VI) sobre uma variável dependente (VD), precisamos mostrar que o tratamento (VI) e somente o tratamento está afetando a VD. O grupo controle serve como parâmetro de comparação, para que possamos observar o efeito que uma variável tem sobre outras variáveis. Cabe ressaltar que o controle não precisa necessariamente ter uma quantidade zero de tratamento, e que podemos ter vários níveis da VI e mais de um grupo controle.

Uma nota de cautela é apresentada a seguir. Muitas vezes, e em especial na psicologia do desenvolvimento, chamamos variável independente uma variável que não é manipulada pelo experimentador. Estas são variáveis que o experimentador não tem controle sobre elas, mas que são sistematicamente variadas num estudo, e por isso são tratadas como variáveis independentes. Estes estudos são chamados de observação sistemática. Vamos lembrar que em um experimento os participantes são distribuídos de forma aleatória nos grupos pelo experimentador, da mesma forma que o tratamento tam-

bém é atribuído a um grupo de forma aleatória. No caso da observação sistemática, o experimentador não pode atribuir aleatoriamente a variável que ele quer controlar. São exemplos de variáveis deste tipo: gênero, idade, ser fumante ou não, entre outros. Embora as observações sistemáticas tragam muitas informações importantes, também não podemos estabelecer relações de causa e efeito com este tipo de delineamento porque as características prévias dos participantes podem ser responsáveis por diferenças encontradas entre os grupos. Outro problema é que não podemos generalizar os resultados para além daquele grupo estudado.

Observações sistemáticas são delineamentos muito usados em psicologia do desenvolvimento, mas não possibilitam o estabelecimento de relações de causa e efeito. Uma alternativa para pesquisadores que querem estudar questões ligadas à causalidade será discutida na próxima sessão.

Estudos Longitudinais Correlacionais

Os livros de metodologia de pesquisa nos ensinam que não é possível se estudar relações de causa e efeito quando nossa variável independente não é uma variável manipulável. Além disso, muito das relações entre variáveis no desenvolvimento tem uma causalidade recíproca (Spinillo & Lautert, 2009). Bradley e Bryant (1983), em uma pesquisa clássica sobre as causas das dificuldades de aprendizagem, nos apresentam uma alternativa para esse problema. Esses pesquisadores investigaram o papel da consciência fonológica nas dificuldades de leitura. Os autores testaram crianças não leitoras quanto a sua habilidade de refletir sobre os sons da fala (consciência fonológica). Um ano e dois anos depois as crianças foram testadas quanto ao seu desempenho na leitura. Os autores observaram que as crianças com melhores escores nas tarefas de consciência fonológica eram também as crianças com melhores escores nas tarefas de leitura. Como as crianças eram não leitoras no início da pesquisa, diferenças na habilidade metalingüística inicial não podiam ser explicadas por diferenças nos níveis de leitura.

Para confirmar a relação de causalidade entre a consciência fonológica e a leitura, os autores realizaram um estudo de intervenção utilizando uma metodologia experimental clássica. Os resultados encontrados, de uma forma geral, confirmaram a relação de causalidade entre a consciência fonológica e a escrita.

É importante ressaltar que estudos longitudinais, quando associados a técnicas correlacionais, servem para investigação de causalidade nos casos em que habilidade a ser predita não se desenvolveu ainda. Quando ela já está presente no início do estudo, esses estudos indicam apenas a importância de uma variável para o desenvolvimento da habilidade a ser predita. Diferenças entre os indivíduos nas variáveis observadas podem ser explicadas pela interação dessas habilidades com a variável estudada. Para a Psicologia do Desenvolvimento, em particular, esse tipo de análise é valiosa, pois muitas das perguntas levantadas envolvem o surgimento e o desenvolvimento de habilidades, bem como conhecer os fatores que podem afetar esse desenvolvimento.

Programas de Pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento

Recentemente, Nunes e Bryant (2006) propuseram um programa de pesquisa para pesquisadores interessados em questões educacionais, mas que podem ser generalizados para outras áreas da Psicologia do Desenvolvimento. Segundo esses autores, as pesquisas nessa área devem seguir 4 etapas:

1) Estudos longitudinais correlacionais – permitem confirmar se uma variável contribui para o desenvolvimento de outra controlando variáveis estranhas.

2) Estudos de intervenção de laboratório – utilizando o método experimental, podem confirmar a relação de causalidade entre habilidades.

3) Estudos de intervenção no campo – são estudos mais flexíveis em termos dos controles da situação experimental. A maior preocupação é com a validade ecológica dos resultados e sua aplicabilidade a situações práticas.

4) Estudos de treinamento e capacitação de profissionais – a contribuição da área é discutida com profissionais. O objetivo é ajudar os profissionais observados a incorporar os conhecimentos obtidos pela pesquisa na sua prática profissional diária.

Dessa forma, os autores consideram que se pode combinar os pontos fortes e fracos das pesquisas quantitativas de laboratório e de campo, oferecendo um quadro geral do conhecimento da área confirmado nos diferentes contextos de pesquisa. A proposta não é a de se realizar todas as etapas propostas ao mesmo tempo, mas de se organizar um programa de

pesquisa que se inicie com a etapa 1 e que vá gradativamente avançando nas demais etapas. Os resultados das pesquisas realizadas nessas diferentes etapas constituiriam um conjunto de evidências que substanciariam a questão centrada investigada.

Conclusões

A evolução da psicologia do desenvolvimento tem tornado a produção nesta área de atuação bastante importante para elaboração de programas de intervenção na prevenção e promoção de saúde, especialmente nos contextos das práticas de profissionais da área de saúde e da de educação. Traz também com ela a necessidade de avanços metodológicos, especialmente nas técnicas de análise de dados para que se possa responder a novas perguntas que surgem na medida em que o escopo da psicologia do desenvolvimento se amplia. Propostas como as apresentadas no corpo do texto, por exemplo as de Cillessen (2005), que discutem o escopo das pesquisas longitudinais para o estudo da psicologia do desenvolvimento, e as de Berninger, Abbot, Nagy e Carlisle (2010), que utilizaram novas técnicas estatísticas para analisar estudos sequenciais (“accelerated cohort design”), vêm atender as demandas provocadas por esses avanços.

Os pesquisadores da área têm respondido às demandas apresentadas buscando metodologias que possam se adequar às principais questões levantadas no estudo do desenvolvimento, tornando a Psicologia do Desenvolvimento, hoje, uma área de estudo de extrema sofisticação metodológica.

Referências

- Baltes, P. (1968). Longitudinal and cross-sectional sequences in the study of age generation effects. *Human Development*, 11 (3), 145-171.
- Biaggio, A. (1978). *Psicologia do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- Berninger, V., Abbott, R., Nagy, W., & Carlisle, J. (2010). Growth in Phonological, Orthographic and Morphological Awareness in Grades 1 to 6. *Journal of Psycholinguist Research*, 39, 141-163
- Bradley, L., & Bryant, P. (1983). Categorizing sounds and learning to read - a causal connection. *Nature*, 301, 419-521.

Cillessen, A. (2005). Theoretical and methodological issues in longitudinal research. *International Society for the Study of Social and Behavioral Development. Special Section: Longitudinal Research on Human Development: Approaches, Issues and New Directions*, 2(48), 1-4.

International Society for the Study of Social and Behavioral Development (2005). *Special Section: Longitudinal Research on Human Development: Approaches, Issues and New Directions*, 2(48), 1-40.

International Society for the Study of Social and Behavioral Development (2010). *Special Section: Innovative Approaches to Longitudinal Data Analyses*, 1(57), 1-44.

Mota, M. (2005). Novas perspectivas de avaliação escolar. In M. Mota (Org.). *Psicologia: interfaces com a educação e saúde*. Juiz de Fora: UFJF.

Mota, M. (2009). A pesquisa intervenção no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem. In L. Castro & V. Besset, *Pesquisa Intervenção na Infância e Juventude* (pp. 269-274). Rio de Janeiro: NAU.

Nunes, T., & Bryant, P. (2006). *Improving literacy by teaching morphemes*. London: Routledge.

Papalia, D., & Olds, S. (2000). *Desenvolvimento Humano*. (D. Bueno, trad.) Porto Alegre: Artmed (trabalho original publicado em 1998).

Spinillo, A., & Lautert S. (2009). Pesquisa intervenção em Psicologia do Desenvolvimento Cognitivo – princípios metodológicos, compreensão teórica e aplicada. In L. Castro & V. Besset, *Pesquisa Intervenção na Infância e Juventude* (pp. 294-321). Rio de Janeiro: NAU.

Seidl-de-Moura, M. & Moncorvo, M. (2006). A Psicologia do Desenvolvimento no Brasil: tendências e perspectivas. In D. Colinvaux; L. Leite & D. Dell'Áglio (Orgs.), *Psicologia do Desenvolvimento: reflexões e práticas atuais* (pp.115-132). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Endereço para correspondência:

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
R. São Francisco Xavier, 524, 10º andar - Bloco B -
Sala 10.019
Maracanã - CEP 20550-900 - Rio de Janeiro, RJ
E-mail: mmotapsi@gmail.com

Recebido em Julho de 2010

Revisto em Setembro de 2010

Aceito em Outubro de 2010

Fundamentos Metodológicos da Pesquisa em Análise Experimental do Comportamento

Methodological Principles of Research in Experimental Analysis of Behavior

Saulo Missiaggia Velasco¹

Miriam Garcia-Mijares¹

Gerson Yukio Tomanari¹

Resumo

O método de pesquisa tendo o sujeito como seu próprio controle é uma das marcas da Análise Experimental do Comportamento. Os modos como o analista do comportamento formula perguntas, mensura comportamentos, realiza comparações experimentais, analisa dados e deriva conclusões são relativamente distintos dos métodos praticados em outros campos da Psicologia. O objetivo deste trabalho é apresentar introdutoriamente as principais características desse modo peculiar de investigação científica, explicitando as relações que suas estratégias e táticas mantêm com um conjunto de concepções filosófico-conceituais acerca da natureza de seu objeto de estudo, ou seja, o comportamento dos organismos.

Palavras-chave: Behaviorismo; análise experimental do comportamento; métodos de pesquisa; sujeito único.

Abstract

The research method that applies single-subject designs is a hallmark in the Experimental Analysis of Behavior. The ways behavior analysts state their questions, measure behavior, perform experimental comparisons, analyze data and derive conclusions are relatively distinct from the methods applied in other fields of Psychology. The goal of the current paper is to summarize the main features of this peculiar strategy of scientific research, as well as to make explicit the relationships that their strategies and tactics maintain with a set of theoretical conceptions regarding the nature of its object of investigation, that is, the behavior of the organisms.

Keywords: Behaviorism; experimental analysis of behavior; research methods; single-subject design.

¹ Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo

Os métodos de pesquisa da Análise Experimental do Comportamento, os quais se apóiam em uma filosofia da ciência denominada Behaviorismo Radical (Skinner, 1945; 1974), refletem a concepção de que o comportamento deve ser tomado como um objeto de estudo por ele mesmo. Esse compromisso com o estudo direto do comportamento é acompanhado por uma convicção de que suas variáveis controladoras devem ser buscadas no ambiente em que o indivíduo se comporta (Baron & Perone, 1998). Tal convicção, por sua vez, compele o analista do comportamento a formular perguntas experimentais acerca dos efeitos da manipulação de variáveis ambientais ou estímulos (as variáveis independentes) sobre mudanças no comportamento (a variável dependente).

Procedimentos Operante-Livres e Procedimentos de Tentativas Discretas

Na investigação de relações funcionais entre variáveis dependentes e independentes, a tradição de pes-

quisa em Análise Experimental do Comportamento se caracteriza, primordialmente, por empregar os denominados procedimentos operante-livres. Quando Skinner fundou seu programa de pesquisa, na terceira década do século passado, procedimentos operante-livres se diferenciaram dos procedimentos de tentativas discretas que, então, vigoravam na Psicologia (Perone, 1991; Skinner, 1938).

Procedimentos operante-livres são aqueles que permitem que o sujeito se comporte a qualquer momento durante a sessão experimental, sem sofrer restrições do equipamento ou do experimentador (Ferster, 1953). Ou seja, o sujeito tem acesso contínuo ao manipulando, podendo responder livremente a qualquer momento. Exemplos de manipulandos comumente usados em pesquisas comportamentais são alavancas para ratos, discos iluminados para pombos, botões e teclas para humanos. Sem dúvida, mover alavancas, bicar discos e pressionar botões são respostas demasiadamente simples, mas é por essa razão, pela simplicidade e facilidade de mensuração,

que foram escolhidas. Além disso, para a Análise Experimental do Comportamento, a forma ou a topografia da resposta pode ser pouco relevante no processo de análise de relações funcionais, pois diferentes topografias de resposta podem compartilhar funções semelhantes. Por exemplo, pedir oralmente ao garçom que traga a conta ou gesticular com as mãos são comportamentos muito distintos na forma, porém semelhantes na função que ambos exercem. Tecnicamente falando, dizemos que ambos os comportamentos pertenceriam a uma mesma classe de respostas. Outra característica marcante dos procedimentos operante-livres é que a taxa de resposta (isto é, o número de respostas emitidas por unidade de tempo) tende a ser utilizada como a medida primordial do comportamento (Skinner, 1969).

A principal concepção subjacente ao uso de procedimentos operante-livres e de taxa de respostas como medida é a de que o comportamento é a relação dinâmica e contínua do organismo com o ambiente — ambiente que, por sua vez, exerce uma ação seletiva sobre o comportamento, que então passa a ser chamado de operante ou instrumental (Skinner, 1938; 1953). Portanto, é essa relação que dever ser tomada como um objeto de estudo em si mesma (Sidman, 1960), e a frequência com que ela ocorre ao longo do tempo é uma de suas características mais gerais e relevantes (Skinner, 1969). Contudo, medidas auxiliares, como duração e intervalo entre respostas, também têm sido utilizadas para responder a especificidades de determinadas perguntas experimentais.

Com relação aos procedimentos de tentativas discretas, estes caracterizam-se por restringir o responder a momentos isolados de observação, seja tirando o sujeito do equipamento experimental durante os intervalos entre tentativas, seja removendo ou desativando o manipulando de respostas. Com esse tipo de procedimento, a continuidade natural do comportamento é interrompida e cada resposta é analisada individualmente. Deste modo, o comportamento não mais pode ser medido em termos de taxa de resposta. Em vez disso, empregam-se medidas como a porcentagem de tentativas em que a resposta ocorre e a latência de emissão da resposta (Perone, 1991).

A escolha por um dos dois tipos de procedimento envolve mais do que uma simples opção metodológica. Diferentes compromissos estão implícitos em cada um deles. A opção por procedimentos operante-livres reflete a procura de ordem em propriedades dinâmicas do comportamento por meio do isolamento e da manipulação de variáveis ambientais ao longo de um contínuo tempo-

ral. Por outro lado, procedimentos de tentativas discretas envolvem a noção de que o estudo do comportamento fornece uma medida de processos ou estruturas do organismo que não podem ser estudados diretamente (Perone, 1991). Nesse caso, a interrupção do comportamento não atrapalharia a análise do processo estudado.

Os dois tipos de procedimentos também se distinguem quanto ao tratamento dado à variabilidade no comportamento. De um ponto de vista metodológico, a existência de dados irregulares com o uso de procedimentos operante-livres é atribuída a variáveis externas não programadas. Portanto, a redução da variabilidade é buscada aumentando-se o controle experimental. É preciso esclarecer, contudo, que o fato da Análise Experimental do Comportamento buscar ordem ou regularidade no seu objeto de estudo não implica que a natureza do comportamento seja estritamente regular. Em outras palavras, a natureza fluida e variável do comportamento, reconhecida em alguns textos skinnerianos (e.g., Skinner, 1953; 1989), sempre irá impor limites no controle possível da variabilidade.

Com relação aos procedimentos de tentativas discretas, a redução da variabilidade é frequentemente tratada agrupando-se os desempenhos de vários sujeitos em médias e realizando-se comparações estatísticas entre os grupos de sujeitos expostos às diferentes condições (i.e., grupo experimental e grupo controle). O objetivo dessa análise é revelar se as variações entre grupos (diferenças entre as médias dos diferentes grupos) excedem as variações intra-grupo (diferenças entre sujeitos de um mesmo grupo). Nos casos em que a variação entre grupos excede a variação intra-grupo com significância estatística, conclui-se que a variável independente teve um efeito sobre o comportamento dos sujeitos a ela expostos (o grupo experimental).

Até princípios do século passado, a pesquisa em Psicologia era dominada pelo delineamento estatístico e pelo estudo de grupo (Matos, 1990). A principal consequência desse tipo de abordagem é que o agrupamento dos dados na forma de desempenhos médios pode obscurecer exceções no nível individual, de modo que as médias do grupo podem não corresponder ao desempenho de nenhum indivíduo. Além disso, pesquisadores que empregam análises estatísticas devem estar preparados para aceitar a presença de diferenças incontroláveis entre sujeitos como uma característica invariável de seus experimentos (Baron & Perone, 1998).

Delineamento do Sujeito-Único (O Sujeito como seu Próprio Controle)

Em Análise Experimental do Comportamento, a questão das diferenças entre sujeitos não compromete a análise de dados. Ao contrário, cada sujeito é tratado como um indivíduo particular, distinto de qualquer outro. A busca pelos determinantes funcionais do comportamento usando procedimentos operante-livres supõe a singularidade do fenômeno estudado e, por isso, o uso de delineamentos de sujeito-único. Alterações nas regularidades do comportamento em termos de suas propriedades dinâmicas só podem ser observadas submetendo-se um sujeito de cada vez a diferentes condições experimentais (Matos, 1990). A lógica subjacente a essa tática é a de que o comportamento apresentado em uma condição A sirva como controle (linha de base) para se avaliar os efeitos de variáveis introduzidas, retiradas ou modificadas em uma outra condição B (delineamento A-B). É a isso que se refere a expressão “usar o sujeito como seu próprio controle” e é por isso que Skinner (1966) afirmou que preferia estudar um sujeito por mil horas a estudar mil sujeitos por uma hora.

Delineamentos de sujeito-único requerem, portanto, que o comportamento de um mesmo indivíduo seja medido contínua e repetidamente ao longo de cada condição até que se obtenha um estado-estável, ou seja, até que o comportamento de interesse demonstre variações mínimas de uma observação à outra (Sidman, 1960). Só então altera-se a condição em vigor acrescentando-se, removendo-se ou modificando-se o valor da variável independente investigada. Como antes, o sujeito é mantido na nova condição até que um novo estado-estável se estabeleça. Essa tática possibilita a avaliação do efeito completo de cada condição sobre o comportamento do sujeito (Johnston & Pennypacker, 1993). Além disso, a regularidade dos dados ao longo de uma mesma condição é uma importante medida do controle experimental alcançado. Quando os dados são pouco estáveis, deve-se continuar buscando formas de aumentar o controle sobre as variáveis experimentais e externas a fim de se reduzir a variabilidade a um valor mínimo tolerável (i.e., aquele que capture tão somente a variação natural do comportamento). Só assim é que medidas obtidas na condição controle podem fornecer uma linha de base confiável para se avaliar o efeito das manipulações realizadas na condição experimental. Em outras palavras, somente se o

comportamento é estável dentro de cada condição é que mudanças estáveis entre condições podem ser atribuídas às manipulações na variável independente (Baron & Perone, 1998; Perone, 1991).

Crítérios de Estabilidade

A despeito da variabilidade intrínseca do comportamento, estabilidade é a essência do delineamento de sujeito-único. Portanto, uma importante tarefa do analista experimental do comportamento é o estabelecimento de critérios aceitáveis para se reconhecer um estado como estável. Existem diversas formas de se definir critérios de estabilidade, mas todas têm em comum a tarefa de impor limites sobre a variação sistemática (tendência) e assistemática dos dados. Um estado-estável, portanto, deve ser isento, tanto quanto possível, de tendências e variações assistemáticas (Perone, 1991).

Tendências podem ser verificadas ou por inspeção visual de dados dispostos graficamente, observando-se a inexistência de aumentos ou diminuições nos valores da variável dependente ao longo de um determinado número de sessões terminais (normalmente, entre 5 e 10), ou ainda pela ausência de inclinação em uma reta traçada ao longo dos dados de tais sessões. Já o nível de variação assistemática tolerada pode ser definido tanto em termos quantitativos (critérios relativos ou absolutos) quanto em termos não-quantitativos (critérios de tempo fixo ou de inspeção visual). A descrição desses critérios, sumarizada a seguir, encontra-se detalhadamente discutida em Baron e Perone (1998) e Perone (1991).

Critérios relativos especificam o nível de variação tolerável em termos da porcentagem máxima de mudança permitida entre as sessões terminais de uma mesma condição. Por exemplo, consideram-se as 6 últimas sessões de uma determinada fase experimental e calcula-se a média da taxa de respostas relativa às 3 primeiras e às 3 últimas sessões, separadamente. A diferença entre estas duas médias é dividida pela média total das 6 sessões. O comportamento é julgado estável se a razão obtida não exceder 5%. Ou seja, a variação média da taxa de respostas dentro de cada bloco de 3 sessões deve ser suficientemente pequena em relação à média total envolvendo todas as 6 sessões.

Critérios absolutos estabelecem limites fixos de variação tolerável entre sessões. Por exemplo, tomam-se as 6 sessões finais de uma fase experimental, calcula-se a mediana da taxa de respostas nas 3 primeiras e nas 3

últimas sessões e considera-se o comportamento estável caso não haja uma diferença de mais do que 2 respostas/min entre as duas medianas.

Critérios de tempo fixo estabelecem a duração total da condição experimental e o tamanho da amostra que será considerada como representativa do estado-estável. Por exemplo, a duração de uma condição pode ser fixada em 50 sessões e os dados obtidos nas 5 últimas sessões tomados como representativos do estado-estável. Por um lado, a utilização de critérios de tempo fixo simplifica as decisões que o pesquisador deve tomar durante a condução do experimento eliminando-se a necessidade dos cálculos de índices de estabilidade; por outro, ao se estabelecer uma duração fixa para cada condição, exige-se que o pesquisador conheça suficientemente o processo comportamental sob investigação e antecipe as diferenças individuais ajustando o critério para acomodar os sujeitos mais lentos (Sidman, 1960). Ainda assim, como não há medidas diretas de tendências e variações assistemáticas, não há como garantir que os dados das sessões terminais irão representar, de fato, um estado-estável. Portanto, no momento da divulgação do trabalho, é recomendado que o pesquisador demonstre a adequação do critério adotado, descrevendo os resultados com detalhes suficientes para que o leitor possa julgar o nível de estabilidade realmente alcançado.

Critérios de inspeção visual implicam em avaliações qualitativas de tendências e variações assistemáticas através do exame de dados organizados graficamente. Porque depende de critérios nem sempre claramente descritos, Sidman (1960) faz duas recomendações ao se utilizar este método: 1) critério de inspeção visual deve ser restrito ao estudo de variáveis que tenham efeitos óbvios; 2) os investigadores devem divulgar os critérios usados para julgar a estabilidade dos dados. Além disso, os resultados também devem ser descritos detalhadamente de modo a permitir ao leitor verificar o grau de estabilidade obtido.

Critérios de estabilidade constituem um elemento indispensável do delineamento de sujeito-único e, certamente, desempenham um papel essencial no grau de controle experimental a ser alcançado e na qualidade dos dados a serem produzidos. Infelizmente, porém, não há uma receita rígida que determine o melhor critério a ser aplicado em cada caso. A decisão por adotar um ou outro critério deve, entretanto, ser pautada no conhecimento profundo das variáveis sob investigação e das especificidades dos sujeitos pesquisados. De qualquer modo, é importante considerar que critérios

muito flexíveis irão tolerar altos níveis de variabilidade incontrolada, os quais poderão obscurecer os efeitos das operações experimentais. Por outro lado, critérios muito rígidos poderão nunca ser atingidos, o que também impedirá a demonstração de relações ordenadas entre as variáveis sob investigação.

Em última instância, um critério de estabilidade será adequado se permitir que pesquisadores selecionem um estado do comportamento que possa ser replicado (Sidman, 1960). Considerando que até os critérios mais rígidos podem ser atingidos ao acaso, a replicação de condições entre e intra sujeitos é a chave para a validação de um critério de estabilidade (Baron & Perone, 1998; Perone, 1991). O delineamento experimental de uma investigação trata de como estas replicações devem ser planejadas.

Delineamentos Experimentais e Validade Interna

É preciso mais do que a verificação de variações mínimas entre uma mesma condição e de mudanças claras no desempenho quando as condições são alteradas para se afirmar a existência de uma relação funcional entre as operações experimentais e o comportamento. Para se garantir que a manipulação na variável independente seja a causa das mudanças observadas na variável dependente, isto é, para atestar a validade interna de um experimento, é preciso ainda que as mudanças observadas sejam replicáveis intra-sujeito.

A tática tipicamente utilizada de replicação intra-sujeito envolve comparações entre conjuntos de dados coletados ao longo de pelo menos três condições sucessivas, sendo a primeira diferente da segunda e a terceira semelhante à primeira (delineamento A-B-A). Inicialmente, observa-se o comportamento do sujeito na condição de linha de base A até se obter um estado-estável. Em seguida, impõe-se a condição experimental B (inserindo variáveis em A ou removendo variáveis de A). Após um novo estado-estável ser alcançado, retorna-se à condição A inicial (removendo variáveis anteriormente introduzidas em A ou reinserindo variáveis anteriormente removidas de A) até que o comportamento novamente se estabilize. Se a replicação da condição A re-estabelecer o padrão comportamental inicialmente observado em linha de base, então, as mudanças verificadas na condição B podem ser atribuídas à manipu-

lação da variável independente e não a fatores externos coincidentes que atuaram ao longo da passagem do tempo, da exposição repetida aos procedimentos experimentais ou de problemas nos instrumentos de coleta de dados (Perone, 1991). Por promover um retorno à condição de linha de base após a implementação da condição experimental, esse tipo de delineamento também é conhecido como delineamento de reversão.

Delineamentos de reversão também podem envolver a replicação de um número maior de condições, como, por exemplo, em um delineamento A-B-A-B. Quanto maior o número de condições replicadas, mais convincentes as evidências de que as mudanças comportamentais verificadas se devem às manipulações na variável independente, ou seja, maior a validade interna do experimento. Também é possível comparar mais de duas condições distintas, sucessivamente, como em um delineamento A-B-A-C-A, no qual três diferentes condições são comparativamente analisadas; ou, ainda, estudar os efeitos combinados de duas ou mais variáveis, como em um delineamento A-AB-A, no qual se avalia a interação entre as condições A e B.

Os chamados delineamentos paramétricos permitem comparar diversos níveis quantitativos de uma mesma variável independente. Nesse caso, os diferentes valores da variável independente são impostos, ao longo de sucessivas condições experimentais, em ordem ascendente, descendente ou irregular. Replicações das condições em diferentes seqüências informam se os diferentes resultados devem-se às manipulações paramétricas da variável independente ou se dependem da seqüência específica programada, ou mesmo de fatores associados à passagem do tempo. Quando a replicação de muitas condições em uma seqüência variada se mostra impraticável, a validade interna de um estudo paramétrico pode ser verificada replicando-se pelo menos uma das condições em uma fase do experimento temporalmente distante de sua primeira implementação. Finalmente, para minimizar os efeitos de uma condição experimental sobre outra, pode-se introduzir uma mesma condição de linha de base entre os diferentes níveis de manipulação da variável independente.

Os delineamentos de reversão assumem, naturalmente, que as mudanças comportamentais implementadas são reversíveis. Delineamentos de linha de base múltipla, por outro lado, permitem a avaliação de efeitos comportamentais irreversíveis. Nesse tipo de delineamento, dois ou mais comportamentos são ob-

servados simultaneamente até que cada um atinja um estado-estável independente. Depois disso, a condição experimental é imposta sobre cada comportamento em diferentes momentos do experimento. Caso cada comportamento se altere somente depois de entrar em contato com a variável independente, supõe-se que tais mudanças decorreram das manipulações experimentais e não da operação de variáveis externas associadas à passagem do tempo. Esse tipo de delineamento é usado, principalmente, em estudos com humanos em situação terapêutica, em que, muitas vezes, há impedimentos éticos com relação à reversão do tratamento realizado.

Algumas vezes, manipulações experimentais requerem o arranjo de duas ou mais condições em uma mesma sessão experimental. Nesses casos, empregam-se os chamados delineamentos de elementos múltiplos, nos quais os efeitos de diferentes variáveis são comparados quase que simultaneamente. Essa tática possui a vantagem de equalizar os efeitos de variáveis indesejáveis ao longo das múltiplas condições analisadas. Mas, por outro lado, deve-se considerar a possibilidade de que ocorram interações entre os diferentes elementos analisados simultaneamente.

Validade Externa

Apesar do que pode sugerir o nome “sujeito-único”, pesquisas em Análise Experimental do Comportamento raramente empregam apenas um sujeito. O termo “único” se refere à unidade de análise considerada, o comportamento do indivíduo, e não ao número de sujeitos pesquisados, o tamanho da amostra (Perone, 1991). Vários sujeitos podem ser expostos às mesmas condições experimentais e até mesmo a variações dessas condições, mas o importante é que seus dados sejam tratados individualmente. Na verdade, é a replicação dos dados em diferentes sujeitos e sob diferentes condições que fornece representatividade e generalidade às conclusões de um estudo; em outras palavras, que atesta sua validade externa.

Sidman (1960) apontou duas formas de replicação entre sujeitos que promovem a validação externa de um estudo. A primeira, chamada de replicação direta, envolve a repetição de um experimento com novos sujeitos, mantendo-se estáveis os procedimentos e parâmetros do experimento original. A segunda, chamada de replicação sistemática, refere-se à replicação de uma relação funcional sob circunstâncias

que diferem daquelas em que a relação foi originalmente observada. Esse tipo de replicação pode envolver tanto mudanças nas condições experimentais, nos equipamentos, nas variáveis dependentes e independentes, quanto o emprego de diferentes populações ou espécies de sujeitos.

Considerações Finais

O conjunto de estratégias e táticas que caracterizam o método de investigação da Análise Experimental do Comportamento reflete uma clara preocupação com o estudo científico do comportamento. O método de tratamento e análise de dados, caracterizado por procedimentos operante-livres, dispõe unidades comportamentais (classes de respostas) e ambientais (classes de estímulos) na seqüência temporal em que ocorrem, permitindo a visualização de relações ordenadas entre tais unidades. Esse tipo de abordagem permite uma análise da relação dinâmica que o comportamento mantém com o ambiente e só pode ser levada a cabo delineando-se comparações entre condições experimentais tendo o sujeito como o seu próprio controle.

O controle experimental sobre as variáveis independentes e externas é verificado pela ausência de tendências e variações assistemáticas ao longo de cada condição (estado-estável), o que permite avaliar o efeito de cada uma delas sobre o comportamento. Decisões sobre estabilidade são baseadas em critérios que estabelecem os limites de variação sistemática e assistemática tolerados ao longo de uma mesma condição. Evidências convincentes de que as mudanças verificadas no comportamento são, de fato, função das manipulações na variável independente (validade interna) requerem, portanto, variações mínimas em uma mesma condição, mudanças sistemáticas ao longo de diferentes condições, além de replicações de condições em um mesmo sujeito. Um vez que cada indivíduo é exposto a diversos níveis da variável independente, somente replicações permitem dissociar seus efeitos daqueles exercidos por variáveis externas relacionadas à passagem do tempo ou a repetidas exposições ao procedimento. Finalmente, a busca por reproduzir as relações funcionais observadas em diferentes indivíduos e populações, sob diferentes condições experimentais e com diferentes classes de respostas, permite que se acesse a generalidade dos dados produzidos atestando a validade externa do estudo.

Referências

- Baron, A., & Perone, M. (1998). Experimental design and analysis in the laboratory study of human operant behavior. In K. A. Lattal & M. Perone (Eds.), *Handbook of research methods in human operant behavior* (pp. 45-91). New York: Plenum.
- Ferster, C. B. (1953). The use of the free operant in the analysis of behavior. *Psychological Bulletin*, 50, 263-274.
- Johnston, J. M., & Pennypacker, H. S. (1993). *Readings for strategies and tactics of behavioral research* (2nd ed.). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Matos, M. A. (1990). Controle experimental e controle estatístico: A filosofia do caso único na pesquisa comportamental. *Ciência e Cultura*, 42, 585-592.
- Perone, M. (1991) Experimental design in the analysis of free-operant behavior. In I. H. Iversen & K. A. Lattal (Eds.), *Experimental analysis of behavior, Part I* (pp. 135-171). Amsterdam: Elsevier.
- Sidman, M. (1960). *Tactics of scientific research: Evaluating experimental data in psychology*. New York: Basic Books.
- Skinner, B. F. (1938). *The behavior of organisms: An experimental analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52, 270-277.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York: Macmillan.
- Skinner, B. F. (1966). *Operant behavior*. In W. K. Honig (Ed.), *Operant research: Areas of research and application* (pp. 12-32). New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Knopf.
- Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Columbus, Ohio: Merrill.

Endereço para correspondência:

Gerson Yukio Tomanari
 Instituto de Psicologia, USP
 Av. Prof. Mello Moraes, 1721
 São Paulo, SP 05508-030
 E-mail: tomanari@usp.br

Recebido em Julho de 2010

Revisto em Setembro de 2010

Aceito em Outubro de 2010

O Experimento na Psicologia Social: Sobre a Pesquisa Experimental em um Meio Relativista

Experimental Method in Social Psychology: On Experimental Research in a Relativistic Milieu

Marcos Emanuel Pereira¹

Resumo

A pesquisa experimental não é adotada pelos psicólogos brasileiros na mesma proporção em que é utilizada nas pesquisas conduzidas em outros contextos geográficos. Com base nesta premissa, procura-se identificar as razões e as justificativas deste relativo desinteresse pela metodologia experimental em determinados contextos. Discutem-se as diferenças entre a pesquisa experimental e a não experimental, levando-se em consideração os compromissos adotados pelos pesquisadores que acolhem a estas diferentes modalidades de investigação. Posteriormente são apresentados os principais argumentos relativistas contra a adoção da pesquisa experimental e as respostas apresentadas pelos experimentalistas. Conclui-se que é injustificado defender a tese de que a psicologia pode prescindir de um método adotado com sucesso em várias outras disciplinas científicas.

Palavras-chave: Experimento; psicologia social; relativismo; realismo crítico.

Abstract

Experimental research is not adopted by Brazilian social psychologists in the same proportion as it is used in other geographical contexts. Based on this premise, this paper intends to identify why experimental method is neglected in some contexts. It discusses the differences between the experimental and non-experimental research, taking into account the commitments adopted by researchers with different research backgrounds. We present some relativist arguments against the experimental research in social psychology and the replies given by experimentalists. The conclusion of this paper is that it seems unreasonable to defend the thesis that psychology can abandon a method widely adopted in other scientific disciplines.

Keywords: Experiment; social psychology; relativism; critical realism.

¹ Universidade Federal da Bahia

Afora alguns grupos facilmente localizáveis e quase sempre subordinados a determinadas linhas de pesquisa de uns poucos programas de pós-graduação, o uso da pesquisa experimental na psicologia social parece ser bastante incipiente em nosso meio. Se esta situação fosse a mesma em outros países, esta observação mereceria pouco destaque, mas uma rápida leitura nos trabalhos publicados em periódicos como o *Journal of Personality and Social Psychology* ou no *Personality and Social Psychology Bulletin* é suficiente para desvanecer esta falsa impressão. A análise dos programas ou do livro de resumos de congressos internacionais de grande porte, tais como o *International Congress of Psychology*, reforça a impressão de que os conteúdos oferecidos em sala de aula durante os cursos de graduação em psicologia ou mesmo as pesquisas desenvolvidas pela maior parte dos psicólogos sociais brasileiros guardam uma correspondência muito tênue, se guardam alguma, com tópicos, temas ou com as tradições teóricas desenvolvidas em outros contextos geográficos. Este distanciamento em rela-

ção aos métodos experimentais não deixa de ser um tanto paradoxal, quando nada por se considerar que desde muito cedo o estudante associa o surgimento da psicologia científica à criação do laboratório de psicologia experimental por Wilhelm Wundt, em Leipzig, no ano de 1879.

Esta situação, ou pelo menos parte dela, pode ser atribuída ao desconhecimento do papel da experimentação na pesquisa em psicologia ou mesmo a uma certa falta de compreensão dos princípios que regem a metodologia experimental. Estas dificuldades parecem se originar em um terreno comum: a falta de clareza a respeito dos fundamentos ontológicos e epistemológicos da psicologia social. Tentaremos identificar, no presente ensaio, a origem destas dificuldades, assim como indicar as suas possíveis repercussões no desenvolvimento da psicologia, para, finalmente, sugerir uma interpretação alternativa que permita tratar com mais precisão os problemas suscitados por este entendimento indevido do lugar da pesquisa experimental, ou mesmo da pesquisa empírica, na psicologia social.

Pesquisa Experimental e Não-Experimental

Todo e qualquer pesquisador assume um conjunto de compromissos, que embora poucas vezes sejam explicitamente apresentados, produzem repercussões decisivas na maneira pela qual a atividade científica é concebida e desenvolvida. A utilização de uma das três grandes modalidades de obtenção de dados na psicologia (Coolican, 2004), a experimentação, a observação e o auto-relato, impõe a adesão a compromissos distintos implícita ou explicitamente assumidos por parte do pesquisador (Kish, 1987).

Ao adotar o método de auto-relato como o caminho preferencial para a obtenção de dados empíricos, o pesquisador adere ao entendimento de que mediante a instauração de um dispositivo dialógico é possível adentrar no universo conceitual do interlocutor e, conseqüentemente, circunscrever o sentido das ações humanas através de uma relação usualmente denominada intersubjetiva. Uma modalidade usual de auto-relato é a pesquisa de survey e o compromisso adotado pelo pesquisador que adere a esta modalidade de método é com o princípio da representatividade das amostras, sendo perfeitamente natural afirmar que a principal preocupação metodológica deste tipo de pesquisa se volta para a identificação das condições nas quais os achados obtidos com amostras de dimensões reduzidas possam ser generalizados para a população da qual as amostras foram extraídas.

Se a pesquisa de auto-relato é regida pelo compromisso com a representatividade amostral, o pesquisador que adere à pesquisa observacional estabelece um compromisso com o princípio do realismo das variáveis. Ao delinear o seu estudo mediante a adoção de métodos observacionais, o pesquisador se obriga a aceitar a tese de que determinados objetos estão presentes no mundo natural, a concordar que estes podem ser ostensivamente identificados e reconhecidos e, ademais, assume que é possível esclarecer as relações porventura existentes entre estes objetos.

O compromisso assumido pelo pesquisador que adota a experimentação não é prioritariamente nem com o realismo das variáveis, característico da pesquisa observacional, nem com a representatividade das amostras, característico da investigação conduzida mediante o uso de surveys. Uma vez que a experimentação envolve a manipulação de determinados aspectos do mundo real com o intuito de identificar as relações

não-contingenciais entre duas ou mais variáveis, o compromisso fundamental assumido no presente caso é com o controle da variância de erro, que se obtém, particularmente, com a adoção de estratégias de aleatorização e mediante a identificação da probabilidade com que os resultados possam ser explicados por outros fatores que não aqueles para os quais o experimenter inclina o seu interesse.

Ao exigir que a pesquisa experimental seja regida pelo compromisso com o rigor e o controle metodológico e, ao mesmo tempo, com o realismo das variáveis e com a representatividade das amostras, o pesquisador cobra da pesquisa experimental mais do que ela se dispõe a oferecer. Esta crítica ao método experimental é inócua e como tal não demanda respostas adicionais, a não ser insinuar que os desenhos experimentais de pesquisa se preocupam mais com a validade interna do que com a validade externa (Campbell & Stanley, 1979) e que devem ser interpretados à luz das preocupações com a decomposição da variância total nas variâncias sistemáticas primária e secundária e na variância de erro (Balluerka & Vergara, 2002)

Não é incomum ouvir de muitos psicólogos sociais clamores sobre a ausência de validade ecológica dos estudos experimentais. Esta crítica se fundamenta, na maior parte das vezes, em um entendimento indevido não apenas sobre o que é o método experimental, como também numa concepção errônea a respeito dos princípios ontológicos que orientam a pesquisa na psicologia social. Neste particular, nos parece que os psicólogos desconsideram as pertinentes admoestações sustentadas pelo filósofo Ray Bhaskar a respeito da distinção entre duas dimensões essenciais a serem consideradas em qualquer empreendimento científico. A dimensão intransitiva se refere às proposições a respeito do mundo e das coisas nele encontradas, enquanto a dimensão transitiva se volta para o esclarecimento das estratégias e procedimentos adotados pelos pesquisadores para o estudo do mundo real e dos objetos e eventos nele situados.

A dimensão intransitiva se assenta na suposição de que é essencial estabelecer a separação entre o mundo das aparências e uma série de mecanismos, cuja prova de existência é difícil de ser estabelecida, mas cujos efeitos justificam e devem ser necessariamente incluídos em qualquer tentativa de explicação dos eventos que ocorrem no mundo físico e social. Esta distinção entre o mundo fenomenal e o dos mecanismos impõe a

concepção de que a realidade deve ser apreendida em diferentes níveis, o que configura uma concepção estratificada a respeito do mundo real, bem como dos entes e eventos que nele se manifestam. Um primeiro nível pode ser denominado empírico e corresponde à experiência ordinária das pessoas. Ainda que seja o plano ao qual as pessoas atribuem sentido aos eventos nos quais estão envolvidos e que isto seja imperativo nas crenças que as pessoas acolhem acerca de si mesmas, dos outros e dos acontecimentos que ocorrem no dia a dia, qualquer concepção de ciência que adote como objetivo último obter o conhecimento deste nível de realidade encontra-se irremediavelmente condenada à esterilidade, pois jamais chegará a alcançar a inteligibilidade plena dos mecanismos explanatórios que regem a explicação dos fenômenos sociais.

O nível do real, por sua vez, se refere aos mecanismos inacessíveis à experiência ordinária a serem identificados pelo cientista e que devem ser considerados na explicação dos fenômenos, comportamentos e ações sociais. Duas formas de realismo são particularmente importantes no presente caso, o realismo perceptual, que nos assegura a existência dos objetos no espaço e no tempo de forma independente de nossa experiência perceptual, e o realismo científico, que nos assegura que a atividade dos objetos de inquérito científico independe dos esforços conduzidos pelo pesquisador para estudá-los (Bhaskar, 1987).

Um terceiro nível representa uma tentativa de estabelecer uma ponte entre o ordinário da experiência cotidiana e a inacessibilidade do plano do real. Ele é denominado por Bhaskar pelo termo em língua inglesa 'actual' e se refere a um fluxo de acontecimentos, geralmente produzido em condições artificiais, destinado a isolar e avaliar os mecanismos que se manifestam no nível do real. Deste modo, se um experimento pode ser considerado como uma modalidade de interação social, é importante assinalar que se trata de uma interação que ocorre no plano do actual, não no nível da experiência ordinária cotidiana. Torna-se pertinente, portanto, estabelecer uma distinção entre a pesquisa experimental entendida como cenários criados pelo pesquisador neste nível factual de realidade e a pesquisa *ex post facto*, que representa uma tentativa de observar ostensivamente ou obter registros do plano empírico ordinário com a finalidade de identificar retrospectivamente os mecanismos explanatórios encontrados no plano do real.

A Emergência de um Sistema de Crenças Relativistas

O fato do mundo real não ser diretamente inacessível não significa que o conhecimento objetivo deva ser definido com uma impossibilidade. O empirismo, uma tese epistemológica relativamente antiga, sugere que a objetividade é possível, tanto no que se refere à dimensão lingüística, ao aceitar que uma entidade descritiva deve ter as propriedades a ela atribuídas na descrição, quanto no que diz respeito à dimensão epistêmica, ao assegurar que a verdade ou a falsidade de um enunciado pode ser avaliada de forma racional ou empírica. A modalidade de empirismo mais próxima dos pesquisadores da psicologia social é o metodológico, cujo principal fundamento reside na crença de que as teorias e hipóteses científicas devem ser submetidas a algum tipo de avaliação empírica. Em contraposição aos relativistas, que rejeitam tanto a objetividade lingüística quanto a epistêmica, os empiristas aceitam esta alternativa, embora restrinjam a possibilidade de se aceder a um conhecimento objetivo apenas nas circunstâncias em que os constructos teóricos possam ser operacionalmente definidos. O realismo é uma posição um pouco mais sutil, pois embora acolha a tese de que a tanto a objetividade lingüística quanto a epistêmica possam ser alcançadas, não se dispõe a aceitar a tese de que os constructos teóricos devam ser operacionalmente definidos (Greenwood, 1994).

Os argumentos relativistas podem ser interpretados, antes de tudo, como uma crítica aos princípios do empirismo, em particular, a uma forma particular pela qual o empirismo se exprimiu no final do século XIX e início do século XX, o positivismo. A origem cultural do relativismo, de acordo com Bunge (1999) pode ser interpretada como uma reação apressada a dois fenômenos sociais, um de natureza histórica, o reconhecimento de que vivemos em um mundo marcado pela variedade de culturas e, conseqüentemente, de distintas pautas comportamentais e o segundo, de natureza epistêmica, o reconhecimento de que vivemos em um contexto no qual impera uma enorme multiplicidade de opiniões a respeito de um mesmo fato ou evento. Este duplo contexto favorece o desenvolvimento da crença relativista de que as circunstâncias sociais e os interesses dos grupos sociais determinam, ou mesmo constituem, o conhecimento. A aceitação deste argumento é compatível, portanto, com a tese relativista de que o conhecimento universal é inviável

e de que qualquer modalidade de conhecimento é limitada pelas nuances do local e da época em que ele foi enunciado.

A dificuldade de aceder a um conhecimento objetivo não seria limitada apenas por esta dispersão histórica e geográfica, uma vez que esta tese se desdobra em um segundo argumento relativista: se os espaços são múltiplos e a quantidade de observadores que se dispõem a elaborar algum conhecimento deste mundo é ilimitada, existem tantas realidades quanto o número de observadores, uma vez que a realidade não passa de uma construção elaborada por um observador para um outro. A formulação mais extremada deste relativismo é a tese solipsista de que apenas o indivíduo subsiste, já que se ele se relaciona apenas com os seus próprios constructos, pois se a sua realidade é única, ele não se encontra em condições de compartilhá-la ou mesmo comunicá-la aos demais.

Estas idéias, embora distintas entre si, estão relacionadas e oferecem o substrato intelectual requerido para a emergência de um sistema de crenças epistemológicas acolhido pelos defensores da concepção relativista, cujos fundamentos se sustentam em duas idéias básicas, a rejeição da possibilidade de objetividade científica e a adesão a uma concepção relativista da verdade. Este sistema relativista se expressa de diferentes formas e na próxima seção discutiremos a forma particular pelas quais estas crenças se manifestam nas discussões sobre o papel da experimentação na psicologia social.

Os Argumentos Relativistas Contra a Experimentação na Psicologia Social

Publicado há alguns anos no periódico *New Ideas in Psychology*, o artigo de Siu L Chow, “Em defesa dos dados experimentais em um meio relativista” (In defense of experimental data in relativistic milieu) apresenta uma série de reflexões que gostaríamos de retomar no presente artigo.

O artigo de Chow (2005) se preocupa em responder a algumas críticas aos dados obtidos mediante a adoção dos métodos experimentais. Estas críticas, embora genéricas, estão fortemente associadas ao trabalho de dois teóricos, Kurt Danziger e Kenneth Gergen, representativos de uma tradição relativista que procura desqualificar a importância da experimentação como um caminho possível da construção do conhecimento na área da psicologia. Estes argumentos,

nas suas linhas gerais, se referem ao impacto dos fatores sociais no setting experimental, em especial, a tese de que intrusores de diversas ordens impossibilitam a interpretação dos dados obtidos em qualquer experimento psicológico, sugerindo-se, adicionalmente, que os resultados obtidos nos experimentos psicossociais são por demais sensíveis aos valores e convenções culturais para que possam ser levados a sério.

Estes argumentos relativistas contra a experimentação na psicologia social podem ser assim enunciados:

a) dado que o experimento é o paradigma fundamental para a obtenção da objetividade nas disciplinas científicas, a crítica ao experimento representa uma crítica a toda e qualquer pretensão de se aceder a uma psicologia social objetiva;

b) uma vez que todo e qualquer conhecimento é determinado pelo local e pelo tempo, é impossível postular qualquer lei psicológica universal;

c) como existe sempre uma teoria prévia que precede aos dados, qualquer forma de observação neutra está fora de possibilidade; e

d) como é impossível generalizar a partir dos dados obtidos em laboratório, os resultados dos estudos experimentais retratam evidências artificiais, desconectadas de qualquer vínculo com a realidade concreta.

Respostas aos Argumentos Relativistas

Os argumentos relativistas contra a experimentação são inapropriados por desconsiderarem que o método experimental é delineado de tal forma que a sua estrutura lógica impede os fatores sociais usualmente mencionados como capazes de comprometer as evidências empíricas – experimentador, participante e demanda – tenham os seus efeitos minimizados. O quadro 1, adaptado a partir do artigo supracitado de Chow ajuda a entender as razões pelas quais as críticas relativistas à experimentação na psicologia social são infundadas. Nele estão apresentados os elementos fundamentais da teoria da ameaça dos estereótipos, um programa de pesquisa desenvolvido em meados dos anos 90, cujo objetivo central foi o de submeter a teste empírico a hipótese de que a redução do desempenho em indivíduos afiliados a grupos sociais estereotipados deveria ser explicada pelo impacto das ameaças situacionais e não pela cronificação da ansiedade internalizada (Brown & Pinel, 2003; Rosenthal & Jacobson, 1968; Steele, 1995, 1997).

Quadro 1. *Representação esquemática das relações entre o fenômeno a ser explicado, a teoria, as expectativas experimentais e os dados que oferecem suporte empírico à teoria*

Fenômeno	Redução do desempenho de pessoas negras quando submetido, na presença de pessoas brancas, a um teste intelectual com alto grau de dificuldade	
Mecanismo hipotético	Ameaça dos estereótipos	
	Cronificação na ansiedade	Efeito ameaçador dos estereótipos
Propriedade dos mecanismos hipotéticos	Uma longa história de discriminação gera um sentimento crônico de menos-valia, que gera conseqüências negativas na realização da tarefa	A crença que pertence a uma categoria social alvo de estereótipos gera uma redução no desempenho no domínio relacionado com as crenças socialmente estereotipadas
Implicações	A redução do desempenho dependerá do grau de ansiedade e se manifestará em qualquer tipo de domínio, seja ele intelectual ou não	A redução do desempenho ocorrerá exclusivamente no domínio relacionado com os estereótipos, ou seja, com o domínio intelectual
	Steele e Aronson (1995)	
Tarefa experimental	Branco sob condição de ameaça Branco sem condição de ameaça Negro sob condição de ameaça Negro sem condição de ameaça	
Identidade da resposta	A resposta para um problema matemático ou lógico	
Prescrições teóricas	Independente da condição de ameaça, o desempenho dos negros será inferior ao dos brancos	O desempenho dos negros será inferior ao dos brancos exclusivamente na condição de ameaça dos estereótipos
Evidências experimentais	O desempenho dos negros foi inferior ao dos brancos exclusivamente na condição experimental de ameaça dos estereótipos	
Conclusão do experimento	A hipótese da cronificação da ansiedade deve ser rejeitada; não foi encontrada nenhuma evidência que permita rejeitar a hipótese da ameaça dos estereótipos	

Em relação ao argumento a), este parece um pouco despropositado, pois nem toda a psicologia social é conduzida de acordo com os métodos experimentais. A leitura de manuais de psicologia social e metodologia indica claramente um predomínio dos métodos experimentais, embora isto não signifique a supressão dos demais métodos de pesquisa (Manstead & Hewstone, 1996; Reis & Judd, 2000). Esta crítica, incide, sobretudo, sobre a possibilidade da condução de pesquisas psicológicas regidas pelo princípio epistêmico da obje-

tividade. Aqui o problema parece se originar em uma certa confusão entre o objeto de pesquisa e os recursos disponíveis pelo pesquisador para a condução dos estudos empiricamente fundamentados, em particular em relação aos tipos de fenômenos que podem ser submetidos à investigação psicossocial. Alguns destes fenômenos são claramente refratários a qualquer tipo de abordagem experimental, como por exemplo, a experiência fenomenológica; outros fenômenos, no entanto, tais como os automatismos, as heurísticas, as distintas for-

mas de julgamento social ou a ativação dos estereótipos têm sido estudados com um grau razoável de sucesso.

A crítica apresentada na proposição b) pode ser contestada a partir da diferenciação anteriormente estabelecida entre a dimensão intransitiva e a dimensão transitiva do conhecimento. De fato, se o conhecimento é transitivo, ele reflete as circunstâncias históricas, sociais ou geográficas que lhes deram origem. O fenômeno psicológico, por sua vez, situa-se no domínio do real e como tal é regido por mecanismos que escapam a estas influências. Desta forma, o interesse pelo estudo da ameaça dos estereótipos pode ser interpretado como o resultado de um conjunto de influências, cujas origens históricas e culturais podem ser facilmente identificadas. Ademais, pressões sociais e políticas são responsáveis pela assunção de movimento voltado para inverter a prioridade no campo de estudo dos estereótipos, com uma acentuada preocupação com o estudo deste fenômeno desde a perspectiva do alvo, em contraposição à corrente principal dedicada ao estudo deste fenômeno segundo a perspectiva do percebido. Isto não significa, no entanto, que este fenômeno não tenha um caráter de universalidade. A tese central é a de que onde quer que existam grupos alvos de crenças socialmente estereotipadas, o desempenho das pessoas que pertencem a estes grupos ao realizar alguma atividade relacionada com a crença estereotipada sofrerá algum tipo de impacto. De fato, uma série de evidências empíricas demonstra que este fenômeno é recorrente e que pode ser cientificamente replicado, em vários contextos e nos vários domínios (Ambady, Shih, Kim & Pittinsky, 2001; Aronson, Lustina, Good, Keough, Steele & Brown, 1998; Spencer, Steele & Quinn, 1999; Steele, James & Barnett, 2002). Em suma, a crítica apresentada em b) não procede, pois ainda que a construção do conhecimento seja uma empresa marcada pela dimensão da transitividade, o fenômeno, enquanto tal, por envolver mecanismos psicológicos ainda distantes de serem decifrados, é intransitivo, e independe do contexto no qual ele se manifesta.

Em relação à proposição c), é imperativo sustentar a tese de que a interpretação dos dados experimentais não é determinada pelos fatores sociais, como, por exemplo, o efeito de demanda, do participante ou do experimentador. Os elementos encontrados no quadro 1 deixam claro que o objetivo do experimento não é simplesmente investigar um fenômeno, no caso, a redução do desempenho de pessoas negras quando

submetido, na presença de pessoas brancas, a um teste intelectual com alto grau de dificuldade, mas sim o de submeter à prova o efeito de um hipotético mecanismo teórico, a ameaça dos estereótipos, na redução do desempenho. O mecanismo hipotético, enquanto tal, não pode ser observado e nem mesmo submetido a teste, pois apenas as implicações decorrentes do impacto deste mecanismo no desempenho o que podem ser submetidas à avaliação empírica. Assim, se a cronificação da ansiedade for o mecanismo responsável pela redução do desempenho, este ocorrerá em qualquer domínio; se, ao contrário, esta redução for decorrente da ameaça dos estereótipos, este déficit no desempenho ocorrerá exclusivamente nas tarefas relacionadas com o domínio das crenças estereotipadas.

A tarefa experimental, por sua vez, não deve ser interpretada como a reprodução no microcosmo do laboratório de fenômenos que ocorrem em uma escala mais ampla; ao contrário, para que sejam asseguradas as condições que permitam um acréscimo na intensidade do efeito da variável independente, o controle da variância de erro sistemática e a minimização do erro aleatório (Kerlinger, 1986), o setting experimental deve ser forçosamente artificial, o que se consegue, no caso, mediante a implementação de um desenho fatorial relativamente simples através do qual participantes brancos e negros são alocados a diferentes grupos experimentais com a finalidade de que os seus desempenhos sejam avaliados quando submetidos ou não à condição de ameaça dos estereótipos. Este desempenho representa, por sua vez, a identidade de resposta, ou seja, as respostas para uma série de problemas intelectuais, que geram um escore corrigido, adotado como critério para definir o padrão de desempenho dos participantes alocados aos diferentes grupos experimentais.

A identidade de resposta serve, portanto, como critério para avaliar as prescrições teóricas, ou seja, as hipóteses submetidas ao teste empírico. A hipótese da cronificação da ansiedade prescreve que um desempenho inferior dos participantes negros em relação aos brancos, independente da ameaça dos estereótipos, ou seja, determina que ela se manifestará de forma transversal a todo e qualquer domínio de conhecimento. A prescrição da hipótese da ameaça dos estereótipos é mais pontual, pois aposta que a redução do desempenho ocorrerá exclusivamente entre os participantes negros alocados à condição de ameaça dos estereótipos. As evidências experimentais, avaliadas mediante um teste estatístico

apropriado para o tratamento analítico dos dados, no caso, a análise de covariância, não deixa dúvidas sobre o efeito e permite ao pesquisador assegurar que o desempenho dos participantes negros foi inferior ao dos brancos exclusivamente entre aqueles alocados à condição de ameaça dos estereótipos. A partir destas evidências experimentais, o experimento permite concluir que a hipótese da cronificação da ansiedade deve ser rejeitada, ao mesmo tempo em que sugere não terem sido encontradas quaisquer evidências que permitam rejeitar, pelo menos por ora, a hipótese da ameaça dos estereótipos que, enquanto tal, sobreviveu ao teste de hipótese.

Em relação ao argumento d), é importante assinalar que os experimentos são desenhados para resolver disputas teóricas. Como raramente os fenômenos psicológicos são objetos de disputa, dificilmente, nos tempos atuais, um experimento psicológico é convocado para demonstrar ostensivamente a existência de um fenômeno psicológico. Assim, as evidências de que algumas categorias sociais estão sujeitas a um desempenho insatisfatório em certos domínios do conhecimento estão firmemente estabelecidas. O que está em disputa é o valor das hipóteses explicativas, particularmente as hipóteses que se referem a mecanismos hipotéticos não-observáveis (Blascovich, Spencer, Quinn & Steele, 2001; Inzlicht, M. & Ben-Zeev, 2000; Leyens, Désert, Croizet & Darcis, 2000; McIntire, Paulson & Lord, 2003; O'Brien & Crandall, 2003; Osborne, 2001; Sekaquaptewa & Thompson, 2003; Smith & White, 2001). Deste modo, um experimento deve ser interpretado como um evento criado pelo pesquisador com a finalidade de submeter à prova teorias psicológicas e não para colocar à prova o fenômeno em si mesmo. A preocupação com a validade ecológica não é um compromisso fundamental; interessa, sobretudo, a objetividade e o rigor metodológico, obtido mediante a instauração de um dispositivo pelo qual seja possível postular uma observação descomprometida, ainda que dependente de uma teoria. Isto é possível apenas nas circunstâncias em que se estabeleça uma distinção entre uma observação inicial e uma observação evidencial e entre uma hipótese particular a ser corroborada e uma teoria geral que ofereça o substrato para a corroboração ou não da própria teoria a partir da identidade, ou seja, daquilo que é colocado em evidência pelas respostas dos participantes.

Conclusões

Parece pouco plausível defender a tese de que a psicologia poderia prescindir de um método adotado com sucesso em várias outras disciplinas científicas. A psicologia social tem se nutrido ao longo de suas décadas de desenvolvimento de estudos conduzidos sob a égide das metodologias experimental e correlacional. O experimento representa um dos compromissos possíveis com o campo de estudos da psicologia social.

Com a adoção da metodologia experimental o pesquisador se compromete com o realismo, passando a admitir a possibilidade de estabelecer algum trânsito entre a experiência cotidiana e os mecanismos psicológicos e sociais subjacentes, donde a caracterização de um experimento como a criação de um espaço artificial, preparado e arranjado pelo pesquisador, com a finalidade de testar hipóteses derivadas das diversas matrizes teóricas da psicologia social.

Este domínio da realidade é criado pelo pesquisador com a finalidade de preparar, ativar e modificar o estado de entes¹ e eventos², de expressão real ou virtual. As respostas dos participantes a estas modificações de estados são registradas e submetidas a análises, conduzidas de acordo com a lógica do raciocínio indutivo. Mediante a análise das variâncias concomitantes na expressão é possível estabelecer identificar relações não-contingenciais entre as variáveis, ou seja, relações que não podem ser explicados pela mera flutuação amostral. Uma evidência experimental, portanto, é o resultado da ativação de um certo princípio organizador. Um experimento não pode ser qualificado,

1 A discussão acerca da existência real de entes sociais como multidões ou a mente grupal é um assunto controverso, porém marcante na origem da psicologia social, mas que parece ter arrefecido com o passar dos anos. Recentemente, graças aos trabalhos desenvolvidos sob a égide do conceito de entitatividade, o assunto tem despertado um amplo interesse, sendo possível destacar quatro tipos de entes, candidatos a objeto de estudo da psicologia social: os agregados (*loose groups*), as categorias sociais, os grupos orientados para a tarefa e os grupos de intimidade (Denson, Lickel, Curtis, Stenstrom & Ames, 2006; Lickel, Hamilton & Sherman, 2001; Lickel, Hamilton, Wierzchowska, Lewis, Sherman & Uhles, 2000).

2 A principal contribuição para o estudo dos eventos psicossociais está subordinada à teoria folk da explicação do comportamento social, desenvolvida por Bertram Malle. Esta teoria postula quatro tipos de eventos passíveis de explicação, as ações, que seriam intencionais e observáveis, os comportamentos, que seriam não-intencionais e observáveis, os pensamentos intencionais, que seriam intencionais e não-observáveis e, por fim, as experiências, que seriam não-intencionais e não-observáveis (Malle, 1999; 2006)

estritamente falando, como um fenômeno social. Para ser mais preciso, ele o é, à sua maneira, embora não se confunda, em qualquer instância, com os fenômenos que se manifestam na experiência cotidiana. Ele deve ser interpretado como um espaço artificial engendrado e preparado pelo pesquisador e a sua importância na pesquisa na psicologia social deve ser destacada, pois apenas ele permite o estabelecimento de algum tipo de relação de correspondência entre os fenômenos que se manifestam durante a experiência ordinária e os mecanismos reais que de forma implícita ou ostensiva interferem na vida dos seres humanos.

Referências

- Ambady, N., Shih, M., Kim, A., & Pittinsky, T. (2001). Stereotype susceptibility in children: effects of identity activation on quantitative performance. *Psychological Science, 12* (5), 385-390
- Aronson, J., Lustina, M., Good, C., Keough, K., Steele, C., & Brown, J. (1998). When white men can't do math: necessary and sufficient factors in stereotype threat. *Journal of Experimental Social Psychology, 35*, 29-46.
- Balluerka, N., & Vergara, I. (2002). *Diseños de investigación experimental em psicología*. Madrid: Pearson Educación.
- Bhaskar, R. (1987). *Scientific realism and human emancipation*. London: Verso.
- Blascovich, J., Spencer, S., Quinn, D., & Steele, C. (2001). African Americans and high blood pressure: the role of stereotype threat. *Psychological Science, 12* (3), 225-229
- Brown, R., & Pinel, E. (2003). Stigma on my mind: individual differences in the experience of stereotype threat. *Journal of Experimental Social Psychology, 39* (6), 626-633
- Bunge, M. (1999). *Buscar la filosofía en las ciencias sociales*. México: Siglo Veintiuno.
- Campbell, D., & Stanley, J. (1979). *Delineamento experimentais e quase-experimentais em psicologia*. Tradução Renato Alberto T. Di Dio. São Paulo: EPU/EDUSP.
- Chow, S. (2005). In defense of experimental data in a relativistic milieu. *New Ideas in Psychology, 13* (3), 259-279.
- Coolican, H. (2004). *Research Methods and Statistics in Psychology*. London: Hodder & Stoughton.
- Denson, T., Lickel, B., Curtis, M., Stenstrom, D., & Ames, D. (2006). The roles of entitativity and essentiality in judgments of collective responsibility. *Group Processes & Intergroup Relations, 9* (1), 43-61
- Greenwood, J. (1994). *Realism, identity and emotion. Reclaiming social psychology*. London: Sage
- Inzlicht, M. e Ben-Zeev, T. (2000). A threatening intellectual environment: why females are susceptible to experiencing problem-solving deficits in the presence of males. *Psychological Science, 11*, 365-371
- Reis, H., & Judd, C. (2000). *Handbook of research methods in social and personality psychology*. Cambridge: Cambridge Press.
- Kerlinger, F. (1986). *Foundations of behavioral research*. New York: Holt, Rinehart e Winston.
- Kish, L. (1987). *Statistical design for research*. New York: Wiley.
- Leyens, J-P., Désert, M., Croizet, J-C., & Darcis, C. (2000). Stereotype threat: are lower status and story of stigmatiation preconditions of stereotype threat? *Personality and Social Psychology Bulletin, 26* (10), 1189-1199
- Lickel, B., Hamilton, D. L., & Sherman, S. J. (2001). Elements of a lay theory of groups: Types of groups, relational styles, and the perception of group entitativity. *Personality and Social Psychology Review, 5*, 129-140.
- Lickel, B. Hamilton, D., Wiczcorska, G, Lewis, A., Sherman, S., & Uhles, A. (2000). Varieties of groups and the perception of group entitativity. *Journal of Personality and Social Psychology, 78*, 223-246
- Malle, B. (1999). How people explain behavior: a new theoretical framework. *Personality and Psychology Social Review, 3*, 23-48
- Malle, B. (2006). *How the mind explains behavior. Folk explanations, meaning and Social Interactions*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Manstead, A., & Hewstone, M. (1996). *The Blackwell encyclopedia of social psychology*. Oxford: Blackwell.
- McIntire, R., Paulson, R., & Lord, C. (2003). Alleviating women's mathematics stereotype threat through salience of group achievements. *Journal of Experimental Social Psychology, 39*, 83-90
- O'Brien, L. E., & Crandall, C. (2003). Stereotype threat and arousal: effects on women's math performance. *Personality and Social Psychology Bulletin, 29* (6), 782-789
- Osborne, J. (2001). Testing stereotype threat: does anxiety explain race and sex differences in achievement? *Contemporary Educational Psychology, 26*, 291-310
- Rosenthal, R., & Jacobson, L. (1968). *Pygmalion in the classroom: Teacher expectation and pupils' intellectual development*. New York: Rinehart and Winston.
- Sekaquaptewa, D., & Thompson, M. (2003). Solo status, stereotype threat, and performance expectancies: their effect on women's performance. *Journal of Experimental Social Psychology, 39*, 68-74
- Smith, J., & White, P. (2001). Development of the domain identification measure: a tool for investigating stereotype threat effects. *Educational and Psychological Measurement, 61* (6), 1040-1057
- Spencer, S., Steele, C. E., & Quinn, D. (1999). Stereotype threat and women's math performance. *Journal of Experimental Social Psychology, 35*, 4-28.

Steele, C. (1997). A threat in the air. How stereotypes shape intellectual identity and performance. *American Psychologist*, 52, 6, 613-629

Steele, C. (1995). Stereotype threat and the intellectual test performance of African Americans. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69 (5), 797-811

Steele, J., James, J., & Barnett, R. (2002). Learning in a man's world: examining the perception of undergraduate women in male-oriented academic areas. *Psychology of Women Quarterly*, 26, 46-50

Endereço para correspondência:

Rua Rodrigo Argolo, 293 apto 502 – Rio Vermelho

CEP 41940-220 – Salvador – Bahia

E-mail: memanoel@gmail.com

Recebido em Setembro de 2010

Revisto em Outubro de 2010

Aceito em Novembro de 2010

Psicologia Evolucionista

Entrevista com a Prof^a. Dr.^a Maria Lucia Seidl-de-Moura

Márcia de Fátima Rabello Lovisi de Freitas¹

Karen Cristina Alves Lamas¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora

Maria Lucia Seidl-de-Moura é pós-doutorada na Universidade de São Paulo, em Psicologia Evolucionista e atualmente faz estágio pós-doutoral na PUC-RJ em estudos de famílias. É coordenadora da área de psicologia na FAPERJ. Atualmente, é professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Nessa universidade, desenvolve trabalhos na linha de pesquisa Cognição Social do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. É coordenadora do Grupo de Pesquisa Interação Social e Desenvolvimento do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

A presente entrevista foi realizada em março de 2010, ocasião na qual a Prof^a Dr.^a Maria Lucia esteve ministrando palestras durante o Simpósio em Desenvolvimento Humano e Processos Socioeducativos da Universidade Federal de Juiz de Fora. Agradecemos imensamente pela entrevista concedida, que foi transcrita na íntegra e gentilmente revisada e adaptada pela professora.

1) Como a senhora poderia definir a psicologia evolucionista e como se dá sua interseção com a ciência do desenvolvimento humano?

A Psicologia Evolucionista, com essa denominação, é relativamente recente, embora haja, há muito tempo, uma preocupação com uma visão evolucionista e com o entendimento do comportamento humano, porque existem disciplinas que sempre se preocuparam com isso: a etologia, a sociobiologia, a ecologia comportamental, por exemplo. O primeiro capítulo do livro sobre Psicologia Evolucionista que as professoras Emma Otta e Maria Emília Yamamoto organizaram, de autoria do Professor César Ades, aborda os vários momentos de como essa relação entre biologia e psicologia foi se dando, com uma perspectiva certamente evolucionista. Pode-se, entretanto falar que, com tal denominação e perspectiva, essa abordagem é

da década de 1990 e considera-se como marco fundador a publicação do livro “A mente adaptada”, de Leda Cosmides, John Tooby e Jerome Barkow. Este livro lança as bases de uma perspectiva psicológica e evolucionista do comportamento humano. Uma tentativa anterior que teve muita reação, principalmente da mídia, na década de 1980, foi a sociobiologia, porque tentava mostrar as bases biológicas do comportamento social. As pessoas interpretaram isso como uma coisa reducionista, determinista, reacionária e perigosa. Foi muito inovadora. Em minha opinião, a sociobiologia foi mal divulgada e mal interpretada, o que levou a um impasse, na própria psicologia, para as pessoas adotarem essas perspectivas. Nesse momento, a proposta que a psicologia evolucionista vem trazer, é de entender a mente e o comportamento humanos como fruto de um processo de adaptação. Quer dizer, não tendo a sua descrição e explicação reduzidas a isso, mas não podendo prescindir dessa visão, de que o nosso cérebro é um cérebro da idade da pedra, de um ambiente ancestral de evolução, que foi forjado, em milhares de anos na evolução do homo sapiens, para lidar com certos problemas adaptativos dos nossos ancestrais. Isso nos dá um conjunto de propensões que foram bem sucedidas, claro, porque a espécie está aí e tivemos todo esse desenvolvimento do homo sapiens moderno. No entanto, ela precisa ser levada em conta quando se examina o ambiente ecológico atual, os contextos culturais, os contextos sociais. Então, a psicologia evolucionista tenta compreender esses processos básicos. Ela seria uma psicologia dos processos básicos, só que olha para eles com essa visão histórica, para saber: “bom, o que é fundamental da nossa espécie? Como a nossa mente evoluiu? Quais são as características da nossa mente?”. Vou dar um exemplo de uma discussão corrente que ainda não é resolvida. A perspectiva mais dominante na psicologia evolucionista é que a nossa mente é uma mente especializada, ela é modular, ela é uma mente que se preparou especialmente para resolver problemas diferentes. Então a Leda Cosmi-

des, que é uma jovem pesquisadora da Universidade de Califórnia, Santa Bárbara, quase a “mãe” da psicologia evolucionista, é alguém que defende a modularidade da mente. A ciência da cognição faz um paralelo da mente humana com o computador, e a psicologia evolucionista introduziu um paralelo, não tão simpático, com o canivete suíço, ou seja, “uma lâmina para cada utilidade”. A mente humana para funcionar bem, segundo esses autores, desenvolveu mecanismos especializados e automáticos e é tarefa da psicologia evolucionista detectar quais são, como funcionam, como eles se atualizam em contextos culturais diferentes. Porque quando se fala de processos universais, não se está querendo dizer que os comportamentos são universais. Alguns processos são universais, mas eles funcionam sempre em interação com o contexto ecológico, já são frutos dessa interação e continuam funcionando assim. Então, basicamente, a meta da psicologia evolucionista é entender a natureza humana, o comportamento humano, a mente humana em termos da sua história. A psicologia, muitas vezes, fala de uma inteligência geral, de um processador central etc., coisas que uma vertente da psicologia evolucionista não considera viável do ponto de vista da evolução. Entretanto, muitos autores, e eu inclusive, pensamos que esse funcionamento misto de uma evolução, tanto do aumento de uma capacidade geral de solucionar problemas que a espécie foi adquirindo, como um conjunto de especializações para lidar com problemas específicos, pode conviver bem numa explicação da mente humana. Enfim, é com esses problemas, que são de pesquisa básica, que a psicologia evolucionista se preocupa. Obviamente, como as pessoas que se dirigiram à essa área vêm de formações diversas, inclusive no nosso grupo brasileiro, existe muita heterogeneidade na formação e no entendimento do processo de adaptação e eu acho que é uma ciência em crescimento no Brasil, inclusive bastante recente.

2) A psicologia evolucionista deriva de uma teoria biológica tradicional e tem se desenvolvido bastante nas últimas décadas. Mas não se percebe uma divulgação mais ampla dessa perspectiva nos cursos de graduação em psicologia. Por que a senhora acha que isso acontece?

Eu acho que há muita variabilidade no Brasil, depende das influências dominantes nos cursos. Sem um estudo, mas apenas por viajar muito pelo Brasil, per-

cebo que existem duas áreas que dominam, juntas ou separadamente, os cursos de psicologia no Brasil, que são a psicanálise e a psicologia social. Em muitos cursos, predomina uma visão política da psicologia e, em outros, uma visão psicanalítica. Os alunos possuem, em geral, uma representação social da psicologia baseada na clínica. É um desejo natural e esses professores se tornam muito influentes. O que eu vejo quando essas perspectivas dominam, de maneira muito geral, é que para esses dois grupos o ser que estudamos na psicologia, seja ele indivíduo ou ser em sociedade, é como se fosse incorpóreo e não possuísse uma história biológica. Ou ele é só social, ou ele é só psíquico, mas como uma história recente, da sua ontogênese, da sua relação original com os pais. Então, fica faltando alguma coisa na psicologia. Existem, todavia, cursos de psicologia, como na USP e no Rio Grande do Norte, que já têm uma vertente forte de psicobiologia ou etologia, em que isso já é muito mais disseminado. Na UERJ, por exemplo, essa perspectiva não existia até há pouco tempo atrás. Eu ministrei a primeira disciplina de psicologia evolucionista, que era eletiva, quando descobri uma demanda muito grande, com muitos alunos interessados e, desde então, esse interesse tem crescido. Nós recebemos uma verba da CAPES, do PROCAD, que reúne cursos de pós-graduação em psicologia num projeto comum, para realizarmos diversas missões de estudo, nas quais alunos de uma determinada universidade podem passar um mês em outra estudando sobre os temas comuns aos PPGs. Então, tivemos missões sobre psicologia evolucionista na USP, na UFBA, na UFRN e na UFPA. Temos tentado disseminar essa perspectiva, fizemos o livro... A maioria das pessoas que deram um feedback sobre o tema concordam que avançamos na inserção da psicologia evolucionista dentro dos cursos de psicologia, mas ainda estamos longe do que gostaríamos. Houve um concurso para a UnB que foi para professor de psicologia evolucionista. Ainda estamos começando. Eu, por exemplo, sempre dei aula de psicologia do desenvolvimento falando nisso e os alunos, às vezes, ficavam um pouco surpresos quando se falava de capacidades biológicas, de propensões, de onde elas vieram, porque os bebês humanos são de determinada maneira, e isso já foi criando pelo menos uma expectativa de pensar nesses aspectos. Acho que depende das tradições locais e uma consideração pelos interesses dos alunos, enfim. Também acho que não é uma coisa fácil... Nos EUA, pesquisas dizem que 70% das pessoas não acreditam na

teoria da evolução. Apesar de 150 anos de história, se a ideia é difícil de aceitar, inseri-la na psicologia é mais difícil ainda, porque as pessoas pensam que não tem nada a ver com isso, que isso é com os biólogos e médicos. Só para se ter uma ideia, na UERJ existe um instituto de medicina social. Tem um pesquisador evolucionista, que se dedica a estudar esse tema no instituto e causa estranheza, num instituto onde a base seria biológica. Imaginem isso num instituto psicológico social ou num curso de sociologia. Há, porém, sinais de mudança. Tivemos alguns eventos no RJ, como quando a Leda Cosmides veio ao Brasil em 2006, e deu uma conferência na UFRJ e ficou cheio. Ano passado, meus alunos fizeram uma comemoração no Dia de Darwin, que é em 12 de fevereiro, na UERJ e havia mais de 200 pessoas (pouquíssimos da psicologia da UERJ), mas tinha gente de toda parte. Então, eu acho que isso está mudando, mas ainda lentamente.

3) E qual seria o método mais adequado para se fazer pesquisa numa perspectiva evolucionista e quais são os desafios para os pesquisadores dessa área?

São muitos. Vou dar um exemplo: a professora Leda Cosmides tem um programa de pesquisa amplo para estudar um módulo que está ligado à nossa capacidade de altruísmo, que é adaptativa. Quando somos altruístas é porque isso, de alguma forma, é recíproco. Você ajuda e é ajudado, não é consciente, mas isso é um mecanismo selecionado e que nos traz mais aptidão, permite conseguir sobreviver melhor, cuidar dos nossos filhos de uma forma melhor por causa do altruísmo. Como é muito importante essa reciprocidade, é uma hipótese da professora Leda que nós temos um mecanismo de detecção de enganadores, quer dizer que há um módulo que acende uma luzinha vermelha para aquele que não age com reciprocidade. Isso não está presente só no homem. Há alguns estudos de altruísmo recíproco, por exemplo, com morcegos, muito interessantes, demonstrando que os morcegos que se alimentam de sangue buscam seu alimento e depois regurgitam para aqueles companheiros mais fracos, que não conseguiram se alimentar sozinhos. No fim, isso traz benefícios para o altruísta. Enfim, é muito importante, para ser adaptativo, que a gente não fique ajudando toda a vida quem não ajuda em troca. Eu brinco com meus alunos, dizendo que quando eles come-

çam a formar grupos de trabalho desde o primeiro período da graduação, descobrem também aqueles alunos que não costumam fazer nada e vão tirando fora... Sobre esta hipótese, então, precisa-se fazer muitos testes para saber se é universal, se não é um mecanismo geral... Podem ser feitos estudos experimentais, transculturais, foi o que a Leda fez. Por exemplo, ela fez estudos experimentais para mostrar que você responde diferentemente a tarefas lógicas gerais do que a tarefas lógicas que envolvem o cumprimento de acordos sociais. Mesmo que tenha a mesma estrutura lógica que aquelas tarefas que se estuda em lógica e que Piaget falou que são adquiridas na fase das operações formais, e você aplicar em estudantes universitários, você tem uma percentagem de fracasso enorme. Porque essas tarefas não são naturais para nós, são difíceis e precisamos, às vezes, aprender lógica para responder. Se essas tarefas forem feitas com conteúdos que estão ligados ao cumprimento de regras e à reciprocidade, uma resposta significativamente diferente é observada. Pode-se fazer testes por experimentos e procurar se não existem respostas alternativas que explicam seus resultados. Então, você vai fazer vários testes, inclusive examinando evidências de transtornos cerebrais, o que é lesado, o que não é, se é localizado no cérebro ou não, já que se tem outros métodos de localização, de áreas e tal. Com isso pode-se verificar se isso é uma característica de grupos urbanos, se isso não apareceria em outros grupos. Então, estudos transculturais em culturas completamente diferentes, como os estudos com indígenas da Venezuela e do interior do Amazonas, foram feitos. Em síntese, os métodos variam dependendo do problema, mas é sempre difícil... Não se responde, em minha opinião, a uma pergunta da psicologia evolucionista com uma pesquisa. A conferência da Leda foi magistral, porque ela mostrou como foi cercado esse problema. O nosso grupo tentou estudar investimento parental, todo o esforço que se coloca num descendente para sua sobrevivência e futura reprodução, e que, de certa forma, é competitivo com os outros descendentes. Pois se você tem dois filhos, você investe em um e está tirando do outro, é todo um equilíbrio... Nós fizemos um estudo com mais de 600 mulheres em seis estados e 12 cidades aqui no Brasil para estudar isso. Bom, o que nós concluímos? Há toda uma teoria que mostra que seu estilo de apego vai influenciar sua história reprodutiva, e as condições ecológicas que vão influenciar o investimento parental. Baseamo-nos na teoria, tivemos resultados muito interessantes, mas acho que chegamos ao final sem saber, exatamente, qual a melhor maneira

de investigar investimento parental e pensando, como eu e alguns outros do meu grupo, que para se fazer uma investigação de investimento parental, o estudo deve ser de diversas gerações. Porque, vejam: se eu focalizo uma mãe e seu filhinho, eu vejo se ela faz várias coisas que, teoricamente, são investimento: amamenta, leva ao médico, faz uma série de coisas. Mas uma mãe pode não amamentar e investir de outras maneiras, ainda mais hoje em uma sociedade em que se têm alternativas. Para os animais, isso é fácil, como diz o Professor Mauro Luís Vieira, que é etólogo de formação e meu parceiro em muitos trabalhos. Quando se estuda hamsters como ele estudava, você vê que se a mãe não investe no filhote, não amamenta, o filhote morre. Com a mãe humana não é tão simples assim. Se ela não amamentar e der mamadeira, o filhote não morre. Então, eu não posso usar amamentar como critério necessário para investimento parental e isso traz um conjunto de complexidades. Há muitos estudos interessantes, alguns sobre percepção de raças, testando hipóteses, até com resultados importantes, que mostram que os nossos preconceitos raciais não são coisas que fazem parte do nosso cérebro ancestral, até porque não éramos tão diferentes assim no momento em que nosso cérebro foi forjado... Estudos experimentais testam essa hipótese. Há hipóteses da psicologia evolucionista que falam de um conceito chamado desconto do futuro, de como, em certas condições ecológicas em que há maior risco de sobrevivência e reprodução, investe-se no presente e não no futuro. Há estudos empíricos sobre isso utilizando questionários ou estudos populacionais que a professora Margot Wilson e Martin Dale fizeram no Canadá e eu tenho alunas aqui também fazendo... Então você pode usar uma série de recursos metodológicos da psicologia. O problema é como vai-se testar hipóteses e afastar explicações alternativas, para não acabar concluindo algo apenas porque foi dali que se partiu, achar que aquilo é evolucionista porque foi adaptado assim. Penso que a pesquisa em psicologia evolucionista ainda é um desafio.

4) E quais são as implicações práticas da psicologia evolucionista para o trabalho do psicólogo?

Eu acho que para você ser psicólogo, você tem que pensar nas pessoas como produtos de várias histórias (e isso é uma idéia antiga, do Vygotsky), produto, primeiro, de uma história filogenética. Eu não posso trabalhar

como psicólogo se eu não conheço nossa natureza. Não adianta eu ter uma idealização da natureza humana. Naquele livro do Steven Pinker, “Tábula Rasa”, ele diz “vamos demolir os mitos”. Um deles é o mito do bom selvagem, ou o mito de que você pode transformar uma pessoa em qualquer coisa. Há, então, coisas que, como psicólogo (não necessariamente um psicólogo evolucionista), é necessário conhecer para poder usar qualquer teoria. Todas as teorias psicológicas têm que fazer sentido à luz da filogênese. Se elas não fazem sentido, não são boas teorias. É uma lei de encaixe, inclusive das ciências, a própria história da evolução tem que se encaixar na história geológica da Terra... Então, as ciências precisam fazer certo sentido harmônico, as teorias dentro da psicologia precisam ter sentido. A implicação prática é uma visão mais completa, mesmo que você trabalhe com uma ou outra abordagem. A psicologia evolucionista não oferece técnicas para o trabalho clínico ou educacional, mas vai dar informação sobre limites e possibilidades das pessoas com as quais trabalhamos como psicólogos. Eu acho que isso é uma ferramenta de reflexão. Por exemplo, essa idéia do Pinker, de que você não transforma uma pessoa em qualquer coisa, que era uma idéia do Watson: “dê-me tantas crianças que eu farei delas isso e aquilo...”. Não. Primeiro, eu não posso transformar uma criança num morcego, não posso transformar uma criança mesmo num chimpanzé, apesar de nós compartilharmos tanto da nossa bagagem genética, assim como eu não posso transformar um chimpanzé num humano, como alguns estudos da década de 1960 e 1970 que foram estudar linguagem e criaram bebês chimpanzés como se fossem bebês humanos. Então, é preciso entender as características de cada espécie e o valor adaptativo dos comportamentos, e aí, tudo bem, as questões serão tratadas com outras ferramentas, inclusive teóricas, que forem necessárias. A psicologia evolucionista não esgota as possibilidades de respostas às perguntas com as quais o psicólogo se depara.

Interfaces do Conhecimento Psicológico: Conceitos, Instrumentos e Práticas

Psychology's Territories: Historical and Contemporary Perspectives from Different Disciplines.

Mitchell Ash & Thomas Sturm (Eds.)

New York / London: Lawrence Erlbaum Associates, 2007, 374 p.

Cíntia Fernandes Marcellos¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora

Produto final do grupo de trabalho interdisciplinar "*Psychological Thought and Practice in Historical and Interdisciplinary Perspective*", financiado pela Academia Berlim-Brandenburgo de Ciências e Humanidades, o livro editado por Mitchell Ash e Thomas Sturm apresenta o resultado de estudos realizados por pesquisadores das áreas de história da ciência, psicologia, filosofia, além das ciências biológicas, exatas e neurociências, entre Outubro de 2000 e Março de 2004.

Criado no final dos anos 90, o grupo dedicou-se à investigação das conexões interdisciplinares e contextuais da psicologia, a partir de um programa de pesquisa que compreendia o período entre os anos de 1850 e 1950. Sob a coordenação de Mitchell Ash, tal programa organizou-se de maneira triangular, combinando historiografia da psicologia com considerações mais amplas da história da ciência e, pontualmente, da história em geral, em torno dos seguintes temas: como se pode entender a variedade histórica dos objetos psicológicos, tanto do ponto de vista das ciências particulares, quanto do senso comum; em que grau o interesse pelos mesmos é ditado por questões metodológicas e, por fim, em qual medida a evolução da psicologia tem sido influenciada por forças externas a seu campo próprio.

Resultado desta proposta, o livro tem como objetivo promover uma melhor e mais produtiva cooperação interdisciplinar, mediante o reconhecimento das contribuições dos estudos filosóficos e históricos acerca da psicologia para as perguntas contemporâneas. Pretendendo superar as perspectivas internalista e externalista na abordagem da história das ciências, adota-se a orientação de uma história social e cultural sobre o pensamento e a pesquisa psicológica. A tese central do livro é a de que os territórios da psicologia – assim como os de qualquer ciência – não são fixos, mas fluidos, e de

que em suas diversas interações, a psicologia oferece e recebe contribuições, fazendo com que sua amplitude e escopo mudem continuamente.

O livro organiza-se em duas partes: a primeira discute a diferenciação e o compartilhamento dos conceitos de atenção, intenção, vontade e self em diferentes domínios, e a segunda trata do papel dos instrumentos na pesquisa psicológica. No primeiro capítulo, o sociólogo Sven Lüders trata da noção de atenção e dos estudos realizados sobre tal conceito no campo da fisiologia e da psicologia experimental no século XIX, e da psicotécnica, no início do século XX, defendendo a tese de que a atenção não constituiria um objeto científico em sentido próprio, isto é, isolado e independente de outros objetos, mas sim uma variável metodologicamente estratégica, usada para a formulação de outros conceitos e sua verificação experimental.

Dentre os quatro capítulos que se seguem sobre a temática "Intenção e Vontade", Jochen Brandtstädter (cap. 2) aborda as noções de causalidade e intencionalidade a partir da consideração das tensões ontológicas estabelecidas entre as perspectivas fisicalista e personalista. Através de exemplos como a explicação de uma gênese não intencional dos estados mentais e do relacionamento entre psicologia e a "folk psychology", o autor reconhece as respostas legítimas e os limites de cada perspectiva e defende tal ambigüidade ontológica como constitutiva dos projetos de psicologia.

No capítulo 3, Wolfgang Prinz faz uma crítica à noção de vontade livre como capacidade mental, considerando tal aceção incompatível com um programa de psicologia científica. Prinz reconhece seu papel como uma instituição social, cuja importância está em ser capaz de influenciar as disposições psicológicas e os comportamentos individuais e coletivos. Tal afirmativa

é questionada por Michael Heidelberger, no capítulo 4, ao considerar a liberdade da vontade como “um aspecto real da ciência natural”. Para Heidelberger, a recusa da noção de vontade livre é danosa para os programas de pesquisa e para os interesses comuns entre filosofia e ciências cognitivas, uma vez que destitui a própria ciência de sua relevância para a noção de Homem.

Encerrando esta temática, o capítulo 5 apresenta o estudo de Sabina Maasen acerca do tema da vontade tal como figurava nos manuais de auto-ajuda dos anos de 1920 e 1990. Ao evocar as diferentes fontes de conhecimento, objetivos, métodos, tipos de autoria e público alvo a que tais manuais se dirigiam, a autora pretende apontar como eles promoveram, a partir da interação com o discurso da psicologia acadêmica, uma racionalização da vida diária, com base no desenvolvimento do que Foucault chama de tecnologias do self.

O próximo tema, o “Self”, é discutido no capítulo 6 por Jill Morawski, que fala da noção de self a partir da distinção entre sujeito e experimentador na psicologia experimental norte-americana entre os anos de 1900 e 1935. Apresenta-se a distinção entre os sujeitos ingênuos e treinados, bem como as dualidades dos papéis de experimentador e sujeito e como o surgimento das vanguardas do realismo, do naturalismo e do modernismo influenciou os constructos subjetivos, em especial a noção de self. Num capítulo de mais substância (cap. 7), Kenneth Gergen trata da fragilidade ontológica dos discursos sobre o self e, não obstante, o papel central que os mesmos desempenham na constituição de instituições sociais e na condução da vida diária. Indicam-se os problemas decorrentes da introspecção e da observação externa como fontes de conhecimento e escolhe-se o fenômeno das doenças ou déficits mentais como exemplo para ilustrar o que ele chama de “colonização cultural” da sociedade ocidental por parte da ciência psicológica. Sob um referencial foucaultiano, o autor se excede em alguns aspectos, mas acerta ao identificar que a disputa por poder no campo do conhecimento não envolve somente argumentações teóricas ou resultados de pesquisa, mas sim o que ele chama de “instrumentos de colonização”, como o controle do conteúdo de periódicos, de fundos de pesquisa e políticas de nomeação, entre outros.

Aprofundando as questões ontológicas, o capítulo de T. Sturm (cap. 8) é um dos melhores do livro e desvela como os psicólogos comprometem-se com visões ontológicas quando definem seus conceitos, ainda

que não as reconheçam. Ele apresenta três tradições na definição de self recorrentes na história da psicologia e as tentativas feitas por esta para escapar de suas limitações. Adotando o exemplo do auto engano, o autor indica o distanciamento conceitual e metodológico entre filosofia e psicologia e o quanto uma maior aproximação entre ambas poderia favorecer o estabelecimento de um programa de pesquisa lúcido e profícuo sobre a noção de self.

Os capítulos 9 e 10 dão início à segunda parte do livro, acerca do papel dos instrumentos na pesquisa psicológica. Num texto que demonstra sua extensa experiência como professor do Instituto para a História da Psicologia da Universidade de Passau, Horst Gundlach discute a definição de instrumentos psicológicos, tendo em vista suas singularidades em relação aos demais instrumentos científicos. Ele examina com detalhes as origens institucionais da disciplina e, a partir de alguns exemplos, o papel que os instrumentos psicológicos tiveram neste processo.

O capítulo de Fritz Strack e Norbert Schwarz apresenta um aspecto mais instrutivo que crítico e trata das questões relativas aos aparatos de mensuração adotados pelas ciências sociais e que têm como base a formulação de questões a seus sujeitos, sem, contudo, aprofundar a discussão sobre sua validade epistemológica. Apresenta-se também a testagem psicométrica baseada num modelo behaviorista, a pesquisa tipo survey e sua base introspectiva e o modelo alternativo baseado em uma comunicação cooperativa. Os autores discutem ainda tipos de instrumentos, aspectos formais na elaboração das questões e demais fatores que influenciam a aplicação de técnicas que tem como base a interrogação direta.

Os capítulos 11, 12 e 13 discutem o papel dos instrumentos na fronteira disciplinar entre psicologia e as neurociências. O primeiro deles, escrito por um neurologista (Hans-Jochen Heinze), um neuropsicólogo (Thomas F. Münte) e um biólogo (Gerhard Roth), apresenta a discussão acerca das relações entre os estados afetivo emocionais e o cérebro, estudadas através das modernas técnicas de neuroimagem. No capítulo 12, Rainer Bösel discute os potenciais e limites dos mesmos métodos no estudo dos processos cognitivos e, por fim, Michael Hagner (cap. 13) encerra este tópico fazendo um histórico sobre os esforços em torno da expectativa de acesso à mente, os desenvolvimentos técnicos que permitiram a observação do cérebro e a incerteza acerca

do conhecimento sobre a primeira que, não obstante, permanece. Exceto por este último, estão presentes nos outros capítulos premissas até certo ponto comuns ao discurso das neurociências, tais como as que se expressam nas afirmações de que, ainda que exista algo nos estados afetivos e processos cognitivos além das bases neurais, ambos seriam igualmente visualizáveis pelas técnicas de neuroimagem, e a de que a explicação completa de tais estados mentais requer apenas mais desenvolvimento metodológico e experimental.

Criticando a distinção popperiana entre contexto da descoberta e contexto de justificação e a consideração do primeiro como irrelevante para a análise lógica do conhecimento científico, Thomas Sturm e Gerd Gigerenzer (cap. 14) apontam a importância e o potencial explicativo dos processos de criação ou desenvolvimento na avaliação crítica de uma teoria. Propondo uma heurística que tem por base o papel dos instrumentos na criação de metáforas capazes de se constituírem como conceitos psicológicos, os autores discutem a complexa relação entre instrumentos, teorias e dados investigados e as possibilidades e problemas de duas dentre as mais populares metáforas da chamada revolução cognitiva: a da cognição vista como uma estatística intuitiva e a da mente como um computador.

Encerrando o livro, o capítulo de James H. Capshew (cap. 15) retoma uma questão já apontada anteriormente: a condição singular ocasionada pela coincidência do psicólogo com seu objeto de estudo. Descrevendo as influências das consequências das guerras mundiais, em especial as da segunda, no desenvolvimento da psicologia norte-americana, o autor apresenta como o discurso auto reflexivo, em que o psicólogo se questiona acerca de suas construções teóricas e intervenções práticas, pode servir como uma chave para interpretar a proliferação das aplicações psicológicas e tecnologias de administração do self, além de situar-se como um valor epistemológico e um objetivo teórico explícito.

O livro tem o mérito de, em vários capítulos, proporcionar uma perspectiva histórica e um aprofundamento teórico favorável ao entendimento de questões filosóficas de difícil trato para grande parte dos psicólogos, sem contudo apresentá-las como um assunto empoeirado de antigos manuais. Cada capítulo procura atrelar a discussão teórica a exemplos, seja da pesquisa ou da prática profissional e, embora a colaboração com autores oriundos de áreas distintas dê ao livro um caráter heterogêneo

e níveis de profundidade variados no tratamento dos assuntos, o esforço para superar a dissociação entre as diversas áreas interessadas ou afetadas pelos conhecimentos psi e compreender suas relações já é suficiente para situá-lo como uma importante fonte para discussões nas pautas dos psicólogos e faz lembrar as palavras de Sturm que ecoam pelo livro: “*But things may change*”.

Nominata

RELAÇÃO DE PARECERISTAS – VOLUME 4 (2010)

Adriana Benevides Soares – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Alcina Maria Testa Braz da Silva – Universidade Salgado de Oliveira
Almir Tristão Boechat – Universidade Federal de Juiz de Fora
Altemir José Gonçalves Barbosa – Universidade Federal de Juiz de Fora
Ana Paula Cupertino – University of Kansas (EUA)
Carlos Eduardo Lopes – Universidade Estadual de Maringá
Carolina Laurenti – Universidade Estadual de Maringá
Cristiane Faiad de Moura – Universidade Salgado de Oliveira
Fernanda Ferreira de Oliveira – Universidade Federal de Ouro Preto
Francis Ricardo dos Reis Justi – Universidade Federal de Alagoas
Francisco Antônio Coelho Júnior – Universidade de Brasília
Francisco Teixeira Portugal – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Fraulein Vidigal de Paula – Universidade de São Paulo
Gustavo Arja Castañón – Universidade Federal de Juiz de Fora
José Antônio Damásio Abib – Universidade Federal de São Carlos
Juliana Perucchi – Universidade Federal de Juiz de Fora
Lelio Moura Lourenço – Universidade Federal de Juiz de Fora
Luciana Mourão Cerqueira e Silva – Universidade Salgado de Oliveira
Luciene Alves Miguez Naiff – Universidade Salgado de Oliveira
Makilin Nunes Baptista – Universidade São Francisco
Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Maria Cristina Ferreira – Universidade Salgado de Oliveira
Maria Elisa Caputo Ferreira – Universidade Federal de Juiz de Fora
Marisa Cosenza Rodrigues – Universidade Federal de Juiz de Fora
Regina Glória Andrade – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Ricardo Kamisaki – Universidade Federal de Juiz de Fora
Simone Cagnin – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Vera Lopes Besset – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Vitor Geraldi Haase – Universidade Federal de Minas Gerais

INFORMAÇÕES GRÁFICAS

FORMATO

A4 - 21 X 29,7 CM

MANCHA GRÁFICA

18,5 X 26 CM

TIPOLOGIA

ADOBE GARAMOND PRO

PROJETO GRÁFICO / EDITORAÇÃO / REVISÃO

STUDIO EDITORA UFJF

MARCELLA ÁVILA

THAIS VANDANEZI

MARIANA MARCON